

**Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP  
Instituto de Geociências – IG  
Departamento de Geografia**

**Monografia de Conclusão de Curso**

***O Comércio na Cidade de Campinas:  
Os Casos do Centro e do Eixo Dom Pedro I***

**Orientador: Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia  
Aluno: Luis Henrique Leandro Ribeiro**

**Campinas, dezembro de 2005.**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Unicamp, sob a orientação do Professor Doutor Márcio Antonio Cataia, como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Campinas, dezembro de 2005.

Ao Nenê, meu Pai, *mercador*;  
com quem aprendi a ser inteiro  
se misturando e se mobilizando  
no mundo.

À minha Mãe; pelo amor  
que sempre me sopra e com  
o qual outros amores vou  
sacudindo minha vida.

*O caminho é claro e, também por isso, difícil – sem grandes mistérios e escolhas. Um corpo-a-corpo com a vida brasileira. Uma literatura que se rale nos fatos e não que rele neles. Nisso, a sua principal missão – ser a estratificação da vida de um povo. Corpo-a-corpo. A briga é essa. Ou nenhuma.*

(João Antônio)

*Não me olhes, que olham  
se nos olhamos,  
e é mister, se olham,  
nos contenhamos.*

*Conter-nos-emos,  
e quando não nos olhem,  
nos olharemos*

(José Ortega y Gasset)

## **AGRADECIMENTOS**

---

Expresso aqui *gratidão*, aquela lá dos princípios: semear, criar, continuar... *aos apelos do caminho do campo*.

Primeiramente à minha família pelo apoio, incentivo e circunstância; meus pais, minhas irmãs Sani e Fer e ao Lú meu grande irmão. Ao Lionel e à Dri. E também à Luciana pelas conversas, tabaco e cafés. Aos meus sobrinhos com os quais o mundo torna a recomeçar. À minha Tia Maria, Toninho Português e os Primos.

Às pessoas que me auxiliaram nos parapeitos da cidade: ao pessoal da portaria do Colégio Evolução; a Sra. Cleusa e o Seu Jorge do Edifício Rui Barbosa; e o Seu Pedro da Álvares Machado.

Ao apoio e solicitude dados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas (Maria José, a Zezé, e Jaqueline), ao Laerte Martins e à Secretaria do Departamento de Economia da ACIC, ao Dr. Celso Lorena do Departamento Jurídico da SETEC e à Lurdinha e ao Adriano do camelódromo da Álvares Machado.

Ao Zé (José Andrade) e ao Zorba pela força e paciência nos mapas. Ao Gui (Galembeck) com quem aprendo os gatilhos do fugaz instante. Às minhas formações acadêmicas paralelas: Rogerião pela sua filosofia e brilho; e Flavinho pelos versos bêbados das esquinas veredas. Aos amigos Gal, Pirulão e Miltinho. Ao Salomão... por tudo.

Aos funcionários do IGE: Val, Dona Raimunda, Seu Aníbal e Jô, e ao Seu Clóvis pela elegância dissimulada pelos corredores.

Aos tempos em que o IG era bem frequentado: Pablo, Carin, Fábio, Marião, Ricardão, Lise, Virna, Samuca, Dri, Schumpeter, João Paulo, Fá, Pri, Tiago Macambira, Véio, Du Ribeiro, Fabricião, Alex (pioneiro), Helô, Claytão, Z, Junião, Ednei, Camillo(?), Spadari...

e que ainda continua: Rogerinho Bezerra, Marina, Flora, Mastrocola, Aninha Mestre, André Gardini, o Cris, Fred, Filipe, Fernandão, Bernard, Diegos, Douglas, Murilo, Maurão e ao Danilo pela sua autenticidade. Aos amigos Adrianito, Vagininho, Felipe, Taquinho e Varvito. E especialmente à Sil, Helião, Hend e Alcides. Em muito particular aos companheiros de todo o caminho: Shanti e Naila.

À Querida Mari pela força, apoio e carinho; pensando e sentindo junto.

E aqueles fundamentais à minha formação: Professora Adriana Bernardes, Professor Ricardo Castillo e Professora Tereza Luchiari. Em especial à Professora Maria Adélia Aparecida de Souza, responsável pela existência e resistência da Geografia da Unicamp, mais que Mestra, um Oráculo, aprendi com ela a ser Geógrafo. E ao meu Orientador, Marcião, mais que mentor e preceptor nestes últimos anos, um amigo.

## ÍNDICE

---

<i>APRESENTAÇÃO</i> .....	6
<i>INTRODUÇÃO</i> .....	8
<i>1 – REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – RMC</i> .....	9
Atividades Terciárias em Campinas.....	23
Impacto Modernizador: Gênese dos Dois Circuitos da Economia Urbana .....	28
<i>2 – A ATIVIDADE DE COMÉRCIO EM CAMPINAS:</i>	
<i>UMA BREVE APROXIMAÇÃO</i> .....	32
Descentralização das Atividades de Comércio em Campinas .....	39
O caso dos Shopping Centers em Campinas .....	40
O papel da Circulação: o Imperativo por Fluidez.....	50
<i>3 – O EIXO LUMINOSO DA RODOVIA DOM PEDRO I (SP-065):</i>	
<i>DENSIDADE TÉCNICA-INFORMACIONAL</i> .....	54
Eixo da Rodovia Dom Pedro I – Campinas.....	57
Comércio de Eixo em Campinas .....	61
A Força da Área Central de Campinas e os Eixos Intermediários .....	72
<i>4 - O COMÉRCIO NA RUA EM CAMPINAS:</i>	
<i>AMBULANTES, FRUTEIROS, CARRIOLEIROS, PAREDEIROS E CAMELÔS</i> .....	77
O caso dos Camelôs .....	85
Comércio Ambulante e Camelôs: Fixos e Fluxos do Circuito Inferior .....	104
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i> .....	110
<i>BIBLIOGRAFIA</i> .....	113

## APRESENTAÇÃO

---

Um desafio particular do trabalho, mas que se revelou gratificante, refere-se às fontes de dados. Os inventários estatísticos nos permitem aproximações *preliminares* e *globais*, contudo o mesmo não se dá com as realidades concretas da vida cotidiana, as quais lhes escapam. Primeiramente pela própria limitação destes instrumentos e em segundo por serem não apenas escolhas técnicas, mas, sobretudo, políticas.

Fausto Castilho<sup>1</sup> elucidou muito bem o exposto quando falou da tensão entre *historicidade* e *historiografia*, ou seja, entre o *res gestae* (o que aconteceu, o que se gerou na história) e o *rerum gestarum* (registro daquilo que aconteceu e que se gerou na história). Processo este acentuado a partir do século XVII com a generalização dos *media* (plural latino neutro), o atual *mass media* ou mídia. Sobretudo posteriormente com o concurso das novas bases da comunicação e autonomização da informação. Ou seja, trata-se de um conjunto de procedimentos que foram sendo apropriados para apreender e medir os acontecimentos.

Conjuntos estes de *práticas* que passaram a definir, delimitar e *fazer* os acontecimentos. Considerando-se que esses instrumentos metodológicos e conceituais constituem a maneira pela qual um discurso se realiza; convencendo e se materializando por meio das ações e objetos assim orquestrados, objetos hoje cada vez mais portadores eles próprios de um discurso. Portanto, a princípio não se trata da realidade mesma e por si, mas de proposições e conduções a *realidades* determinadas. Pois todo representar e conceituar é nomear o mundo, é criar mundos, é propor realidades.

E como a história não se realiza fora do espaço, pois não existe sociedade *a-espacial*, o que ocorre com a noção de *escala* temporal também se passa com a *escala* espacial. Tratando-se as mesmas apenas como escalas vetoriais, isto é, o espaço social apresentado somente como espaço geométrico e o tempo social apenas como tempo

---

<sup>1</sup> CASTILHO, Fausto, *Fenomenologia em Heidegger*. Tópico Especial de Filosofia Contemporânea (HG 720/A), Curso ministrado pelo Prof. Dr. Fausto Castilho no primeiro semestre de 2004 a partir do curso dado por Martin Heidegger em 1925; *Prologomena zur Geschichte des Zeitbegriffs (Prolegômenos para História do Conceito de Tempo)*. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

cronológico, dissimula-se o embate, as contradições de base e as concreções dos eventos e acontecimentos gestados.

Desse modo, um aspecto relevante a assinalar no que diz respeito a esses dados é a atenção fundamental ao modo de coleta e levantamento dos mesmos. Já que seus resultados e apresentações são condicionados por uma determinada intenção que precede à sua coleta, sistematização e classificação, ou seja, tratam-se de escolhas não apenas técnicas ou metodológicas, mas também políticas e ideológicas.

Ressalta-se também a acentuada assimetria segundo os agentes (indivíduos, instituições e associações) nas possibilidades de coletar, tratar, organizar e difundir representações de toda ordem (dados estatísticos e numéricos, porcentagens, declarações e opiniões, versões e transmissões de fato, mapas temáticos, etc.). O que sugere não apenas uma desigual acessibilidade à informação, mas também uma censura comunicacional e regulatória.

Logo, o trabalho partiu do *espaço banal*, o *território usado* por todas as modalidades e formas de mercadores, sobretudo daqueles que tem o território *como abrigo*, como lugar do projeto, da esperança e da utopia, e não apenas do território como *recurso*, isto é, como lócus da rentabilidade e dos ganhos (Milton Santos, 1999).

Portanto, embora os dados estatísticos sejam, assim como qualquer representação, um recurso indispensável à pesquisa, por outro lado não devem ser nem a única fonte de informação e tampouco de apresentação, sobretudo no que se refere ao tema do presente trabalho: a chamada *economia informal* ou *das sombras*, pois se assim o é, deve-se mais a escolhas políticas e interesses determinados em mantê-la na indefinição e ocultada. Por isso o esforço em iluminar e dar visibilidade a este conjunto de atividades, lançando mão de outras metodologias: como mapeamento de notícias, legislações, jornais eletrônicos, entrevistas com as populações e também fotos.

Uma escolha política que nada tem de *neutralidade*. Porque toda disputa pelo presente também é uma disputa pelo passado e, conseqüentemente, pela proposição do futuro. Sobretudo porque é o futuro que comanda as ações do presente que se gestam no *lugar*; enquanto projeto, utopia, existência e resistência.

## ***INTRODUÇÃO***

---

O objetivo do presente trabalho é apresentar uma análise geográfica do comércio em Campinas buscando assim considerar as diversas formas e modalidades de *mercadores* presentes na cidade.

O trabalho se inicia com uma breve apresentação da Região Metropolitana de Campinas e algumas condições de sua formação territorial, sobretudo de seu município-sede, Campinas. Apreendendo a maneira pela qual a urbanização brasileira aqui se concretizou organizando o sistema de cidades por meio de modernizações seletivas e concentradas. Resultando, como sugeriu Milton Santos (2004), na geração de uma economia dual, mas não dualista, constituída por dois sistemas de fluxos dependentes e antagônicos em suas diferenças qualitativas e quantitativas de produção, de circulação e de consumo.

A partir da análise dos subsistemas de comércio no município, no presente trabalho denominados por comércio *de eixo, de rua e na rua*, buscou-se compreender a maneira pela qual Campinas tem se organizado e se reorganizado em função da tensão entre: uma área central com seu peso histórico e sua densidade comunicacional; e uma área mais recente de expansão das atividades de comércio fundadas predominantemente em densidades técnicas e informacionais. Para tanto, tornou-se necessário discorrer sobre o papel da fluidez territorial e da circulação, sobretudo no caso particular de Campinas.

Por fim, aborda-se o *comércio na rua*, num esforço de distinção entre as atividades e ocupações de *ambulantes, carrioleiros, paredeiros, fruteiros* e, sobretudo, dos *camelôs*. Já que estes últimos por representarem um elemento novo e mais recente parecem, assim, expressão de um novo tipo de trabalho. Uma contemporaneidade na qual a densidade populacional unida pelos trabalhos e reunidas *pelo* território podem vir a desempenhar um importante papel de mudança e transformação.

## ***1 – REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS – RMC***

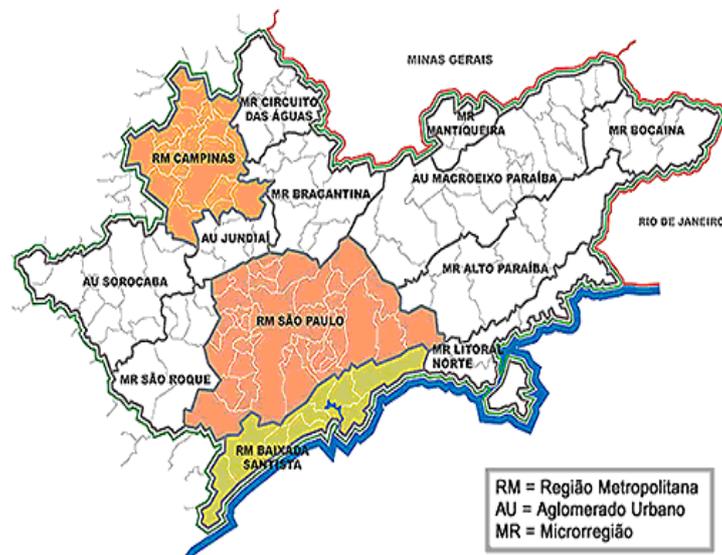
---

Durante as décadas de 1970 e 1980 a criação de Regiões Metropolitanas era uma atribuição do Congresso Nacional. Contudo, a partir da Nova Constituição de 1988, que se propôs a uma maior descentralização, ficou conferido às Assembléias Estaduais o poder para a criação dessas regiões. A principal motivação para o surgimento destes entes territoriais jurídicos é o trato de temas comuns a um determinado conjunto de municipalidades contíguas mediante uma visão regionalizada dos mesmos, tais como questões de saúde pública, educação, atendimento social, habitação, meio ambiente, saneamento e recursos hídricos, planejamento e uso do solo, agricultura, desenvolvimento econômico, segurança pública, transportes e sistemas viários, pedágios e outros.

Em 1995, através da Lei Complementar nº 760, estabelece-se as diretrizes gerais para a criação de Regiões Metropolitanas no estado de São Paulo. A Constituição Estadual considera Região Metropolitana como; *o agrupamento de Municípios limítrofes que assumam destacada expressão nacional, em razão de elevada densidade demográfica, significativa conurbação e de funções urbanas e regionais com alto grau de diversidade, especialização e integração sócio-econômica, exigindo planejamento integrado e ação conjunta permanente dos entes públicos nela atuantes.*

Já havia sido institucionalizada a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) com seus 39 municípios mediante Lei Complementar Federal de 1973 e Estadual de 1974. Já a partir desse arcabouço institucional de 1995 é criada a Região Metropolitana de Baixada Santista abrangendo 9 municípios (Lei Complementar de 1996) e posteriormente a Região Metropolitana de Campinas (RMC). Regiões estas que juntamente às concentrações urbanas do Vale do Paraíba, de Sorocaba e de outras áreas de seu entorno compõem uma rede metropolitana integrada: o *Complexo Metropolitano Expandido* (CME), onde numa área de 17,18% do estado de São Paulo (e 0,5% da área do Brasil) vive 71% da população do estado de São Paulo, ou seja, aproximadamente 15,5% da população total do país (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A - EMPLASA CIE / CMC - 2002).

Mapa 1: Complexo Metropolitano Expandido (CME)



Fonte: Emplasa - CIE / CMC – 2002

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) foi instituída em 19 de junho de 2000 pela Lei Complementar nº 870, sendo integrada por 19 municípios: Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antônio da Posse, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

De acordo com dados da EMPLASA, disponibilizados em seu site institucional, a área territorial da RMC ocupa 3.348 Km<sup>2</sup> (0,04% da superfície brasileira e 1,3% do território paulista) e tem uma população de 2,33 milhões de habitantes (1,4% da população nacional e 6,3% da população paulista), segundo dados do Censo de 2000 do IBGE. Já o *Relatório Econômico / 2004* da Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC) aponta uma área de 3.816 Km<sup>2</sup> abrangida pelos 19 municípios da RMC e uma população estimada em 2.572.207 habitantes (referente ao ano de 2004), sendo 1.006.918 o número da população de Campinas (julho de 2003, ACIC a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE). Campinas abriga 43,7% da população de sua Região Metropolitana e o Produto Interno Bruto (PIB) dessa região como um todo é da ordem de 25 bilhões de dólares (EMPLASA, 2002).

Mapa 2: RMC – Divisão Político-Administrativa e Malha Rodoviária Principal



Segundo dados do *Relatório Econômico / 2004* publicado pela ACIC, o PIB de Campinas (município-sede da RMC) representa 42% do PIB de sua Região Metropolitana (ou ainda 1,8% do PIB nacional e 5,5% do PIB do Estado de São Paulo), ou seja, dos R\$ 78,2 bilhões (US\$ 26,7 bilhões) gerados em bens e serviços pela RMC em 2004 (que corresponde a 5 % do PIB brasileiro e 13,1% do PIB paulista), o município de Campinas contribuiu com a geração de R\$ 32,8 bilhões (ou US\$ 11,2 bilhões a preços e cotações de 2003). O PIB campineiro em 2004 era composto por: 40,5% nas Indústrias; 37,15% nos Serviços; 17,8% no Comércio; e 4,55% na Agropecuária.

Embora a Região Metropolitana de Campinas tenha sido institucionalizada no ano de 2000, contudo sua realidade territorial é mais antiga e tributária de condições históricas e geográficas. Segundo o dicionário eletrônico *Wikipédia*, o termo *metrópolis* de origem grega [*métra* (útero, matriz, mãe, ventre) + *pólis* (cidade)] que significava *cidade mãe* ou *cidade natal* foi adaptado para o latim *metrópole* para designar a capital de uma província. É a partir do século XVIII com a Revolução Industrial que o termo *metrópole* passa a ganhar na Europa cada vez mais a conotação *urbana* atual. Momento este que ao marcar a

passagem do capitalismo comercial para o capitalismo industrial marca também uma profunda transformação tecnológica (e também política, social, econômica e geográfica) com o aumento progressivo da mecanização e do contingente populacional corroborando, sobretudo, para a intensificação do processo de concentração das populações nas cidades.

A atual noção de *urbanização* associada à industrialização está vinculada ao aprofundamento da internacionalização do capital e de seus mercados, bem como da divisão social e territorial do trabalho, tanto internacional quanto nacional e suas particularidades locais.

Souza (1997) ao assinalar a distinção entre *cidade* e *urbano*, propõe cidade como o *concreto*, isto é, como o conjunto de redes e a materialidade visível do urbano, ao passo que este sendo de ordem *abstrata* (mais geral e externo; meios de produção, classes sociais, divisão do trabalho) é o que dá sentido e qualifica a cidade. Pois toda divisão social do trabalho é também uma divisão territorial do trabalho, isto é, a maneira pela qual se dá a repartição dos meios de produção, do emprego e dos homens sobre a superfície de um país.

Ambos, *cidade* e *urbano*, apenas se distinguem de um ponto de vista analítico, pois, na realidade, são inseparáveis, dada a urbanização não ser apenas um fenômeno social, econômico ou político, mas, também, um fenômeno espacial. Logo, cidade é a forma pela qual em si mesma se organiza em face da produção e na qual os diversos agentes urbanos encontram seu lugar num determinado momento. Assinala-se que os limites e fronteiras entre *cidade* e *município* (ente territorial jurídico) nem sempre coincidem ou se sobrepõem.

Milton Santos (1993) ao falar da urbanização brasileira assinala que o termo *urbanização* não pode ser aqui apreendido apenas no sentido estrito de criação de atividades industriais, mas no seu sentido mais amplo, ou seja, enquanto um processo social (histórico e espacial) complexo que inclui tanto a formação de um mercado nacional quanto os esforços de equipamento do território a fim de torná-lo integrado, bem como a expansão de um consumo diversificado, os quais intensificando a vida de relações, isto é, a *terciarização*, alimentam o próprio processo de urbanização.

Contudo, essa integração opera de forma seletiva e limitada, ou seja, trata-se de uma integração do espaço e do mercado na qual participa apenas uma parcela ou frações do território nacional, corroborando para o desencadeamento de enormes fluxos migratórios no país, tanto de populações, quanto de empresas, atividades e produtos.

Por isso Santos (1993) assinala dois grandes regimes na urbanização brasileira: um anterior e outro após as décadas de 1940-1950 em virtude da preponderância que os nexos econômicos passam a ter no comando das dinâmicas urbanas na totalidade do território. Momento este que começa a ganhar traços no Brasil já em 1930 e se intensifica no pós-II Guerra Mundial, marcado por uma urbanização concentrada e, ao mesmo tempo, pela transição demográfica (crescimento das populações e concentração nas cidades médias e grandes, sobretudo nas capitais dos estados) como se verifica no Gráfico 1 (*Campinas: Urbanização e Transição Demográfica*) mais adiante.

Esse marco brasileiro é semelhante ao processo de urbanização dos demais países subdesenvolvidos, contudo o mesmo não se opera no conjunto dos países de maneira igual e nem ao mesmo tempo em virtude das diferenciações devidas às particularidades históricas de cada nação. Trata-se da maneira pela qual o território nacional medeia a divisão internacional do trabalho conformando uma divisão social e espacial das atividades produtivas. Por isso Santos (1977b) propôs o conceito de *formação sócio-espacial* a partir da noção de *formação sócio-econômica* de Karl Marx. Pois esta ao assinalar os modos de produção vigentes enquanto possibilidades de realização, por outro lado não nos habilita a pensar e analisar as especificidades e particularidades dessas formações. Já que não existindo sociedade *a-espacial*, a história não se realiza fora do espaço, mas apenas *pelo e no* espaço. O conceito de *formação sócio-espacial* além de nos permitir pensar o processo, a concreção e as possibilidades realizadas, também contempla a dimensão política, sobretudo do Estado como principal agente dinamizador das modernizações no território.

O conceito de *formação sócio-espacial* também é válido para apreender as heranças do passado, isto é, as *rugosidades* do espaço (Milton Santos, 1999) que se fizeram e se fazem atuantes no presente enquanto condições (forças de atenuação ou de facilitação) para as novas realizações. Desse modo, compreender a formação territorial de Campinas e de sua Região Metropolitana hoje supõe a consideração dessas particularidades, dessas concreções das possibilidades do mundo mediadas pelo território nacional no quadro do processo da urbanização brasileira e da divisão internacional e territorial do trabalho.

Campinas originou-se de um *pouso* fundado em 1722 à beira do caminho dos *Guaiases* a partir de uma rota secundária e tardia do ciclo de mineração brasileiro com a descoberta de ouro em Mato Grosso e Goiás. Logo, um posto dentre outros que

conformaram uma vasta rede de vilas no interior do território brasileiro com a função de abastecimento das caravanas e de registro e cobrança das taxas dos minérios. Função esta de entreposto e rota de passagem obrigatória que marcaria as regulações e organizações espaciais futuras do município.

Após o declínio da mineração durante décadas o povoado manteve-se estagnado até meados dos anos 1790 quando passa a ser introduzida a lavoura de cana-de-açúcar. Na última década do século XVIII, com a alta dos preços do açúcar na Europa, a economia da freguesia até então fundamentada na policultura de subsistência vai modificando-se gradativamente. De Bairro do Mato Grosso das Campinas, um ajuntamento de pequenas propriedades agrícolas pertencente à Vila de Jundiáí, é elevada à condição de freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas em 1774 e à condição de Vila em 1797. A agroindústria do açúcar fundamentada na cultura de larga escala, no trabalho escravo e voltada para exportação passa a ser a atividade predominante da Vila de São Carlos, modificando hábitos e imprimindo os primeiros traços de riqueza (Badaró, 1996).

Até princípios de 1840 a agro-indústria do açúcar constituiria a economia dominante, com a vila desempenhando o papel de centro administrativo e religioso em complementariedade à vida dos engenhos. Nesse período o comércio dependia das tropas de burros que levavam o açúcar para Santos, trazendo na volta uma pequena variedade de produtos importados; sal, querosene, tecidos, ferragens e armarinhos em geral.

Com a generalização do uso do café na Europa entre 1800 e 1830, o Brasil pouco a pouco vai introduzindo e substituindo as lavouras de cana pelo cultivo de café, tornando-se o maior produtor mundial a partir de 1830. A produção de café para exportação torna-se significativa em Campinas por volta de 1835 a partir da expansão das lavouras do Vale do Paraíba, quando aqui ainda predominava a agro-indústria do açúcar. A partir da década de 1840 as lavouras de café superaram as de cana-de-açúcar; em função dos interesses dos donos de engenhos atraídos pelo preço internacional do café, pelos incentivos governamentais, pela menor força de trabalho requerida em sua cultura e pela fertilidade das terras campineiras. Em 1842 a Vila de São Carlos é elevada à categoria de cidade retomando a denominação de Campinas.

A partir de 1850 sucessivas crises ocorreram na produção brasileira de café devidas principalmente a dois fatores: barateamento do preço do café (ampla difusão e produção); e

elevação dos custos, já que as lavouras se dispoñdo cada vez mais afastadas das zonas portuárias dificultavam o transporte, bem como a elevação do custo da mão-de-obra em função do fim do tráfico negreiro em 1850 imposto pela Inglaterra à qual interessava, em virtude de sua industrialização, a formação de amplos mercados consumidores. Desta época datam os primeiros fluxos de imigração de trabalhadores europeus.

Contudo, em 1868 com a quebra na produção mundial e elevação dos preços, uma nova fase de expansão da produção cafeeira brasileira teve início. Sobretudo com a implantação a partir de 1865 das estradas de ferro que possibilitou uma maior integração econômica do território brasileiro, bem como pela introdução da máquina para beneficiamento do café. Em 1872 os trilhos da Cia. Paulista de Vias Férreas e Fluviais conecta Campinas à Jundiaí e ao entroncamento com as linhas da São Paulo Railway, e em 1875 os trilhos da Cia. Mogiana passam a estabelecer a sua conexão com o interior. Campinas, novamente como nó de articulação de uma ampla área em expansão econômica, passa a gestar as condições para a conformação da função de pólo regional. Na década de 1870 Campinas já respondia pela maior parcela da produção nacional de café (Badaró, 1996).

Na Rua São José aberta em 1825 (futura Rua 13 de Maio) que se estendia da estação ferroviária até o núcleo urbano originário do município, estabeleceu-se no último quartel do século XIX o comércio varejista com pequenas lojas de tecidos e armarinhos, ao passo que o comércio atacadista de secos e molhados e os hotéis instalaram-se no largo da estação e nas quadras das ruas adjacentes. O surgimento das primeiras indústrias está ligado à expansão da lavoura cafeeira; com as demandas e a concentração de excedentes de capital nas mãos de uma elite interessada em investimentos alternativos ao café quando este perdia preço no mercado internacional. Em 1885 o trabalho livre intensifica-se com a imigração italiana, gerando mais uma condição para expansão industrial e para a formação de amplo mercado.

Com o crescimento vertiginoso propiciado pela economia cafeeira Campinas passa a enfrentar problemas de saneamento e higiene. A partir de 1889 três surtos consecutivos de febre amarela assolaram Campinas. Sua população decresceu de 50.000 habitantes em 1888 para 5.000 habitantes, o comércio perdeu sua amplitude regional e se manteve estagnado (Badaró, 1996). A partir dos melhoramentos implementados e da erradicação da epidemia

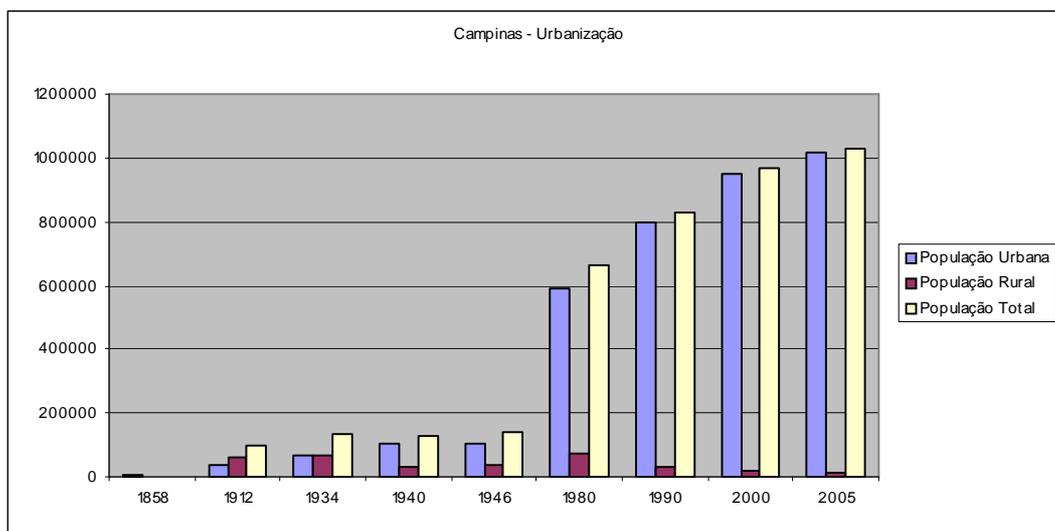
no início do século XX, começa a despontar a cidade industrial, sobretudo a partir de 1918 com a lavoura de algodão e a indústria têxtil.

Nessa época se destacam como fatores favoráveis à instalação de indústrias em Campinas: as facilidades de transporte com entroncamento ferroviário já instalado; a rede de energia elétrica como força motriz (1905); a boa infraestrutura urbana de um modo geral; e os incentivos municipais para atração de indústrias (impostos e terrenos), como exemplificado pela Lei n.113 de 1906 que concede terreno à Companhia Funilense e pela Resolução 327 de 1909 que concede isenção de impostos à Cia. D. de Armazéns Gerais (Souza, 2004). A população urbana em 1912 de 38.346 habitantes passa em 1920 para 50.000 habitantes (Bergó, 1944, citado por Badaró, 1996). A partir do desenvolvimento da década de 1920, calcado principalmente nas atividades industriais, um novo padrão de urbanização se insere pautado pela expansão do perímetro urbano associada a disseminação das indústrias e às novas habitações, sobretudo da classe trabalhadora, bem como pela mobilidade proporcionada pela incipiente introdução do uso dos automóveis, caracterizando essa expansão por *vazios* urbanos e pela especulação urbana (o uso do solo como mercadoria).

Com o temor de uma nova epidemia e problemas de ligação viária, começa a se esboçar esforços para a elaboração de um plano de urbanismo a partir da contratação do engenheiro arquiteto Francisco Prestes Maia em 1934. Segundo Badaró (1996), o plano que a princípio era amplo e se debruçava sobre a totalidade das questões (zoneamento, habitação, lazer, saúde, cultura, etc.) no ano de sua aprovação em 1938 se torna um *Plano de Melhoramentos Urbanos* marcado pela supremacia da questão viária e pela expansão urbana imiscuida pelos interesses privados da especulação imobiliária, logo, pela formação de vazios urbanos segundo divisão funcional da cidade em setores e distritos conforme suas atividades.

A partir de 1956 com a proliferação de investimentos estrangeiros é completada a transição da cidade agrária para a cidade industrial (Badaró, 1996). Contudo em 1930 as atividades tipicamente urbanas – comércio, indústria e serviços – já haviam se tornado mais relevantes que as rurais, sobretudo ao considerarmos que em meados da década de 1930 a população campineira já era predominantemente urbana: em 1934 de um total de 135.000 habitantes, 70.000 viviam no núcleo urbano e 65.000 na zona rural (Souza, 2004).

Gráfico 1: *Campinas: Urbanização e Transição Demográfica*



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), *Matriz de Periodização para Campinas* (SOUZA, Maria Adélia Aparecida; Escritório de Planejamento – SEPLAMA / Prefeitura Municipal de Campinas – PMC, 2004).

Mas, é a partir de 1956 com a política e a ideologia desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek que Campinas se torna mais vigorosamente industrial ao responder ao novo desenvolvimento industrial nacional implementado. A industrialização da década de 1960 fundamentada na ideologia do crescimento pós-1964 com o governo Militar e os *eixos de integração e desenvolvimento nacional*, intensificada pela desconcentração industrial de São Paulo em direção ao interior do estado, trouxe novas feições ao município de Campina produzindo uma estrutura social complexa e diferenciada.

Desconcentração industrial esta que se intensifica a partir de meados da década de 1970 com base nas novas tecnologias de comunicação e informação, as quais favoreceram novas formas de organização das plantas produtivas e permitiram a continuidade centralizada e concentrada das decisões de comando na orquestração do processo produtivo; unidades produtivas se disseminam e se espalham, mas as matrizes e escritórios centrais das empresas se mantem concentrados, sobretudo na capital paulista. Soma-se a isso a maior fluidez de circulação do território, sobretudo paulista, concretizada pela integração econômica mediante a opção pelo rodoviarismo já esboçada em fins de 1950. Portanto, é a partir de meados de 1970 que se inicia o processo de metropolização da RMC,

período este em que o crescimento industrial dessa região já superava ao da Grande São Paulo (EMPLASA, 2002).

Nas décadas de 1960 e 1970 houve um aumento dos investimentos industriais, empresariais e governamentais em Campinas, mas com conteúdos renovados a partir da maior incorporação de técnica, ciência e informação num processo de especialização e conformação de Campinas como um pólo tecnológico das telecomunicações, microeletrônica e química. Desse modo, o município passa a exigir cada vez mais uma mão-de-obra qualificada, o que contribuiu para a formação de uma ampla classe média no município. Em 1980 da população com curso superior, 71,5% eram não-naturais, ocorrendo também atração de um contingente considerável de população de baixa renda, 41% dos migrantes chegados em Campinas na década de 1970 não apresentavam nenhum grau de instrução escolar e 32% apenas o primário/elementar (Baeninger, 1992).

Na década de 1980 a maior parte da população economicamente ativa (PEA) de Campinas se concentrava no setor secundário, sendo que foi nesta mesma década que o município se tornou o maior pólo de atração de migração do estado de São Paulo atingindo um pico no seu crescimento populacional (Souza, 2004). Contudo, nas décadas seguintes ocorreria uma diminuição do crescimento populacional de Campinas frente a outros municípios da Região Metropolitana, processo este correlato ao que se passava nas demais regiões metropolitanas do Brasil (EMPLASA, 2002).

Na década de 1980 o município de Campinas passa a apresentar um crescimento menor, enquanto as maiores taxas de crescimento populacional na RMC passam a ser apresentadas por Hortolândia e Sumaré. Este quadro se mantém ao longo da década de 1990, mas com o município de Sumaré apresentando uma diminuição acentuada em relação ao seu crescimento anterior. Desse modo, para o ano de 2000, os municípios com as maiores densidades populacionais na RMC, esta com uma média de 634 habitantes/Km<sup>2</sup>, eram: entre 1.001 a 2.000 hab/ Km<sup>2</sup> se encontravam apenas três municípios (Campinas, Sumaré e Americana); e o único na RMC com densidade populacional acima de 2.001 hab/ Km<sup>2</sup> era Hortolândia (EMPLASA, 2002).

Tabela 1: taxas de crescimento populacional na RMC – 1980-2000

	Década 1980-1990	Década 1991-2000
RMC	3,51	2,54
Campinas	2,24	1,5
Sumaré	7,26	3,2
Hortolândia	8,14	7,72

Fonte: EMPLASA, 2002

A essa reorganização populacional na RMC, associa-se a reorganização de um complexo de atividades econômicas caracterizado pela presença de grandes empresas modernas, de alta tecnologia e com articulações em complexas cadeias de produção, destacando-se: montadoras de veículos, telecomunicações, metalurgia, química, mecânica, informática e micro-eletrônica. Soma-se a isso o aprofundamento da especialização produtiva de parte dos município da RMC: Campinas ainda mantendo-se como centro diversificado, embora já se destacando como pólo logístico e de alta tecnologia, sobretudo como nó de articulação material (*circuitos produtivos*) e imaterial (*círculos de cooperação*) como a institucionalização da Companhia de Desenvolvimento do Pólo de Alta Tecnologia de Campinas (empresa municipal voltada para o planejamento e execução da política de C&T); Paulínia, química e petroquímica; indústria têxtil em Americana; farmacêutica, química e autopeças em Sumaré; Jaguariúna com informática e telecomunicações.

Segundo dados da EMPLASA (2002), o município de Campinas passa a apresentar ao longo dos anos 80 e, sobretudo, na década de 1990, um crescimento mais significativo do *setor terciário*, embora a indústria, ainda com evolução bem favorável, mas com relativa diminuição do seu crescimento, passa a apresentar uma acentuada diminuição no número de empregos, dada as novas tecnologias e investimentos calcados no capital-intensivo. Trata-se de desdobramentos advindos da acentuada concentração industrial presenciada ao longo das décadas anteriores, tais como atividades de comércio e serviços, infra-estrutura de apoio à produção, redes de comunicação, armazenamento e transportes, empresas e escritórios para exportação, serviços financeiros e consultorias.

Campinas tem assim ampliadas sua escala de urbanização e sua importância enquanto centro urbano em virtude da superposição dos efeitos de dois tipos de consumo: o *consumo produtivo* cuja demanda heterogênea advém dos sub-espacos segundo suas atividades e equipamentos produtivos; e o *consumo consuntivo* cuja demanda também

heterogênea se deve aos diferentes estratos de renda, um consumo ampliado, não apenas dos chamados bens-de-consumo e de serviços, mas também do consumo de caráter mais imaterial, como idéias, informação, lazer, saúde, educação e esperanças (Santos, 1993).

Nesse quadro o município de Campinas passa a constituir um centro polarizador em função de sua posição estratégica, historicamente e geograficamente consolidada, possibilitando maiores facilidades de acesso, circulação e fluxos de pessoas, serviços e mercadorias. Destaca-se também a polarização exercida por Campinas nas atividades de consumo, atraindo uma população de mais de 5 milhões de habitantes em toda a sua Região Administrativa e outras localidades (EMPLASA, 2002).

Segundo levantamento da EEMPLASA (2002), dos investimentos privados anunciados no primeiro semestre de 2001 da ordem de U\$ 900 milhões para implantação, ampliação ou modernização de empresas e empreendimentos para a Região Metropolitana de Campinas (o que representou 7% do total de investimentos previstos para o estado de São Paulo): 60% correspondeu ao terciário; 33% ao secundário; 6,5% ao comércio; e 2% a agropecuária e pesca. No âmbito da região metropolitana estes investimentos previstos contemplaram 13 dos 19 municípios da RMC, sendo que Campinas concentrou 70% do valor anunciado. No conjunto dos municípios e das atividades, destaca-se que 70% do montante anunciado se concentrou nos seguintes ramos: produtos de metal (exclusive máquinas e equipamentos), indústria automobilística e produtos complementares no setor industrial, atividades imobiliárias, integrantes do setor de comércio, e telecomunicações em serviços.

O comportamento, estruturações e reorganizações, das instituições, empresas e populações nos evidenciam a maneira pela qual a *urbanização* vem se realizando na RMC, ou seja, a maneira pela qual esta região se adequa à divisão internacional do trabalho, mediada pelo território nacional, conformando uma divisão inter-urbana do trabalho. Aumentando as complementariedades entre os municípios, bem como uma maior diferenciação entre os mesmos.

A redução do crescimento populacional de Campinas verificada a partir da década de 1980, inferior às altas taxas das décadas anteriores, e as maiores taxas apresentadas pelos demais municípios da RMC no mesmo período, bem como o movimento de desconcentração das atividades industriais no estado de São Paulo e em particular na RMC,

movimentos estes análogos às demais áreas metropolitanas do país, evidenciam o processo de *involução metropolitana* apontado por Milton Santos (1993). Ou seja, o crescimento econômico e populacional menor das grandes cidades em comparação com as taxas mais elevadas das regiões dinamizadas e das cidades médias e regionais.

Outro elemento da *involução urbana* é manifestado nas cidades médias e, sobretudo nas grandes cidades, tornadas pólos da pobreza, pois a pobreza não é apenas tributária do modelo econômico, mas também do modelo espacial (Santos, 1993). Cidades estas que constituem os lugares com maior força atrativa das populações pobres e com maior força para também mantê-las, ainda que em condições sub-humanas. A urbanização social e espacialmente seletiva cria os fluxos migratórios de pessoas e empresas gerando concentrações em parcelas específicas do território (caso extremo nos é apresentado pela *macrocefalia* da Grande São Paulo).

Logo, modernizações acompanhadas pela expansão de empregos mal remunerados, da pobreza e das condições de vida a ela correspondentes, gerando um processo pelo qual a economia urbana da cidade em sua totalidade se adapta a partir da proliferação de atividades com os mais diferentes níveis de capital, de organização e de tecnologia. Atividades e ocupações que surgem para suprir a demanda por empregos e serviços que a economia monopolista não é capaz de atender. Assim, a urbanização brasileira é caótica, sobretudo, por ser *corporativa* e se dar em pontos e manchas do território. Uma lógica da totalidade do território brasileiro que se manifesta nos demais níveis espaciais; entre estados, municípios e regiões metropolitanas.

Esta urbanização é responsável pela criação de um sistema dual da economia nas cidades e entre as cidades, conformando dois subsistemas interdependentes e complementares, mas antagônicos, como buscar-se-á avaliar no presente trabalho a partir das atividades de comércio no município de Campinas.

Desse modo, Campinas se apresenta como uma *metrópole corporativa e fragmentada* (Santos, 1990), caracterizada por ser também o lugar de muitos capitais e de vários trabalhos, isto é, lugar não só das empresas e atividades de alto capital e de alta tecnologia, mas também o lugar de numerosas atividades ditas *marginais* do ponto de vista tecnológico, informacional, organizacional, financeiro e fiscal (Santos, 1993).

Logo, manifesta-se em sua escala municipal enormes desigualdades nos esforços de dotação de equipamentos do território, corroborando para a emergência de numerosas necessidades incapazes de serem atendidas. Pois os poderes públicos sendo chamados a participar da modernização do território, a fim de tornar este mais produtivo, fluído e competitivo, uma modernização exigente de investimentos cada vez mais vultosos, lega às demais frações apenas resíduos dos gastos orçamentários e esforços políticos.

Logo, podemos associar à RMC uma metropolização também *corporativa e fragmentada*; destinada a privilegiar certos setores e agentes, sobretudo aqueles com maiores possibilidades de uso efetivo das virtualidades oferecidas pelos macrosistemas de circulação e comunicação destinados a dotar parcelas do espaço com maior fluidez. A institucionalização da RMC nos diz muito, pois embora os municípios pertencentes não consigam afirmar consensos e planos comuns para áreas de educação, habitação e saúde, nem mesmo a unificação de impostos para frear a chamada *guerra fiscal* entre os mesmos, que é na verdade uma guerra entre os lugares intensificada pela competitividade territorial, contudo, em se tratando do setor de transportes muitos esforços, conciliações e investimentos são feitos, com um ímpeto e energia que não constatamos nos demais setores. Dentre outras privilegiadas, destacam-se, por exemplo, as questões ligadas às praças de pedágio, aos programas de incentivo à exportação, aos sistemas rodoviários, à organização e regulação dos transportes metropolitanos, ao corredor metropolitano de transportes e a ampliação do Aeroporto de Viracopos, além dos incentivos e esforços na atração de atividades ligadas ao setor de alta tecnologia.

A institucionalização e atual planejamento da RMC se originam e são tributários das estratégias de movimento e de transportes, o que se verifica pelo Decreto nº 45.983, de 8 de agosto de 2001, que dispõe sobre a aplicação na Região Metropolitana de Campinas da legislação regulamentadora do transporte coletivo de passageiros, por ônibus, da Região Metropolitana da Grande São Paulo e da Região Metropolitana da Baixada Santista. Ou ainda como a instalação no município de Campinas, em 17 de maio de 2002, de uma Unidade Administrativa da Empresa Metropolitana de Transportes (EMTU/SP) vinculada à Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) do Governo do estado de São Paulo.

Portanto, a RMC constituiu uma *regionalização*, uma circunscrição intermediária entre a escala nacional e o âmbito local; uma unidade de coordenação em nível de decisão

para planejamento territorial (Souza, 1976). Logo, quadro operacional de um plano de desenvolvimento pautado por uma escolha política e pelas prioridades advindas desta escolha, no caso da RMC a política de circulação e transportes com a finalidade de integrar economicamente, mas uma integração parcial e seletiva.

### **Atividades Terciárias em Campinas**

---

Num contexto de modelações universais insere-se as segmentações das atividades produtivas do trabalho segundo a *natureza* dessas atividades; como a clássica definição tipológica da economia proposta por Colin Clark (citado por: George, 1978; Santos, 1979) em atividades *agrícolas*, *manufatureiras* e de *serviços*, respectivamente, setores *primário*, *secundário* e *terciário* amplamente difundida, sobretudo com o concurso das instituições internacionais. Modelo este que frequentemente ao ser aplicado negligencia os sistemas técnicos e a articulação das atividades de produção, circulação, troca (ou distribuição) e consumo.

Por vezes testemunhamos um descompasso entre a daticidade dos fatos e as *grades* ou *malhas* das classificações internacionais, correntemente presente em aplicações acríticas aos países subdesenvolvidos de normas e modelos estabelecidos segundo as experiências e as realidades dos países centrais.

Pierre George (1979) sublinha o setor *terciário* como o de mais difícil determinação em razão de sua diversidade e complexidade, o que muitas vezes acarreta uma acentuada ambiguidade desta noção. Pois esta nomenclatura se refere a um conjunto de ocupações e atividades auxiliares no complexo da economia cuja atividade dominante são os serviços, daí a denominação *setor de serviços*. Trata-se assim, de uma categoria que se aplica a um conjunto amplo de atividades bem diferenciadas que respondem a necessidades, lógicas e usos muito distintos. Embora estruturalmente dependentes e organizadas, no conjunto do território estão associadas a uma enorme variedade (quantitativa e qualitativa) de localizações em função da escala dos interesses das populações e das decisões dos agentes.

Para Pierre George (1979, p.81) se trata da *evolução mais espetacular da divisão da 'força de trabalho' entre diversas atividades nas economias e sociedades industriais no curso deste último meio-século, é o aumento do efetivo de pessoas ativas em ocupações que*

*não são concreta ou diretamente produtoras de objetos, quer se trate de bens de equipamento e instrumentos de produção ou material oferecido para uso individual ou familiar.*

Tomelin (1988) assinala que terciários são todos aqueles produtores de serviços, isto é, de *bens socialmente necessários* que ao se esgotarem no ato em que se prestam, não se percebem, não são notados. Este autor sublinha a deficiência de algumas definições que classificam negativamente este setor em razão de sua diversidade, ou seja, das definições por exclusão. George (1979) também aponta a noção de setor terciário como um subterfúgio criado para definir e classificar *a contrário* atividades e ocupações gestadas a partir da evolução tecnológica e política da sociedade industrial. Assinalando que foi devido ao maior crescimento, extensão e proliferação de certas formas de atividade que forçosamente pediu a sua consideração sob essa denominação generalizante, ou seja, deveu-se mais ao aparecimento proeminente de um novo conjunto de ocupações e serviços do que por sua própria essência.

Logo, o terciário se fundamenta num suporte material, mas caracteristicamente como uma atividade que se produz em relação a alguma coisa, ou seja, este setor tem uma forte dependência em relação aos demais setores. É este caráter de sempre evidenciar sua ligação a outras atividades, isto é, de expressar claramente que não tem uma existência própria, uma razão em si mesmo, que faz necessário na caracterização das atividades terciárias a consideração concomitante da *quantidade* e da *qualidade*, esta tendo maior importância e predominância, dos serviços prestados (Tomelin,1988). Sobretudo, considerando-se que num contexto de modelações universais, embora o terciário traga a marca de seu tempo, o traz mais essencialmente ainda as modulações da *formação sócio-espacial* na qual se gestam.

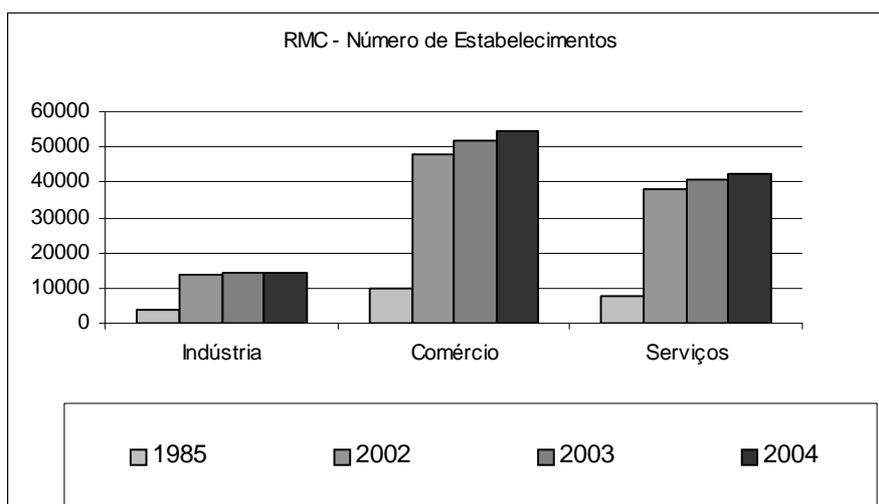
Contudo, cabe lembrar que historicamente e mesmo anteriormente a essas nomenclaturas, definições e classificações, a própria realidade daquilo que se convencionou denominar por *terciário* precede a de *secundário*, esta oriunda da Primeira Revolução Industrial. Ou seja, a origem das cidades tal como hoje nos chegam, deve-se muito mais a uma Revolução Agrícola – produção de excedentes e possibilidade de aglomeração das populações junto a vilas, povoados e cidades – do que a uma Revolução Industrial, esta subiu nos ombros daquela.

Logo, originariamente as cidades nascem como pontos ou centros de troca, de comunicação, de comércio, de feiras e mercados. Momento no qual as ocupações e atividades hoje ditas *terciárias* se ligam espacialmente ao *desabrochar vigoroso das cidades* (George, 1979).

De qualquer modo uma primeira aproximação oferecida por inventários e dados estatísticos é válida, já que nos permitem uma visão do aspecto quantitativo, embora o mesmo não ocorra quanto à qualidade, natureza e relações dessas atividades. No conjunto da RMC, a cidade de Campinas sediava em 2004: 37,6% dos estabelecimentos Industriais, 43,1% dos de Comércio e 50,2% dos de Serviços. No que se refere ao Comércio Exterior da RMC, segundo o economista da ACIC Laerte Martins<sup>2</sup>, destaca-se a Indústria que tem um peso de mais de 75% na balança comercial, exportando e importando basicamente material de telecomunicações, informática, produtos metalúrgicos e papel e celulose.

Embora os dados apontem a preponderância e pujança do setor industrial na RMC, por outro lado ao se analisar o número absoluto de estabelecimentos na Região compreendidos entre o período 1985-2004, evidencia-se a maior presença dos setores de comércio e serviços, bem como são estes os setores responsáveis pelo maior número de empregos e ocupações, como demonstram os gráficos abaixo elaborados com o concurso de dados da ACIC (*Relatório Econômico / 2004*).

Gráfico 2: número de estabelecimentos segundo setor na RMC (1985-2004)



Fonte: dados levantados no *Relatório Econômico / 2004* – ACIC

<sup>2</sup>Entrevista realizada em reunião com o mesmo na sede da Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC) em 27 de abril de 2005.

Segundo dados da ACIC (2004) a População Economicamente Ativa (PEA) na RMC já atinge cerca de 1.345.447 trabalhadores, sendo que desta, cerca de 1.182.844 representa o contingente da classe trabalhista empregada, ou seja, na RMC em 2004 havia 162.603 indivíduos sem emprego (12,1% da PEA). Em Campinas, de acordo com o relatório, em 2004 esses números mostraram uma PEA de 534.206 indivíduos cuja mão de obra ocupada era de 456.897 trabalhadores, logo com 77.309 pessoas sem emprego ou com ocupações não declaradas.

Tabela 2: contingentes de empregados nos 3 setores da economia de Campinas (2004)

Empregados na Indústria	52.546
Empregados no Comércio	63.901
Empregados em Serviços	120.934

Fonte: *Relatório Econômico / 2004* – ACIC

A ambiguidade e confusão em torno da noção de *terciário* são amplificadas e acirradas quando associadas aos níveis de tecnologia e organização da produção. Tal como a oposição dualista ou distinção *purificadora* entre um terciário *tradicional* (comércio, serviços, cultura) e outro *moderno* (serviços dedicados às grandes empresas), ou trabalho enquanto predominantemente *manual (braçal)* versus *intelectual* (este sendo o terciário).

Santos (2004) também critica a teoria do dualismo estrutural ou tecnológico que se fundamenta na proposição de dois setores: um *moderno* e outro *tradicional*. Trata-se, segundo ele, de dois subsistemas do sistema global que é a cidade. Portanto, assevera Santos (1977), deve-se refutar o dualismo, já que se trata de um antagonismo de uma só e mesma articulação causal cuja fonte é a modernização tecnológica geradora de dois sistemas de fluxo.

George (1979) propõe uma distinção analítica do terciário a partir da configuração espacial dessas atividades em dois grupos: terciário *direcional* (administrativo, de decisão e comando) associado à *polarização*; e um terciário de serviços *banal*, mais disseminado, difuso e onipresente. Arranjo espacial este que é produto e condição das atividades *específicas e induzidas*, mesmo porque ambas procedem de um mesmo movimento estrutural, mas, contudo, respondem a dois tipos ditintos de relação entre trabalho e

localização. As *específicas* se destinam a atender uma única população, seja ela local ou parte seleta de um conjunto maior, que em virtude do nível técnico superior ou do caráter de *raridade* de seus serviços se dão de forma *concentrada* e *centralizada*. Já as atividades *induzidas* por se destinarem a uma clientela mais extensa e geograficamente espalhada se manifestam de forma *disseminada*. São estas atividades que correspondem ao *terciário de serviço banal*, ao passo que as primeiras se agrupam num *terciário concentrado*, isto é, um terciário de *comando* ou *decisão*. Noção esta de decisão tomada no sentido amplo do termo, a qual George (1979) associa à de *criação*; científica, técnica, literária, artística. Segundo este autor, ambos terciários estão associados a grandes concentrações de população e grandes aglomerações, como *conurbações* ou *regiões urbanas*.

Michel Rochefort (citado por Tomelin, 1988) também faz uma diferenciação, segundo padrões distintos de localização, entre um *terciário de serviços* (distribuição segundo demanda da clientela) e um *terciário de decisão* (função das condições favoráveis à tomada de decisão). É a partir desta tipologia de Rochefort que Tomelin (1988) fundamenta a diferenciação entre *setor terciário* e *setor quaternário*, assinalando que o desenvolvimento e surgimento deste segundo foi favorecido pela ciência e pela tecnologia, logo, também tendo por característica dominante os elementos de criação e de decisão.

Segundo George (1979) o *terciário superior* é funcional à escala dos conjuntos econômicos e políticos do Estado ou das grandes regiões. Já o *terciário banal* está ligado ao consumo local, à escala de uma cidade ou de uma fração do território. O primeiro se remete a um *terciário de metrópole*, concentrando-se em um número pequeno de lugares, os *lugares de decisão*, efeitos também induzidos pela presença, direta ou indireta, do aparelho do Estado: administrações centrais e serviços de relação e representação; grandes organismos de decisão econômica, *multinacionais* ou de gestão da economia nacional ou regional; instituições de pesquisa ou centros de criação (formação de quadros administrativos e de comando). Diferentemente do *terciário banal* que por ser concomitantemente induzido pelo terciário superior e pela concentração de consumidores de produtos, alimentos e serviços de uso cotidiano, por sua vez é muito mais onipresente.

## Impacto Modernizador: Gênese dos Dois Circuitos da Economia Urbana

---

No caso brasileiro a distribuição espacial dessas atividades é acentuadamente mais distinta, concentrada, seletiva e desigual. Santos (2004) em 1970 assinalou que os Países do Terceiro Mundo não se caracterizavam como países *em desenvolvimento*, mas sim como países *subdesenvolvidos*. Para tanto ele sublinhou a necessária distinção entre *desenvolvimento* – processo de articulação local ou nacional das atividades e redistribuição regressiva da renda – e *crecimento* produtivo, pois este sem aquelas articulações necessárias não passa de um mero *pseudodesenvolvimento*. É este crescimento *por si mesmo*, na verdade uma resposta aos vetores e necessidades externos à economia nacional, que resultou na implantação de atividades sob condições de *produtividade pura*; como os projetos e planificações das décadas de 1950 e 1960.

O aparelho produtivo assim implantado acaba por se concentrar em certos pontos do território, concentração esta que será mais acentuada quanto mais modernas forem as atividades. Diferentemente se dá com o aparelho de distribuição, sobretudo de consumo, cujas forças marcantes são a de dispersão e de generalização freadas apenas pela ação da seletividade social. Desse modo, as modernizações consecutivas acabaram por gerar dois circuitos econômicos, um *superior* originado diretamente por ela e um *inferior* induzido indiretamente, verdadeiros subsistemas responsáveis não apenas pelo processo econômico, mas também pelo processo de organização do espaço (Santos, 2004).

O termo *modernização* é objeto de intensa discussão e controvérsia semântica, por isso Santos (1977, 1979, 2004) propõe seu emprego no plural, isto é, *modernizações*, associando-o à noção de *período*. Dessa maneira, torna-se possível apreender as implicações temporais inerentes à organização do espaço, bem como permite compreender os impactos dos sistemas históricos sobre a organização e reorganização do território. Um exercício válido, pois a *periodização* enquanto categoria histórica de explicação permite o trato conjunto das vicissitudes e concretudes da inseparabilidade entre *datação* e *localização*.

Santos (2004) propõe *período* como um conjunto de elementos de ordem econômica, social, política e moral constituídos em sistema. Sendo que cada período

representa uma modernização, isto é, a generalização de uma *inovação* originada num período anterior ou numa fase imediatamente precedente.

Portanto, sublinha Santos (2004), a história da formação dos espaços periféricos está amalgamada com a formação dos espaços dos países-pólos, os primeiros respondendo às necessidades dos segundos. Dois fatores estão presentes na formação dos espaços periféricos: o movimento de intervenção das primeiras forças externas; e os impactos sucessivos das modernizações posteriores. Assim, cada espaço apresenta sua própria evolução segundo a conjugação de forças externas e outras já presentes resultantes de intervenções externas passadas. Processo este que resulta na diversidade das condições de subdesenvolvimento e nas originalidades das situações de cada lugar em particular. Desse modo, a análise geográfica parte do entendimento de cada período como um *segmento homogêneo de tempo histórico* caracterizado por variáveis-chaves, isto é, elementos motores que se mantêm num equilíbrio relativamente duradouro no interior de uma mesma combinação.

O impacto modernizador é seletivo em todos os níveis, tanto nacional quanto regional ou mesmo local. A modernização contemporânea, mais associada a meados de 1970, é um modelo tecnológico caracterizado por: um novo peso da tecnologia com certa autonomia da pesquisa dentro do sistema; por elementos de apoio fundados em formas modernas de difusão da informação, de novas formas de consumo e de forças de dispersão e de concentração que em interação definem os modos de organização espacial. Uma modernização comandada pelas grandes empresas e corporações multinacionais geralmente com o apoio direto dos Estados ou, ao menos, com a conivência destes. Santos (2004) aponta que é a primeira vez na história que variáveis elaboradas no centro do sistema encontram uma repercussão e difusão generalizadas nos países periféricos, destacando-se duas principais: a *informação* que ganha certa autonomia; e o consumo. Por isso este autor também associa este *período técnico-cinético-informacional* à *globalização*.

O aumento da propensão geral ao consumo aliada ao *efeito demonstração internacional* concorrem para, dentre outras resultantes, uma redução da demanda por produtos locais ou por aqueles possíveis de serem produzidos internamente com um mínimo de dependência externa. Esta *revolução do consumo* marcada pela tendência à participação num consumo de tipo *moderno* também resulta na deformação da estrutura do

consumo, bem como na conformação de novas formas de produção e comércio. Portanto, resultando em diferenças qualitativas e quantitativas de consumo, originam-se dois sistemas: um como resultado direto e outro indireto da modernização.

Logo, tanto a cidade quanto a economia urbana não podem mais ser encaradas como um sistema único ou um todo maciço, mas como constituída por dois subsistemas: o sistema *superior* e o sistema *inferior* (Santos, 1977).

O *circuito superior* é o da modernização tecnológica, bem representado nos monopólios. O essencial de suas relações não é controlado na escala da cidade ou de sua região, mas em estruturas internacionalizadas. Já o *circuito inferior* é constituído por atividades de pequena escala que servem, sobretudo, a população pobre. Atividades estas que se dão dentro da cidade e com um relacionamento privilegiado com sua região. Embora haja uma interdependência entre ambos os circuitos, pois o mercado é um só, contudo, o circuito inferior complementa e é induzido pelo superior, mesmo que correntemente se faça um *confusão* (dado ideológico e político) entre o setor moderno e a cidade como um todo.

Logo, assevera Santos (2004), não se trata nem de moderno e nem de tradicional, ambos os termos carregados de significados e ambiguidades. *Moderno* é uma distinção fortemente amparada por uma noção etnocêntrica de civilização, bem como nem sempre é possível datar corretamente as atividades ditas modernas. Portanto, o que diferencia o circuito moderno ou superior não é a data de sua instalação, mas seu modo de organização e função. O circuito inferior também não é tradicional, primeiro porque ele mesmo é um produto da modernização e, em segundo, tratam-se de atividades num processo constante de transformação e adaptação. Ademais, parte dos fornecimentos do circuito inferior provêm direta ou indiretamente do superior.

O circuito superior é constituído por bancos, comércio de exportação e importação, indústria urbana moderna, comércio e serviços modernos, bem como comércio atacadista e transportes. Já o circuito inferior é formado por diferentes tipos de pequeno comércio, produção de bens manufaturados de capital não-intensivo, artesanato e toda uma gama de serviços não modernos. Cabe assinalar os *intermediários* cuja atuação lhes conferem um papel de elo de ligação entre os dois circuitos, destacando-se os atacadistas que operam no topo dos dois circuitos, as transportadoras e o sistema financeiro responsável pela unificação dos diferentes níveis de mais-valia.

As características que definem cada um dos dois circuitos são tributárias da combinação de variáveis que lhes conferem condições de subsistemas. A diferença fundamental entre os circuitos diz respeito aos níveis e naturezas de capital, tecnologia e organização. Cada um destes dois subsistemas pode ser explicado pela: combinação de atividades desempenhadas dentro de um certo contexto; e pela população vinculada a cada um deles, sobretudo pela atividade de consumo. Santos (2004) destaca que esta definição não é rígida: todas as classes podem consumir fora do circuito a que estão mais ligadas, ainda que de forma ocasional ou parcial; bem como a enumeração de todas as atividades e características dos dois circuitos não estão presentes de modo generalizado e homogêneo, ou seja, não significa que cada cidade ou que todas as cidades maiores ou metrópoles do terceiro mundo disponham de todas elas, maiores serão as variações conforme maior seja o número de cidades existentes e consideradas.

Desse modo, as características e variáveis consideradas isoladamente apresentam cada circuito como um subsistema. Quando consideradas na economia urbana em sua totalidade, cada circuito complementa o outro apresentando a cidade e a economia urbana como uma dialética entre os dois circuitos segundo seus pares contraditórios.

O apoio do estado constitui uma distinção fundamental entre os dois circuitos (Santos: 1979; 2004), sobretudo pela sua função em promover e financiar a modernização mediante os canais de coleta e alocação dos recursos: através dos impostos diretos (não regressivos) e o da distribuição seletiva e concentrada dos recursos, isto é, alocação em determinados setores da produção. Desse modo, é a população pobre que paga o preço da modernização tecnológica e da concentração que a acompanha, sobretudo por meio de um sistema de taxação indireta cujo custo (mercadorias, transportes, habitação) é função do lugar onde na cidade vivem. Logo, o Estado pode ser visto como um elemento do circuito superior já que a existência das atividades do superior dependem de capital elevado, isto é, tanto dos fundos para financiamento quanto da dotação do território com macro-sistemas técnicos sem os quais os demais sub-sistemas não funcionariam.

## 2 – A ATIVIDADE DE COMÉRCIO EM CAMPINAS: UMA BREVE APROXIMAÇÃO

---

Para George (1979) o *subsetor comercial* é o mais clássico no conjunto das atividades terciárias, o qual, estruturalmente, dividi-se em dois segmentos especializados: o *comércio atacadista* e o *comércio de distribuição*. O primeiro, com função de *entrepasto*, caracteriza-se pela coleta – de produtos agrícolas e industriais de uma dada região, poderíamos acrescentar também nos dias de hoje os níveis nacional e mesmo internacional – e a repartição destes entre os grandes focos de consumo ou centros de venda aos *retalhistas*. O comércio atacadista é exercido por grandes estabelecimentos (geralmente ligados a redes ou cadeias) dispostos em áreas amplas, tanto para exposição quanto estocagem das mercadorias. Estes são atraídos em particular por vias de circulação (avenidas, estradas e rodovias) e também pela concentração dos meios de transporte coletivo.

Já o comércio de distribuição ou *retalhista* (no presente trabalho denominado por *varejista*) é tradicionalmente representado e dividido, de acordo com George (1979), em três ramos ou sistemas segundo a forma de contato com a clientela de consumo: o comércio esporádico das *feiras e mercados*; o comércio *itinerante* ou *ambulante*, vendas à domicílio ou por abordagens em vias e passeios públicos; e o comércio das *lojas*. Este autor sublinhou o processo pelo qual o comércio de *lojas* está cada vez mais sendo integrado a cadeias de distribuição e conectado diretamente aos entrepostos – *sucursalismo* – numa tendência marcada por formas concentradas de distribuição: *grandes mercados, shopping centers, home centers, grandes lojas, super e hipermercados*.

Assim, George (1979) assinala o que ele denominou por *transição estrutural* das *atividades de contato*, isto é, daquelas de *comércio* e de *serviços remunerados*. Até recentemente, diz ele, as atividades comerciais eram representadas principalmente por duas categorias: a de comerciantes atacadistas e a de comerciantes retalhistas (neste segundo incluídos também os artesãos). A transição estrutural se verifica por meio da ascensão de lojas e estabelecimentos com múltiplas sucursais caracterizados pela unificação de suas vendas a retalho sob a direção dos depósitos das mercadorias, bem como das *grandes lojas* (centros comerciais de compra); sedes de múltiplas redes marcadas pela oferta de mercadorias e produtos diversos em estabelecimentos concentrados. Nesta segunda

modalidade (centros comerciais modernos de grande dimensão e de estrutura concentrada), embora apresentem uma combinação e conjugação de lojas de grandes sociedades (grandes lojas das grandes redes e cadeias) e amplos conjuntos de comerciantes individuais e retalhistas (varejistas), contudo, este segundo grupo está submetido às condições e características da estrutura econômica e social desses centros comerciais que é a de grandes organismos concentrados, tanto no domínio do comércio quanto das demais atividades integradas.

Desse modo, George (1979) ressalta que a evolução recente do comércio em direção à concentração também induz e é acompanhada por um movimento maior, sobretudo nos grandes centros comerciais das cidades modernas, de iniciativas privadas de dimensão familiar ou individual.

Tal fenômeno é notório ao se verificar a multiplicação, examinada mais adiante, de centros comerciais de compra (*shopping, home centers, supermercados*) e do comércio de tipo ambulante (*carrioleiros, fruteiros, paredeiros*) e, sobretudo, dos chamados *camelôs*.

Fenômeno este que evidencia a tendência do modo de produção vigente à centralização e unificação do capital em monopólios e oligopólios, bem como a acentuada interdependência e relação entre os dois circuitos da economia urbana em sua totalidade, o que não é outra coisa senão a expressão espacial dessa tendência: o aprofundamento das contradições e antagonismos inerentes a este sistema economicamente e territorialmente dual.

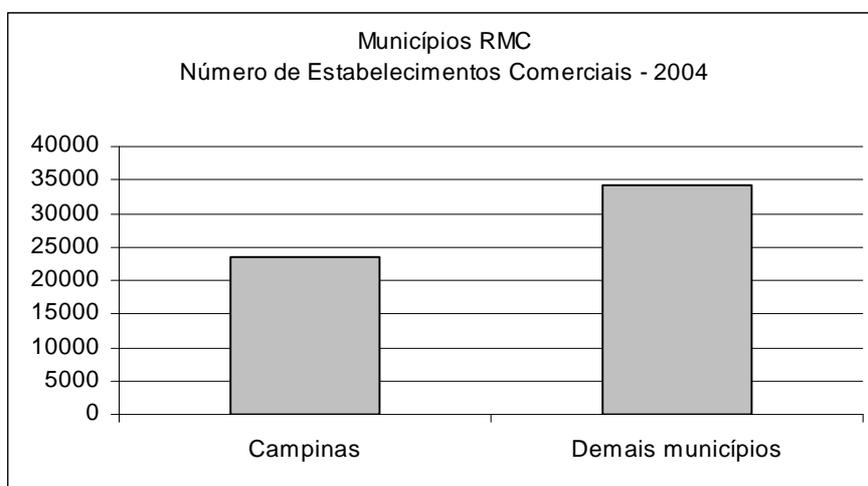
No Relatório Econômico da Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC, 2004) consta que o total de estabelecimentos comerciais presentes na Região Metropolitana de Campinas (num total de 54.254) se segmentava em: 47.516 estabelecimentos de Comércio Varejista e 6.738 estabelecimentos de Comércio Atacadista. As maiores praças comerciais da RMC são respectivamente:

Tabela 3: número de estabelecimentos comerciais na RMC – 2004

Municípios da RMC	Nº de Estabelecimentos Comerciais - 2004
Campinas	23.403
Americana	5.207
Indaiatuba	3.679
Santa Bárbara d'Oeste	3.078
Sumaré	2.803
Itatiba	2.031
Demais (13 municípios)	17.353

Fonte: Relatório Econômico / 2004 – ACIC

Gráfico 3: número de estabelecimentos comerciais na RMC – 2004



Fonte: dados do Relatório Econômico / 2004 – ACIC

Do total da geração de recursos financeiros no município de Campinas, o setor comercial foi responsável em 2004 por 17,9% do volume, sendo que nesta porcentagem o Comércio Varejista contribuiu com 8,9% e o Comércio Atacadista com 9,0%. Em valores absolutos essas porcentagens representaram, respectivamente para os seguimentos, as cifras de R\$ 263,4 milhões e R\$ 274,3 milhões, ou seja, o setor comercial apresentou um faturamento de R\$ 537,7 milhões / mês e em torno de R\$ 6,45 bilhões para o ano de 2004 (ACIC, 2004). Já o faturamento do comércio esperado para o ano de 2005 é da ordem de R\$7,3 bilhões, segundo projeção do economista Laerte Martins da ACIC publicada no jornal *Correio Popular* (14 de julho de 2005).

De acordo ainda com o relatório da ACIC de 2004, a participação do setor comercial no total de estabelecimentos em atividades no município de Campinas foi de 46%. Cabe assinalar ainda que nos últimos 10 anos o Comércio de Campinas apresentou

um crescimento de mais de 40% no número de estabelecimentos de varejo e atacado. Sendo a primeira praça em vendas no interior do estado de São Paulo, atrás apenas da praça do município de São Paulo, empregando em torno de 63.901 funcionários distribuídos em cerca de 23.403 estabelecimentos do setor (ACIC, 2004).

Tabela 4: número e segmentação dos estabelecimentos comerciais em Campinas (em 1985 e em 2004)

Tipo	1985	2004
Comércio Varejista	3.540 estabelecimentos	20.128 estabelecimentos
Comércio Atacadista	580 estabelecimentos	3.275 estabelecimentos
Total:	4.120 estabelecimentos	23.403 estabelecimentos

**Fonte:** *Relatório Econômico / 2004* – ACIC com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego.

As composições por tipos de atividades dentro do quadro destes dois segmentos do setor de comércio para o município de Campinas são apresentadas nas duas tabelas abaixo, seguida de uma terceira tabela que apresenta uma tipologia do tamanho, porte, dos estabelecimentos.

Tabela 5: distribuição por atividades - Comércio Varejista – Campinas ( 2004)

SETOR / ATIVIDADE	Nº ESTABELECIMENTOS	%
Bares e Restaurantes	2.475	12,3
Confecções e Calçados	1.469	7,3
Material Elétrico e Comunicação	1.167	5,8
Mercearias e Empórios	1.107	5,5
Auto Peças	1.026	5,1
Pastelarias e Lanchonetes	926	4,6
Farmácias	825	4,1
Materiais de Construção	745	3,7
Bazares e Armazinhos	624	3,1
Editoriais e Gráficas	604	3,0
Panificadoras e Confeitarias	584	2,9
Mobiliário	382	1,9
Casas de Carnes	342	1,7
Produtos Agrícolas	282	1,4
Outros	7.570	37,6
TOTAL :	20.128	100,0

Fonte: Relatório Econômico / 2004 – ACIC

De acordo com o economista da ACIC Laerte Martins, os 37,6% (*Outros* presente na Tabela 5) correspondente a 7.570 estabelecimentos distribuídos por 13 setores concentram postos de vendas de: Brinquedos, Artigos Esportivos, Postos de Gasolina, Relógios e Jóias, Casas Lotéricas, Material Reprográfico, Espumas e Colchões, Plásticos e Embalagens, Material de Prevenção e Segurança, Piscinas e Acessórios, Máquinas e Ferragens, Videolocadoras e Telefonia e Celulares. Identificação esta de postos de vendas que cobre 70% dos 37,6% assinalados, ou seja, cerca de 5.300 estabelecimentos.

Tabela 6: distribuição por atividades - Comércio Atacadista – Campinas ( 2004)

SE TOR / AT I V I D A D E	Nº ESTABELECEMENTOS	%
Produtos Agrícolas	593	18,1
Mercado e Entrepoto	272	8,3
Material Elétrico e Comunicação	233	7,1
Farmacêutico e Medicinal	226	6,9
Produtos Metalúrgicos	200	6,1
Produtos Químicos	115	3,5
Produtos Alimentícios de Origem Animal	105	3,2
Empresas de Refeições Coletivas	92	2,8
Materiais de Construção	88	2,7
Auto Peças	85	2,6
Confecções	82	2,5
Bebidas Alcoólicas	72	2,2
Diversos	1.112	34,0
T O T A L :	3.275	100,0

Fonte: Relatório Econômico / 2004 – ACIC

Do mesmo modo que na Tabela 5 (referente ao comércio varejista) os 34% correspondente a 1.112 estabelecimentos de atacado (*Diversos*) na tabela acima (Tabela 6) se referem a postos de venda a atacado de: Produtos Veterinários, Rações (*Pet Shop*), Produtos Agropecuários, Centros de Distribuição (lojas de departamento e entrepostos) e outros atacados. Identificação esta de pontos de venda que também cobre 67% dos 34% indicados, ou seja, cerca de 750 estabelecimentos.

Tabela 7: tamanho / porte das empresas - Segmento Comercial – Campinas (2004)

Segmento	Porte da Empresa	Nº Estabelecimento	%
Comércio Varejista	Grande Porte (mais de 1000 empregados)	***	0,0
	Médio Porte (de 100 a 999 empregados)	181	0,9
	Pequeno Porte (de 10 a 99 empregados)	2.858	14,2
	Micro Empresa (de 0 a 09 empregados)	17.089	84,9
	SUBTOTAL:	20.128	100,0
Comércio Atacadista	Grande Porte (mais de 1000 empregados)	***	0,0
	Médio Porte (de 100 a 999 empregados)	65	2,0
	Pequeno Porte (de 10 a 99 empregados)	724	22,1
	Micro Empresa (de 0 a 09 empregados)	2.486	75,9
	SUBTOTAL:	3.275	100,0
T O T A L :		23.403	100,0

Fonte: *Relatório Econômico / 2003 – ACIC*

Na Tabela 7, acima apresentada, a indicação “\*\*\*” para o número de estabelecimentos de grande porte (tanto varejistas quanto atacadistas) remete ao fato de que não há no município nenhum estabelecimento que apresente tal característica. Contudo, ao se observar e mapear algumas empresas em todo o seu conjunto de unidades e/ou estabelecimentos, empresas que constituem verdadeiras *redes* ou *cadeias* de comércio e distribuição, tais como as franquias e sucursais, verifica-se que algumas se enquadram nestas categorias de grande porte (mais de 1000 empregados).

A partir de pesquisa em sites e propagandas institucionais das referidas empresas e com o concurso de dados publicados pelo *Sindivarejista Campinas e Região* (2004), destaca-se a seguir apenas algumas, a título de exemplo, dentre as empresas comerciais de grande porte instaladas em Campinas, tais como:

- C&A, uma das maiores cadeias de roupas e acessórios de moda no mundo, de origem holandesa tem 115 lojas no Brasil (desde 1973), apenas no ano de 2003 com a inauguração de 12 lojas no país criou 1.300 empregos diretos, das 4 lojas instaladas em Campinas, fora a primeira inaugurada em 1977 na Rua 13 de Maio, as outras três estão em shopping centers (uma no Iguatemi e duas no Parque D. Pedro Shopping);

- *Casas Bahia* com 25.000 funcionários e 372 lojas espalhadas pelo Brasil com 7 estabelecimentos em Campinas (desde 1989) emprega cerca de 1.500 funcionários no município segundo o Departamento de Economia da ACIC;

- *Lojas Americanas* com 128 estabelecimentos no país, com três dessas lojas em Campinas, uma na Rua 13 de Maio (fundada em 1931), outra no Shopping Iguatemi (1980) e a terceira no Parque Dom Pedro Shopping, também está inaugurando em novembro de 2005 mais uma loja (de um total de dez novos lançamentos em cinco localidades distintas do país) no Shopping Unimart Campinas (nova loja no formato *express*);

- *Lojas Renner* com 60 lojas concentradas no Sul e Sudeste brasileiros com três unidades em Campinas (Centro, Iguatemi e Parque Dom Pedro Shopping);

- *Magazine Luiza*: fundada em Franca-SP, emprega 4.800 funcionários em 356 lojas presentes em sete estados brasileiros e com quatro centros de distribuição, após fusão com as *Lojas Líder* conta com 10 estabelecimentos em Campinas;

- *Casas Pernambucanas*: 12.000 funcionários em 7 estados brasileiros, 3 estabelecimentos em Campinas (dois deles na Rua 13 de Maio e o outro no Parque Dom Pedro Shopping);

- *Dpaschoal* pneus e acessórios: fundada em Campinas em 1949 conta com 200 lojas próprias e mais 200 credenciadas;

- *100% Vídeo*: fundada em Campinas em 1986 é a maior rede do gênero no Brasil, conta com 50 lojas franqueadas só no estado de São Paulo, está presente em outros 15 estados;

- *CVC* (operadora de turismo): a maior rede do país com 144 lojas, 30 no estado de São Paulo, emprega 740 funcionários diretos;

- *Carrefour Hipermercado*: de origem francesa conta com aproximadamente 100 unidades no Brasil. Em Campinas desde o final da década de 1970 (primeira no interior), a loja instalada na Rodovia Dom Pedro I está entre as cinco da rede que mais vendem no Brasil;

- *C&C Casa & Construção*: emprega 3.500 funcionários e 1.500 promotores e prestadores de serviços numa cadeia de varejo de materiais para construção com 35 *home-centers* (28 no estado de São Paulo e 7 no Rio de Janeiro) conta com duas lojas em Campinas, uma na Avenida Saudade e outra próxima a acesso para Rodovia Dom Pedro I;

- *Leroy Merlin*: rede de *bricolage* de origem francesa (materiais de construção e decoração), com 21.250 funcionários atuando em 706 lojas no mundo (89 lojas só na França), distribuídas em 5 marcas (*Leroy Merlin*, *Brico Center*, *Obí*, *Aki* e *Bricoman*) conta

com 12 lojas no Brasil (presente desde 1998), uma delas instalada na Rodovia Dom Pedro em Campinas;

- *Decathlon*: loja de materiais esportivos com 324 unidades espalhadas pelo mundo (sendo a maioria na Europa), a única no Brasil está presente em Campinas às margens da Rodovia Dom Pedro.

### **Descentralização das Atividades de Comércio em Campinas**

---

Tradicionalmente o Centro de Campinas concentrou as atividades e estabelecimentos de comércio (predominantemente varejista), as chamadas lojas *de rua*. Destacando-se a Rua 13 de Maio aberta em 1825 (antiga Rua São José) – o *Calçadão da 13 de Maio* como é conhecida – que durante décadas foi, e de certa maneira permanece, o principal ponto e referência comercial da cidade, bem como as ruas próximas à Catedral Metropolitana e seu entorno de modo geral. Contudo, nos últimos anos (no decorrer das duas últimas décadas e meia) tem se acentuado um processo de descentralização e dispersão em direção aos bairros, sobretudo ao se considerar os estabelecimentos sediados em *shopping centers*.

No ano de 2000 o comércio do Centro representava 56% do faturamento total em vendas à frente dos 44% dos *shopping*, em 2005 já se verifica uma inversão; o comércio de *shopping* representando 52% do movimento ante a queda para 48% do Centro, havendo também no período uma expansão da participação das redes de franquia que já respondem por 7,5% do faturamento de toda a movimentação do comércio<sup>3</sup>. Destacam-se também os *home center's*, estabelecimentos varejistas de grande porte com estruturas, em parte, de atacadista no que se refere à ampla armazenagem e estocagem, logística de distribuição e entrega, preços e crédito, isto é, disponibilidade de empréstimos e liquidez.

Cabe ressaltar também, no processo de descentralização dos estabelecimentos comerciais de Campinas, a expansão e disseminação pelos bairros mais afastados do Centro e periferias do município das pequenas galerias (centros comerciais) ou *shopping de vizinhança*. Em parte estimulados nas duas últimas décadas e meia pela criação municipal

---

<sup>3</sup> Jornal *Correio Popular*, 14 de julho de 2005, caderno *Economia*: edição especial *Cadernos Temáticos – Rumo ao Futuro*.

da Lei 4978 de 1980, que em ocasião da instalação do Shopping Iguatemi passou a legislar sobre a definição e caracterização dos Centros de Compras: conjunto de estabelecimentos sediados num mesmo edifício e com autorização para funcionamento extraordinário (além do horário comercial normal) mediante autorização, licença e pagamento de taxas definidos pela legislação tributária municipal e pela legislação trabalhista.

### **O caso dos Shopping Centers em Campinas**

---

Esse movimento evidencia que o afluxo da classe média vem sendo maior para os centros comerciais (*shopping centers* e *home centers*, bem como *galerias de vizinhança*) do que para as *ruas* mais tradicionais de comércio. Segundo George (1979) tal movimento está ligado ao crescimento do parque automobilístico e à vulgarização do uso do automóvel como meio de transporte individual (que por sua vez também impede o florescimento dos meios de transporte coletivos), bem como à expansão e extensão dos espaços urbanos das cidades e à dificuldade de acesso em carro aos centros de pequeno comércio tradicional.

A multiplicação dos centros comerciais de grande dimensão, empreendimentos organizados e levados a cabo por sociedades especializadas, por vezes grupos empresariais familiares (como é o caso do *Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.* da família Jereissati), originou-se na América do Norte (EUA) e progressivamente se expandiu para a Europa e demais continentes. No Brasil deu-se de maneira concomitante, após a década de 1960, a ascensão da *opção pelo rodoviarismo* (integração do território nacional via rodovias) e incentivo aos parques industriais automobilísticos – sobretudo de Companhias Multinacionais (com o plano de *Desenvolvimentismo* do Governo Juscelino Kubitschek, 1956-1961) – e a chegada dos primeiros *shopping centers*.

Para Santos (1998), tratou-se do processo pelo qual a conquista progressiva da cidadania brasileira foi abruptamente interrompida em meados dos anos 60 com a adoção de planos sistemáticos de integração econômica do território nacional segundo preceitos e ditames do mercado internacional, uma integração que ao servir aos interesses de alguns poucos agentes e firmas capazes de se utilizarem do território em sua totalidade conformou aquilo que ele denominou *espaço nacional da economia internacional* (Santos, 1999).

A força do consumo opera por meio dos objetos, aqueles que em nosso cotidiano nos cercam (ruas, trabalho, escola, lar), seja pela presença imediata dos mesmos ou pela promessa e esperança de obtê-los. Aqui se destacam políticas de estímulo ao consumo coordenadas pelo poder público, como aquelas que vigoraram durante o *milagre econômico* dos anos 1970 levadas a cabo pelo Governo Militar, ou como as recentes operadoras financeiras com empréstimos descontados direto na folha de pagamento a juros usurários incentivadas pelo Governo Federal.

Por isso Santos (1998) ao contextualizar a célebre frase de Karl Marx segundo a qual a *religião é o ópio do povo* propõe no lugar desta o consumo, caracterizando os *shopping* e supermercados (e poderíamos acrescentar os *home centers*) como os *templos modernos*, já que a própria construção e arquitetura destes tomam a feição das catedrais (como se nota na Galeria de Fotos 1, mais adiante). Para este autor o poder do consumo além de contagiante também comporta uma forte capacidade de alienação, pois a glorificação e enaltecimento do consumo são acompanhados pela *diminuição gradativa de outras sensibilidades* (Santos, 1998).

Desse modo, a glorificação do consumo opera a substituição da noção de *individualidade* (um dos principais alicerces da cidadania) pela de *individualismo*, decorre daí o *aniquilamento da personalidade, sem a qual o homem não se reconhece como distinto, a partir da igualdade entre todos [...]* O chamado ao consumo busca retardar a tomada de consciência, mergulhando o consumidor numa atmosfera irreal, onde o futuro aparece como miragem (Santos, 1998, pp.35-39).

Apreendendo o consumo mediante sua própria força ideológica e material expressa *no e pelo* território, este também um dado material e simbólico, revela-se a concreção do espaço geográfico enquanto *instância social*: um conjunto indissociável, solidário e também contaditório de objetos (materiais e imateriais) animados por ações (Santos, 1999). Os *shopping centers* são emblemáticos do território usado, desse conjunto de estruturas e de ações que as vivificam, pois revelam cidades que vêm sendo criadas e orientadas para servir à economia, isto é, ao consumo, e não à sociedade (Santos, 1998).

Embora estes centros comerciais pareçam, à primeira vista, diversificados e permeados por *liberdades de escolha* e de gostos, representam, na verdade, uma uniformização e homogeneização, pois por princípio sua missão é mercantil e não outra. O

*conceito* propalado de *shopping* como centro de compras e lazer acaba por inserir a população no universo unidimensional do consumo. Bens essenciais (como lazer, gozo de áreas com bancos, água e árvores, locais para refeição e encontros) que deveriam ser bens públicos, tornam-se espaços privados e publicizados, assim como o lazer pago. Exemplo disso é a recente inauguração (novembro de 2005) do Teatro TIM no Parque Dom Pedro Shopping em Campinas.

Estes centros comerciais representam verdadeiros *complexos terciários* cuja atuação e preponderância ultrapassam a simples função comercial para reunir e concentrar funções originais de *centros-cidades* (George, 1979). Pois além de aglutinarem academias, praças de alimentação, agências bancárias, salas de jogos, cinemas, casas noturnas e de espetáculos, tendem a congregar também serviços públicos de administração: como é o caso do Poupa-Tempo (agências de serviços públicos vinculadas ao Governo do Estado de São Paulo) e da 7ª Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran, serviços de registro, vistoria e transferência de propriedade de veículos automotores, vinculada ao Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo – Detran/SP) instaladas nas dependências do Campinas Shopping, ou ainda da não bem sucedida proposta da Prefeitura de Campinas em instalar no interior do Parque Dom Pedro Shopping um centro de informações do município.

Cabe assinalar que não se trata aqui de uma *satanização dos shopping centers*, de seus conceitos e existência, mas apenas ressaltar o risco em aceitá-los como substitutos dos espaços públicos. Estes marcados pelo passeio desproposital, pela co-presença de classes sociais distintas, pela espontaneidade e pela deriva, que não necessariamente pelo ato de compra de produto ou uso de um serviço, ou ainda pelo gozo de lazer e diversão que nem sempre são necessariamente pagos. Se destacarmos o papel político das vias, praças e espaços públicos notaremos que em *shopping* dificilmente deparamos com manifestações, protestos, expressões artísticas, cartazes ou faixas que não aquelas promocionais de vendas ou serviços permitidas pela vigilância e gerência administrativa. Desse modo, por estes centros de compra abrigarem procedimentos sociais racionalmente organizados em função do interesse econômico de vendas e de lucros, essa unilateralidade acarreta uma menor liberdade, logo, uma menor capacidade de agir como homem livre.

O primeiro *shopping center* foi inaugurado no Brasil em 1966 (Shopping Iguatemi – São Paulo, em funcionamento até hoje). Na década de 1970 sete novos empreendimentos

foram iniciados, mas foi a partir da década de 1980 que se presenciou o grande crescimento do número de *shopping centers* no Brasil, expansão esta mantida até os dias atuais. Em Campinas o primeiro *shopping* inaugurado também foi o Iguatemi em 1980. O Brasil conta atualmente (agosto de 2005), segundo site institucional da Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE), com mais de 520 *shopping*, sendo que a Região Sudeste responde por 60% das unidades instaladas, destas o estado de São Paulo concentra 59%.

Dentre os *shopping centers* localizados em Campinas, destacam-se sete principais que juntos congregam aproximadamente 1.205 lojas (excluindo-se salas de cinema e de jogos, agências bancárias, praças de alimentação, academias, teatros, salas de escritório) e recebem em média, segundo dados do Sindivarejista (2004), 141 mil consumidores por dia:

Quadro 1: caracterização dos 7 principais Shopping Centers em Campinas (2005)

Shopping Iguatemi	Primeiro Shopping instalado em Campinas foi inaugurado em 1980 na Av. Mackensie próximo ao acesso à Rodovia Dom Pedro I	300 lojas
Galleria Shopping	Inaugurado em 1992, localiza-se nas margens da Rodovia Dom Pedro I	145 lojas
Campinas Shopping Center	Fundado em 1994 como <i>Campinas Outlet</i> está instalado no entroncamento das Rodovias Anhanguera e Santos Dumond	200 lojas
Unimart Shopping	1994, encontra-se na Av. John Boyd Dunlop a 100 metros do acesso à Rodovia Anhanguera	76 lojas
Shopping Jaraguá Conceição	Inaugurado em 1996 na Rua Conceição – Centro, está agregado ao Centro Empresarial Conceição com 432 escritórios comerciais e de serviços	45 lojas
Shopping Jaraguá Brasil	Aberto em 1998, localiza-se próximo ao Centro na Av. Brasil	48 lojas
Parque Dom Pedro Shopping	Inaugurado em 2002, situa-se na Rodovia Dom Pedro	391 lojas
TOTAL = 1.205 lojas		

Fonte: elaboração própria com o concurso de dados do *Relatório Econômico / 2004* – ACIC; *Jornal Correio Popular*, 14 de julho de 2005 (caderno *Economia*: edição especial *Cadernos Temáticos – Rumo ao Futuro*) e Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE).

Os *shopping centers* Iguatemi, Galleria, Campinas Shopping e Parque Dom Pedro Shopping podem ser agrupados num tipo de estrutura que concentra centenas de estabelecimentos, bem como estes centros localizam-se nas margens de rodovias, com

exceção do Iguatemi que, embora localizado a algumas centenas de metros da Rodovia Dom Pedro I, conta com um sistema de autopistas expressas. Destaca-se o Parque D. Pedro Shopping que polariza consumidores das regiões do estado de São Paulo e parte dos municípios do sul de Minas Gerais.

Semelhante a este grupo, mas com número de estabelecimentos comerciais (por volta de 76) inferior à centena (mas com ampliações previstas para os próximos anos) é o Shopping Unimart; desenvolvido sob o conceito norte-americano de *strip center* (edificação térrea, aberto, amplo estacionamento, jardins ao ar livre e passarelas cobertas) conjuga num mesmo espaço lojas de comércio e de conveniências, localiza-se na Av. John Boyd Dunlop que segundo dados do site institucional da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (Emdec, autarquia responsável pela gestão municipal de transporte e trânsito) é o maior corredor de veículos do município (aproximadamente 50.000 veículos diários).

Um outro grupo poderia abarcar os dois *shopping centers* do Grupo Jaraguá, o localizado na Av. Brasil conta com um número menor de estabelecimentos comerciais (sem a presença acentuada das cadeias de grandes lojas de departamento) que não atingem a meia centena, com uma área construída menor e estacionamento de veículos mais reduzido. Já o Jaraguá localizado na Rua Conceição, embora esteja na área central do município, por outro lado guarda especificidades, tal como amplo estacionamento de veículos e, sobretudo, por constituir também um complexo junto a uma torre de escritórios, Centro Empresarial, destina-se, assim, a classes sociais mais privilegiadas, enquanto que o primeiro é mais *popular*.

Assinala-se que os principais estabelecimentos, sobretudo os mais recentes e de estruturas maiores e mais concentradas, destas duas formas de comércio, *shopping* e *home center's*, localizam-se nas proximidades ou mesmo nas próprias margens das principais rodovias que cortam Campinas.

**Galeria de Fotos 1: *Shopping Centers***



*Shopping Jaraguá Conceição* (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 29.11.05)



*Shopping Jaraguá Brasil* (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 26.11.05)



*Unimart Shopping (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 26.11.05)*



*Unimart Shopping (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 26.11.05)*



*Campinas Shopping Center (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 27.11.05)*



*Campinas Shopping Center (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 27.11.05)*



*Shopping Iguatemi (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 27.11.05)*



*Galleria Shopping (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 27.11.05)*



*Parque Dom Pedro Shopping (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 27.11.05)*



*Parque Dom Pedro Shopping (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 27.11.05)*

## O papel da Circulação: o Imperativo por Fluidez

---

É da natureza intrínseca do modo de produção capitalista a tendência, cada vez a ritmos mais acelerados, em expandir sua *área de produção* na medida em que diminuem suas *arenas de produção* (Santos, 1999). Movimento este tributário dos avanços tecnológicos aplicados na produção, ambos associados ao processo de centralização do capital, isto é, da constituição de monopólios e oligopólios pela financeirização da economia. Ou seja, a um aumento crescente da área de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo) corresponde uma diminuição da arena da produção propriamente dita, isto é, das unidades e plantas produtivas, contudo espacialmente mais disseminadas (Santos: 1993; 1999) Nesse contexto de expansão, de mundialização do capital acompanhado pela diversificação e maior divisão social e territorial do trabalho, a *circulação* ganha papel preponderante e vê sua importância aumentada.

Desse modo, segundo Santos (1999), os *circuitos espaciais produtivos* deixam de ser apenas locais ou regionais para responderem cada vez mais a uma lógica global de um mercado mundializado e a *círculos de cooperação* também alargados. Processo este tributário da conquista de novas tecnologias da informação: satélites, fibras ópticas, telecomunicações e informática. Logo, um aprofundamento da especialização produtiva de frações dos territórios acompanhada por um alargamento dos contextos exigentes e mais dependentes das possibilidades e efetividades de circulação. Destacando-se a exigência por fluidez, por parte dos agentes e empresas hegemônicos, como um elemento característico do mundo atual; a necessidade de circulação de idéias, homens, mensagens, ordens, produtos, bens, informações, dados ou dinheiro.

Portanto, a fluidez é ao mesmo tempo causa, condição e resultado do atual período *técnico-científico e informacional* (Santos, 1999). A preponderância da circulação torna-se fonte de uma especialização mais acentuada e também de uma maior diferenciação entre os subespaços, bem como potencializa a competitividade territorial. A busca desenfreada e a glorificação da velocidade conformam a criação de objetos e lugares (demandantes de conquistas científicas e tecnológicas) destinados a favorecer a fluidez: oleodutos, gasodutos, canais; autopistas, aeroportos, teleportos; edifícios telemáticos, bairros

inteligentes, tecnopólos e até mesmo cidades (estes complexos objetos). Materialidades estas que ao transmitir e agregar valor às atividades que delas emanam ou se utilizam, acabam por se comportar como verdadeiros *fluxos*, já que de certa forma *circulam* em razão das relações e situações estabelecidas com outros níveis e escalas.

Uma das características dessa vaga de objetos modernos, destinados a fazer o território fluir segundo os interesses daqueles que dispõem das possibilidades de utilização do território em sua totalidade, é a *estandardização* de sua eficácia.

A exaltação da velocidade faz com que a fluidez deva estar sempre sendo ultrapassada, embora esta seja sempre relativa (tanto espacial quanto temporalmente, se comparada uma a outra ou a um momento passado). Disso decorre *mudanças brutais de valor dos objetos e dos lugares, a tendência atual é de um envelhecimento mais rápido do que antes dos subespaços que não dispõem dos meios de se atualizar, de um ponto de vista da fluidez* (Santos, 1999, pp.218-219). Esta é uma das razões responsável pelas migrações mais contemporâneas de pessoas e de empresas.

Às possibilidades de maiores lucros e ganhos, associa-se a maior possibilidade de uso do território, isto é, das infraestruturas de transportes e de comunicação, bem como dos serviços logísticos que é um indicativo do grau de capacidade de fluidez territorial.

Farias (2004) ao analisar os circuitos produtivos e os círculos de cooperação na produção de alta tecnologia em Campinas, e a respectiva concentração que caracteriza as atividades especializadas, assinalou as duas bases fundamentais para a livre circulação, a técnica e a política: *a) uma de ordem técnica com investimentos em sistemas de objetos que garantam maior fluidez, ou seja, portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrovias, armazéns de estocagem, redes de telecomunicações e redes de fibra óptica; b) outra de ordem política, dada pelas densidades normativas do lugar, isto é, os impostos, os regulamentos, as leis, o planejamento, os acordos, as isenções, entre outros* (Farias, 2004, p.74).

Santos (1999) chama a atenção para a necessária distinção a ser feita entre os agentes a partir dos volumes que produzem e movimentam, ou seja, entre aqueles capazes de produzir *massas*, mas não em circulá-las, e os capazes de produzir e fazer dessa produção *fluxos*. É por isso que a capacidade de circulação dos fluxos (tanto materiais

quanto imateriais), assim como a própria produção da demanda de consumo, atualmente precedem a própria produção, diferentemente do que ocorria em tempos passados.

Se a fluidez não é apenas uma *categoria técnica*, mas também uma *entidade sócio-técnica*, isto é, política, logo, as novas inovações técnicas necessitam de novas normas de ação. Resulta disso uma economia atual exigente e dependente de um sistema de normas. Portanto, a paradoxal *desregulação* acaba por servir ao fomento de uma maior regulação e adensamento de normas de toda ordem, sobretudo por agentes e empresas privadas: funcionamento, tributação, legislações, comportamento, segurança, acordos, concessões, etc.

O funcionamento mais eficaz das novas bases técnicas é caracterizado pela perfectibilidade, isto é, por objetos perfeitos produzidos para esposar ações também perfeitas e, assim, alcançar não apenas resultados e funcionamentos pré-concebidos, mas também garantir a previsibilidade dos mesmos. Os objetos modernos não apenas se dão de maneira sistêmica, mas também portam uma carga maior de informação na sua produção e no seu funcionamento, ou seja, são mais intencionais. Logo, o período técnico-científico-informacional é marcado por uma nova etapa da evolução técnica; uma técnica ao mesmo tempo informacional e informada (Santos, 1999).

Segundo este autor a fluidez atual se assenta na realização e existência de três possibilidades: formas perfeitas universais; normas universais acompanhadas de uma desregulação universal; e informação universal que também é base para a elaboração de um discurso universal marcado pelo pensamento único da competitividade, consumo, gerência administrativa, velocidade, modernidade.

Contudo, como Santos (1999) destaca, dos objetos existentes nem todos são perfeitos, bem como os objetos elaborados assim perfeitos também não são difundidos homoganeamente, como tampouco são universais as normas e nem têm um alcance geográfico igual. Pois o espaço geográfico é marcado pela co-existência de tempos, pelo *espaço banal*, isto é, pelo território usado por todos os agentes (instituições, empresas e indivíduos). Logo, é produto e condição da dialética entre o território normado e o território como norma, isto é, entre o território regulado e aquele efetivamente usado por todos e também portador de heranças que se fazem atuantes.

Contudo a produção dessa fluidez se faz necessariamente mediante a associação entre o poder público, em todos os níveis (federal, estadual e municipal), e o setor privado. Pois somente o Estado é capaz de uma macro-organização do território nacional através da implantação e distribuição dos macrossistemas técnicos sem os quais os demais subsistemas não se efetivariam, bem como responde também pelas macro-regulações via sistemas normativos. As associações e redes privadas agindo segundo interesses próprios, subsidiadas pelo aparelho estatal, resulta numa fluidez seletiva que para uma análise supõe a distinção entre a produção de uma expectativa de fluidez, ou seja, da *criação das condições para sua existência e o uso da fluidez por um agente, isto é, sua efetivação empírica* (Milton, 1999, p.220).

### **3 – O EIXO LUMINOSO DA RODOVIA DOM PEDRO I (SP-065): DENSIDADE TÉCNICA-INFORMACIONAL**

---

A Rodovia Dom Pedro I (SP-065) conforma um verdadeiro complexo que abrange uma extensa faixa do município de Campinas: desde a Região Sul (Complexo Viário Abram Steinberg, entroncamento com o Anel Viário Prefeito Magalhães Teixeira na altura dos bairros residenciais de alto padrão como Jardim das Paineiras, Gramado e Notre Dame, junto também aos distritos de Sousas e Joaquim Egídio e saídas para os municípios da RMC de Valinhos, Vinhedo e Itatiba); passando pela Região Leste da cidade liga Campinas ao sul de Minas Gerais e ao Circuito das Cidades das Águas (via rodovia SP-340, também às cidades de Pedreira, Jaguariúna, Holambra e Santo Antônio da Posse, pertencentes à RMC); chegando à Região Norte de Campinas no encontro com as Rodovias Anhanguera e Bandeirantes passando antes pelos distritos de Barão Geraldo e Nova Aparecida, bem como pela saída da SP-332 que liga a cidade aos municípios metropolitanos de Paulínia (e Refinaria do Planalto – REPLAN), Cosmópolis, Artur Nogueira e Engenheiro Coelho.

Segundo publicação do Jornal Correio Popular de Campinas<sup>4</sup> a Estrada Campinas-Jacareí – D. Pedro I (SP-65) – constituiu um dos primeiros passos do Estado de São Paulo para a implantação do projeto de anel viário ao redor da Região Metropolitana de São Paulo. Atualmente essa rodovia está conectada com a Campinas-Sorocaba (SP-75, Rodovia Santos Dumond) via Rodovia Anhanguera (SP-340), bem como permite articulação com a Castelo Branco (SP-280). Já no plano rodoviário estadual de 1961 se fazia referência a essa rodovia. As obras propriamente ditas tiveram início em 1968 com conclusão prevista para 1971. Contudo, o primeiro trecho foi inaugurado em setembro de 1972 com uma extensão de 139,4 quilômetros e o projeto apenas encerrado em 1990. O traçado da Rodovia Dom Pedro I se inicia no contorno de Campinas (entroncamento com a Via Anhanguera e Rodovia dos Bandeirantes) e termina no município de Jacareí na Rodovia Carvalho Pinto (SP-70), inicialmente se estendia somente até a Via Dutra (BR-116). Ao longo do traçado de 145,5 quilômetros passa por Itatiba, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Nazaré Paulista, cruza a Rodovia Fernão Dias (BR-381) e trechos do Sistema Cantareira.

---

<sup>4</sup> Jornal *Correio Popular*, *Rodovia D. Pedro I – Novos pólos de desenvolvimento de Campinas: PODER DE ATRAÇÃO*, Caderno *Especial E*, Campinas, domingo, 30 de outubro de 2005.

Segundo a mesma matéria jornalística, o atual governo do estado de São Paulo está preparando a Rodovia D. Pedro I para ser concedida à iniciativa privada. Atualmente ela é operada pela DERSA (Desenvolvimento Rodoviário S/A, empresa de economia mista subordinada à Secretaria dos Transportes do Estado de São Paulo). Trata-se de um processo em estudo para a criação e implantação do *Corredor Campinas-Vale do Paraíba-Litoral Norte*, nova rota de exportação para as indústrias dessas regiões via Porto de São Sebastião. Na prática este plano já teve o decreto de autotização de implementação do Projeto de Desestatização do *Corredor de Exportação Campinas-Litoral Norte* assinado em março de 2005 pelo Governador Geraldo Alckimim (PSDB). Está previsto no Programa de Desestatização (PED) a concessão à iniciativa privada não apenas da Rodovia Dom Pedro I, mas também da Ayrton Senna / Carvalho Pinto e Tamoios. Conformam ainda o Corredor os aeroportos de Viracopos (Campinas) e de São José dos Campos e a malha ferroviária operada pela empresa MRS. Há previsão de que deverão ser investidos R\$ 1,03 bilhão até o ano de 2008, sendo R\$ 205 milhões do Estado e o restante mediante concessões e PPPs (Parcerias Público-Privadas); R\$ 450 milhões junto às empresas concessionárias e R\$ 375 milhões obtidos com a concessão das rodovias. Somente nos últimos quatro anos o governo do Estado já investiu R\$ 251,8 milhões em obras de melhoramentos nas rodovias que compõem o Corredor (R\$ 84,5 milhões na ampliação e outros R\$ 81,3 milhões na recuperação e implantação de vias adicionais só na Rodovia D. Pedro, fora os R\$ 62 milhões no Anel Viário) e mais R\$ 7,3 milhões no Porto de São Sebastião.

Ações hegemônicas ao necessitarem de objetos também hegemônicos privilegiam áreas determinadas do território, legando aos demais subespaços e ações a condição de meros colaboradores. A distinção entre os lugares corresponde às diferentes capacidades destes em oferecer rentabilidades e ganhos aos investimentos realizados. Condições estas locais que derivam, como já exposto anteriormente, de duas ordens: uma ordem *técnica* (infraestruturas, equipamentos urbanos e acessibilidade); e uma ordem *organizacional* (legislações, normas, impostos, leis). Por isso Santos (1999) nos fala de uma *produtividade espacial*, isto é, uma produtividade territorial. Assim, os lugares se definem segundo a presença de três densidades: *técnica*; *informacional*; e *comunicacional*.

A *densidade técnica* indica o grau de artifício do lugar caracterizado por *espaços inteligentes* dóceis em atender às intenções e finalidades daqueles que o conceberam e

produziram. A *densidade informacional* nos remete ao grau de exterioridade do lugar e a sua maior ou menor propensão em estabelecer relações com outros lugares, sobretudo mediante redes de agentes privilegiados que ao comandarem e decidirem sobre amplos espaços promovem intervenções verticais localizadas que acabam por repercutir sobre o conjunto dos lugares contíguos, sobretudo por incidirem através da mediação da *formação sócio-espacial* brasileira. Já a *densidade comunicacional* se refere ao tempo plural do cotidiano partilhado, o tempo conflitual da co-presença, lugar do acontecer solidário (não somente no sentido moral, mas, sobretudo, no sentido orgânico e também organizacional), ou seja, do *espaço banal*; criador da interdependência obrigatória.

As relações técnicas e informacionais podem, devido ao grau maior de exterioridade, ser *indiferentes* ao meio social do entorno sobre o qual recaem, ao passo que as relações comunicacionais são elas próprias uma resultante desse meio. A união vertical entre os lugares (tornados assim *locais*) comandada pelos vetores de modernização, ao criarem um ordenamento territorial em benefício próprio acabam por criar também uma desordem nos lugares onde se instalam. Pois, enquanto as *horizontalidades* se constituem pela contiguidade, isto é, por extensões sem descontinuidade, por outro lado as *verticalidades* são formadas por pontos, segmentos ou no máximo por manchas, separados entre si, mas que ao incidirem repercutem no funcionamento da sociedade. Contudo, trata-se de uma interdependência hierárquica que se realiza e se manifesta mediante ordens técnicas, normativas, financeiras e políticas, na qual a informação desempenha um papel primordial (Santos, 1999).

Estas ações por serem pautadas pela *racionalidade* requerem igualmente normas de ação também racionalizadas, sobretudo se o ideal é a submissão à utilidade. Desse modo, criam-se *espaços do mandar* e *espaços do fazer*; uma racionalidade que, embora sistêmica, por outro lado não se efetiva de maneira total e nem homogênea. Uma realidade técnica aliada a ações e usos regulamentados, ambos geradores de estruturas que *regulam* comportamentos e *selecionam* os agentes (indivíduos, empresas, associações). Ao dotar diferentemente as áreas, certos espaços da produção, circulação e consumo acabam por se destinar a agentes mais racionais, enquanto aos demais agentes ficam destinados subespaços menos equipados (Santos, 1999).

Contudo, a própria riqueza das cidades se assenta no fato destas abrigarem muitas formas de capital e trabalho, autorizando comportamentos econômicos e sociais diversos (Santos, 1993). O território ao abrigar e emanar *espaços luminosos*, aqueles que acolhem os vetores da modernização globalizadora, também se deforma já que não apenas cria, mas também acelera o *envelhecimento* de outras frações urbanas. Contudo estas, embora afetadas, também são aquelas que conformam graus menores de submissão a tais nexos e regulações. Portanto, são aquelas que possibilitam várias outras modalidades de produção, intercâmbio, distribuição e consumo segundo os diversos níveis de capital, trabalho, informação e organização. Estes são os *espaços opacos* e relativamente mais lentos, tornados irracionais para usos hegemônicos. Ao não disponibilizarem maior acessibilidade à modernidade material fazem da experiência da escassez diária sempre renovada o substrato para a adaptação e a descoberta criadoras (Milton Santos, 1999)

### **Eixo da Rodovia Dom Pedro I – Campinas**

---

O segmento da Rodovia Dom Pedro I que cruza Campinas, aqui entendido e conceituado como *Eixo Luminoso*, um traçado de aproximadamente 18 quilômetros delimitado entre o Complexo Viário Abram Steinberg (Região Sul do município) e o entroncamento com a Via Anhanguera (na Região Norte), tornou-se lócus de expansão da cidade acolhendo os mais variados investimentos residenciais, comerciais, industriais e de serviços. Cabe enfatizar que a noção de *eixo luminoso*, embora associado e muito bem representado nesse traçado de rodovia, não significa necessariamente que seja apenas esse traçado e suas imediações mais contíguas. Como já dito, o funcionamento da sociedade e seu espaço é global, é uma totalidade em totalização, logo o eixo luminoso referencia e polariza uma ampla área de sub-espacos, bem como estabelece conexões com os mais variados e distantes lugares (na região, no país e mesmo estrangeiros).

Dentre os empreendimentos residenciais ancorados no Eixo da Dom Pedro se destacam diversos condomínios de alto padrão como: Bougainville 1, Alphaville Campinas (1.634 lotes), Gallery, Vila Verde, Alphaville D. Pedro (390 lotes), Seasons, Casas D'Itália, Ilha das Flores, Inglesas, Parque dos Resedás (88 lotes) e o Boulevard Galleria previsto para 2006 e que contará com 356 unidades entre casas e apartamentos. Também pela

construtora mineira Direcional Engenharia, tem-se o Indianópolis Park já entregue e o Eduardo Homem de Melo em construção (ambos no Mansões Santo Antônio, bairro adjacente a Rodovia Dom Pedro I), bem como o Naturale lançado em 2005 ainda na planta.

Já os empreendimentos empresariais são representados por: indústrias de pesquisa e desenvolvimento de alta tecnologia em comunicação e informação (TCI) como a Samsung e Lucent Technologies na própria Rodovia Dom Pedro I, Nortel NetWork (Rodovia Anhanguera Km 118,5); edifícios e centros empresariais como o Complexo Galleria (Office Park, Corporate e Plaza, além do Hotel Sleep Inn) que conta com 70 empresas (principalmente escritórios de multinacionais) e 2,5 mil funcionários atuando em suas torres, bem como o projeto recentemente lançado Praça Capital (Rossi Incorporação e Construção em parceria com a GNO Empreendimentos e Construções), primeiro condomínio horizontal de escritórios empresariais, comerciais e de serviços que ocupará uma área de 51 mil metros quadrados com 15 blocos de prédios de três pavimentos totalizando 420 salas comerciais. O eixo Dom Pedro sedia também, além das áreas de lazer (pista de skate, bares, restaurantes, cinemas, jogos eletrônicos) e casas noturnas instaladas nos *shopping centers* (Galleria e D. Pedro I), o Campinas Hall, um local reservado para eventos e shows com previsão de ampliação para além de seus 21 mil metros quadrados. Destaca-se também o trecho entre os quilômetros 123 e 124 onde estão localizados 10 hotéis de alto padrão.

Outro parque industrial ancorado no eixo Dom Pedro (confluência das rodovias D. Pedro I e Anhanguera) é o Techno Park Campinas, um condomínio empresarial ocupado por 40 empresas e com previsão de instalação de mais 30 nos próximos quatro anos. Empreendimento este que foi fruto de uma parceria do Grupo Dpaschoal com outros grupos empresariais cuja meta principal foi a atração e aglomeração de indústrias não-poluentes, laboratórios de pesquisa, operadores de logística, *call centers* e *head office*.

Cabe assinalar ainda a associação deste traçado da Dom Pedro a um Pólo de Alta Tecnologia. Nesse contexto de ciência e tecnologia estão presentes empresas, universidades e instituições de pesquisa. As áreas de zoneamento especial representadas pelos dois Pólos de Alta Tecnologia de Campinas: o Parque I localizado na Rodovia Dom Pedro e próximo a esta o Parque II na SP-340 Campinas – Mogi Mirim (ambos concentrando 110 empresas, 63 de informática e 47 de telecomunicações, abrigam unidades de 32 das 500 maiores

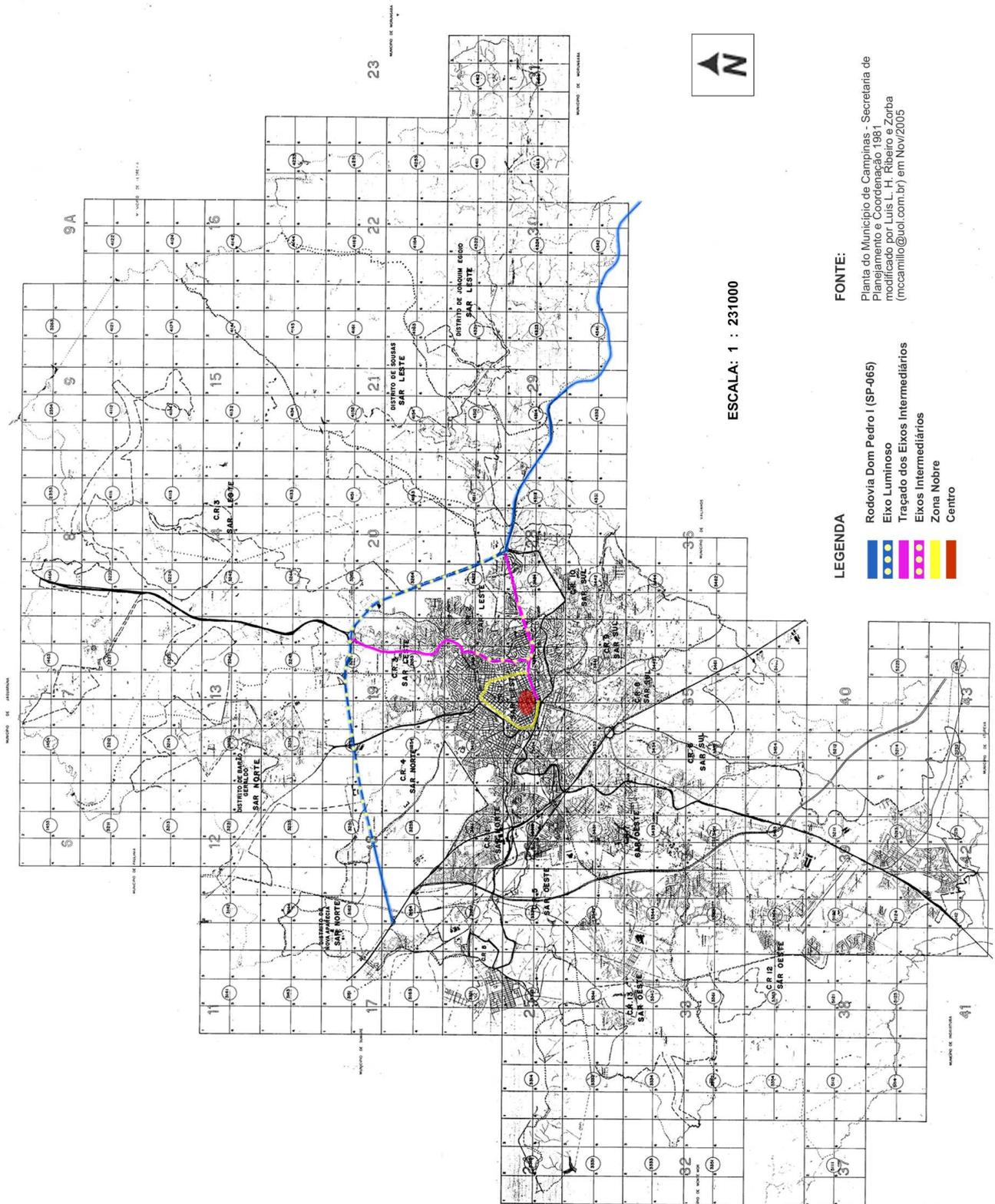
empresas do setor no mundo, como Compaq, IBM e Hewlett Packard). Destaca-se também a criação da Fundação Fórum Campinas que congrega 11 instituições de desenvolvimento e pesquisas tecnológicas que concentram 15% da produção científica nacional: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas); Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS) centro mantido com recursos públicos do Ministério da Ciência e Tecnologia e CNPq; Coordenadoria Técnica Integral (Cati) ligada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento; Centro de Pesquisa Renato Archer (CemPRA), uma instituição do Ministério da Ciência e Tecnologia; Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), ligado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento; também ligados a esta Secretaria temos o Instituto Biológico (IB), Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital) e o Instituto de Zootecnia (IZ). Parte destas instituições ancoradas no eixo Dom Pedro, sobretudo por *circulos de cooperação*.

Desse modo, o eixo da Rodovia Dom Pedro tem sido alvo e âncora de novos empreendimentos e principal área de investimentos da cidade. Segundo declarações de Flávio Bauer<sup>5</sup> (Diretor da Cappucci & Bauer Consultoria Imobiliária) nos últimos dez anos foram investidos nos segmentos comercial e residencial do eixo Dom Pedro cerca de R\$2,5 bilhões. Juntando-se a estes mais outros R\$2,531 bilhões que foram investidos no segmento industrial nos últimos 8 anos (segundo a ACIC na mesma reportagem jornalística), o total aproximado de investimentos feitos ao longo dos dez últimos anos na área ancorada no eixo Dom Pedro chega a superar R\$5 bilhões. Ou seja, este eixo respondeu nos últimos 8-10 anos por volta de 40% de todos os recursos de investimentos em Campinas destinados para implantação, ampliação ou modernização nos três segmentos (residência, comércio / serviços e indústrias).

---

<sup>5</sup> Jornal *Correio Popular*, **D. Pedro atrai recursos de R\$ 2,5 bi**, 11 de setembro de 2005, caderno *Economia*, p.B9.

**Mapa 3: Rodovia D. Pedro I – Campinas: *Eixo Luminoso e Intermediários***



**FONTE:**

Planta do Município de Campinas - Secretaria de Planejamento e Coordenação 1981, modificado por Luis L. H. Ribeiro e Zorba (lucamillo@uol.com.br) em Nov/2005

**LEGENDA**

- Rodovia Dom Pedro I (SP-065)
- Eixo Luminoso
- Traçado dos Eixos Intermediários
- Eixos Intermediários
- Zona Nobre
- Centro

## Comércio de Eixo em Campinas

---

Desse modo, podemos associar a esta densidade técnica e informacional presente na Rodovia Dom Pedro I que faz de seu traçado que contorna Campinas um *espaço luminoso*, uma atividade comercial (tanto de tipo atacadista quanto varejista) também *luminosa* caracterizada e denominada como *comércio de eixo*, ou seja, um comércio de tipo moderno.

O Eixo Dom Pedro se associa a um espaço do circuito superior da economia urbana. Pois que neste subespaço notamos presentes formas variadas dos três conjuntos de atividades que definem esse subsistema superior da economia: atividades *puras*, *impuras* e *mistas* (Santos, 2004). As atividades *puras* são representadas pela indústria, serviço e comércio modernos as quais desempenham, concomitantemente, funções específicas à cidade e ao circuito superior. Estas são as mais presentes no eixo Dom Pedro, sobretudo por meio das atividades de comércio (varejista concentrado e também atacadista).

As *impuras* constituem indústria e comércio de exportação que, embora estejam estabelecidas na cidade, a fim de tirarem maiores proveitos do fator de localização, contudo, seus interesses essenciais estão fora da cidade. Destaca-se no eixo Dom Pedro, além das indústrias de alta tecnologia (como a Samsung e a Lucent Technologie, por exemplo), os escritórios e centrais de cálculo de empresas multinacionais sediados no Complexo Galleria e demais conglomerados. Os bancos também podem ser incluídos dentre as *impuras*, já que liga atividades modernas da cidade com as grandes cidades do país ou do exterior. Um dado notório que evidencia Campinas como acolhedora de um circuito superior denso é a presença do setor financeiro instalado no município. Segundo dados do Banco Central publicados numa matéria jornalística<sup>6</sup>, a praça bancária de Campinas cresceu 30,5% nos últimos cinco anos, fazendo dela a quinta maior praça do país com 214 agências (uma média de 21 para cada 100 mil habitantes, o dobro da média nacional que é de 10 agências para cada 100 mil habitantes), estando atrás somente das grandes capitais São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba.

Já dentre as atividades *mistas* em função da dualidade e ambiguidade de sua participação (exercendo funções nos dois circuitos) se destacam os atacadistas (elemento do

---

<sup>6</sup> Jornal *Correio Popular*, **Praça bancária de Campinas cresce 30,5%**, Campinas, 18 de julho de 2005.

círculo superior, mas também encontrado no topo do círculo inferior), operando numa área restrita, mas estando à frente de uma cadeia de intermediários dispõem de crédito, maior número (variedade e estocagem) de mercadorias e atingem uma faixa maior de consumidores, tanto no que se refere aos níveis de renda quanto à área espacial de abrangência.

No que se refere ao segmento comercial presente no eixo ou ancorado nas proximidades da Rodovia Dom Pedro I encontramos os *home center's* e atacadistas. Destacando-se os pioneiros na conformação do chamado *Pólo Atacadista*: Makro há 18 anos instalado e as Centrais Gerais de Abastecimento hortifrutigranjeiro (CEASA-Campinas), ambos às margens da Rodovia Dom Pedro I. Segundo dados publicados em matéria do jornal *Correio Popular*<sup>7</sup>, o atacadista Makro investiu recentemente R\$15 milhões em uma nova loja instalada na Rodovia Santos Dumond. A Central de Abastecimento de Campinas – S/A (CEASA), empresa de economia mista, cujas operações se iniciaram em 1975 é hoje a quarta maior Central do Brasil em volume de produtos comercializados (680 mil toneladas em 2004). Estando atrás de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, é responsável pelo abastecimento de mais de 500 municípios não apenas do Estado de São Paulo, mas também de outros estados do sul do país. De acordo com a mesma matéria jornalística, a Ceasa tem 1.054 permissionários, cerca de 5 mil funcionários diretos e 20 mil indiretos, são 835 pontos de venda (boxes) de hortifrutigranjeiros e 504 de flores e plantas que numa área de 500 mil metros quadrados circulam em média 4 mil veículos de carga e 15 mil pessoas por dia, movimentou R\$ 750 milhões em 2004. Comercialização esta que será ampliada em 40% de sua área num projeto previsto para também abranger comercialização do segmento de produtos de origem animal e derivados (carnes de gado, porco, aves e peixes).

A CEASA conta também há 10 anos com o Mercado Permanente de Flores e Plantas Ornamentais que é o maior do gênero na América Latina, uma produção que quase na sua totalidade provém do município de Holambra, especializado nesse tipo de cultivo, uma produção em grande parte destinada à exportação via Aeroporto de Viracopos.

---

<sup>7</sup> Jornal *Correio Popular*, *Rodovia D. Pedro I – Novos pólos de desenvolvimento de Campinas: PODER DE ATRAÇÃO*, Caderno *Especial E*, Campinas, domingo, 30 de outubro de 2005.

Além destes (Ceasa-Campinas e Makro) o eixo Dom Pedro também sedia unidades das redes atacadistas Vila Nova (do grupo Tenda) e Atacadão, ambos nas margens da própria rodovia. Assinalam-se também a presença dos *home center's* presentes no eixo: C&C Casa & Construção (nas proximidades da Rodovia D. Pedro I) e o Telhanorte Campinas (localizado na Via Anhanguera, Distrito de Nova Aparecida, próximo ao entroncamento com a Dom Pedro). E às margens da Rodovia Dom Pedro, além de agências e lojas de peças para veículos e caminhões (como a Mercedes-Benz, a Volvo, dentre outras), encontra-se lojas de piscinas, máquinas e implementos agrícolas (Comaq), manutenção e equipamento elétrico (Nortel). Destaca-se também a presença de grandes estabelecimentos varejistas, as chamadas lojas de departamentos, tais como: Center Líder (Parque Don Pedro Shopping); Leroy Merlin; Dicico Homecenter da Construção junto ao Hipermercado Carrefour; e Decathlon Megastore do Esporte.

No que diz respeito ao *comércio varejista de eixo*, assinala-se que apenas os três *shopping centers* presentes na Rodovia Dom Pedro I (Shopping Galleria e Parque D. Pedro Shopping às suas margens; e Shopping Iguatemi nas proximidades) foram responsáveis pela instalação de cerca de 795 pontos comerciais<sup>8</sup>.

Desse modo, o eixo da Dom Pedro constitui um subespaço em Campinas no qual atua e se distribui um circuito varejista superior; um comércio de tipo moderno. Uma das principais características do circuito superior é a tecnologia de caráter imitativa aplicada na produção a partir do uso de capital-intensivo, associa-se também um consumo de tipo imitativo ofertado e propagado em estabelecimentos marcados por altos investimentos em sua implantação e operacionalização. O crédito neste circuito é de tipo bancário e burocrático, praticamente em sua totalidade o conjunto de estabelecimentos comerciais presentes no eixo Dom Pedro estão conectados aos serviços de operadoras financeiras (como Visa, Master Card, Rede Shop e outras).

Contudo, dependendo da rede ou cadeia da qual o estabelecimento faz parte, isto é, o volume de liquidez e capital em caixa, pode-se encontrar linhas de financiamento e parcelamento oferecidos pela própria loja. Como é o caso dos cartões e carnês oferecidos, em suas várias modalidades, pelas próprias cadeias de lojas como é o caso das Casas Bahia

---

<sup>8</sup> Jornal *Correio Popular*, "Iguatemi foi pioneiro na área e desbravou *deserto*", 11 de setembro de 2005, caderno *Economia*, p.B10.

e dos supermercados ou como o recém lançado cartão *Hot Card* das lojas Hot Point (moda jovem) ofertados ao público juvenil. Há também as parcerias e associações com alguma instituição bancária, como frequentemente ocorre nas agências imobiliárias e concessionárias de veículos, nestas últimas se verificam práticas em que vendedores chegam a ganhar bônus e incentivos em dinheiro da instituição bancária conforme planos e metas de venda de veículos mediante financiamento bancário pela mesma.

Integra ainda o circuito superior aquelas grandes firmas que criam e controlam seus próprios bancos como um meio de dominar e eventualmente absorver outras atividades. No que se refere ao circuito superior varejista é notório o processo pelo qual grandes redes vêm ofertando também, além de seus artigos e produtos, serviços originalmente ofertados por bancos, como é o caso de crédito pessoal direto para clientes ou não-clientes a partir de parcerias com bancos ou financeiras. Se grandes lojas como Americanas, Colombo, C&A, Riachuelo, Ponto Frio e Magazine Luiza até recentemente financiavam apenas a compra de mercadorias no próprio estabelecimento, contudo, também passaram a oferecer aos consumidores créditos pessoais. Serviço este que tem apresentado uma lucratividade maior do que a venda ou financiamento de mercadorias em virtude das altas taxas de juros praticadas.

Segundo depoimentos recentemente veiculados em matéria do jornal *Folha de São Paulo*<sup>9</sup>: 40% do lucro da rede Riachuelo (com estimativa de que em breve chegue a 50%) se deve à venda financiada, empréstimo pessoal e venda de diversas modalidades de seguros; a rede Ponto Frio afirmou que em 2005 havia feito, até o mês outubro, 200 mil operações de empréstimo pessoal por meio do Banco Investcred Unibanco SA, o qual pertence ao Unibanco e à Globex (controladora do Ponto Frio).

A produção e comércio ligados ao circuito superior são caracterizados pelo grande volume de mercadorias ou serviços, embora também por vezes possa ser pequena como é o caso de artigos de luxo, butique, moda e atendimento personalizado e dirigido a um certo tipo de clientela. Exceção esta também presente na relação com clientes e usuários, a qual de um modo geral é, no circuito varejista superior, marcada pela impessoalidade, centralização e hierarquização.

---

<sup>9</sup> Jornal Folha de São Paulo, *Lojas 'viram' banco e aumentam lucros*, Caderno FolhaDinheiro, São Paulo, 10 de outubro de 2005.

No circuito superior, embora a massa de ocupações seja predominantemente de assalariados, o nível de pessoal empregado (direta ou indiretamente) é baixo se considerada a relação existente entre o volume e o valor da produção ou do capital movimentado. No que se refere ao comércio varejista, isto torna-se mais claro ao comparar a participação dos estabelecimentos no volume movimentado pelo segmento em Campinas em relação ao número e localização dos estabelecimentos: em 2005 (segundo dados da ACIC) pela primeira vez o comércio varejista sediado em *shopping* (aproximadamente 1.205 estabelecimentos) superou a participação do comércio sediado no Centro (por volta de 2.900 mil estabelecimentos).

Santos (2004) também aponta como característica do circuito superior o baixo rendimento ou ganho por unidade, o que é compensado pelo enorme volume mobilizado. O sistema de preços neste circuito é fixo em razão da presença marcante de oligopólios e da administração do limite de preços em função do risco futuro de suas atividades. Destaca-se também que os lucros são planejados a longo prazo no quadro de acumulação de capital, tanto para a continuidade garantida das atividades quanto para a aplicação em inovação. Por isso grandes redes do circuito varejista superior lançam mão da prática de *queima de mercadoria ou de estoque*; um subterfúgio garantido pela quantidade em estoque capaz de ser mobilizada (menor ganho por unidade, mas ganho alto em função da quantidade), além de fazer de um certo tipo ou conjunto de mercadorias um atrativo, isto é, um *chamariz* para clientela, a qual sempre acaba por comprar algum outro produto no estabelecimento. Cabe assinalar também o maior poder de negociação junto a fornecedores em função da quantidade pedida ou comprada pela rede no seu conjunto, a chamada *compra de linha de produção*, isto é, compra garantida de uma produção ou parte desta por um determinado período, ou ainda a prática denominada por compra de baús (cargas de vários caminhões) e contêiners *fechados*.

A publicidade é um elemento-chave neste circuito, trata-se de um instrumento metódico de modificação, indução e modelamento de gostos e de alteração do perfil da demanda. Como se nota nas propagandas frequentes, massivas e contínuas das grandes redes de lojas, ou as propagandas institucionais, sobretudo de *shopping* e demais formas de atividades concentradas, habitualmente veiculadas por encartes, matérias pagas ou cadernos especiais em jornais de grande circulação.

Os custos fixos do circuito superior (manutenção e operacionalização) são bem elevados e aumentam conforme o tamanho da firma e o ramo de produção ou atuação (venda de artigos ou serviços), portanto têm um grande peso no orçamento do estabelecimento: rotatividade de estoques, propaganda, aluguéis ou taxas de condôminos comerciais (shopping), estacionamento, associações, taxas recolhidas pelas operadoras financeiras, reestruturação contínua de suas disposições internas ou fachadas e vitrines. O reaproveitamento de materiais embora seja muito baixo, por vezes nulo, faz com que os desperdícios (embalagens, publicizações, envelhecimento programado dos artigos) sejam contabilizados como custos e embutidos nas margens dos ganhos e lucros.

Por fim, um elemento marcante do circuito superior é o apoio direto ou indireto da ajuda governamental, como: incentivos fiscais, linhas de crédito, concessão de licenças para atuação, doação de terrenos, marcos legislativos e regulatórios, criação de agências e autarquias, equipamento urbano, zoneamentos e loteamentos de tipos *especiais*, programas de *revitalização*, melhorias de acesso e do sistema viário. Sobretudo pela lógica da urbanização corporativa e a criação de espaços vazios para a especulação.

No que se refere ao comércio varejista de eixo emblemática é a Lei N.º 4978 de 1980 que define e caracteriza *Centro de Compras* (Shopping Center), autorizando funcionamento além do expediente normal (horário e também dias), ainda que para a autorização seja cobrada Taxa para Funcionamento Extraordinário. Ou ainda a Lei N.º 6539 de 1991 que *dispõe e regulamenta a instalação de pontos de ônibus junto a shopping-centers, lojas de departamentos e supermercados*.

Não se trata aqui de criticar tais ações e melhoramentos (materiais e imateriais), mas apenas chamar a atenção para o esforço e intenção assimétricos empregados pelo conjunto dos poderes públicos. Pois enquanto o comércio varejista de eixo ou os demais estabelecimentos vinculados mais diretamente ao circuito superior, ainda que sediados em outras áreas do município, são beneficiados, isto é, são mais prontamente atendidos em suas reivindicações e necessidades, ou seja, têm seus direitos e possibilidades mais energicamente ampliados, o mesmo não se dá com as demais atividades de comércio, sobretudo, àquelas exercidas por ambulantes, bancas ou camelôs.

Atividades e ocupações estas que quando são assistidas pelos poderes públicos quase sempre são definidas *em negativo, por exclusão ou ao contrário*, ou seja, ao invés de

ampliados têm seus direitos e possibilidades reduzidos, não raro mesmo anulados e postos diretamente na ilegalidade. Exemplo disso nos é dado pelos Decretos N.º 4698 de 1975 que proíbe novas instalações de bancas ou barracas nas vias e logradouros públicos e N.º 8793 de 1985 que proíbe autorizações para uso do solo público na área que circunda o Terminal Cury, ou ainda pela Lei 6480 de 1991 que limita à praça Correia de Melo a instalação de comércio ambulante na área central de Campinas (Souza, 2004).

Portanto, não se pretende aqui isentar umas ou outras modalidades e atividades de qualquer regulação ou regulamentação, mas apenas apontar a assimetria existente segundo o tipo de atividade considerada por parte dos esforços dos poderes governamentais.

**Galeria de Fotos 3: Rodovia Dom Pedro I – Eixo Luminoso**



*Leroy Merlin encobrindo Decathlon, ao fundo Bairro Notre Dame (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 27.11.05)*



*Complexo Galleria, Hotel e Torres de escritórios (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 27.11.05)*



Hipermercado *Carrefour* à esquerda e *Samsung* à direita (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 28.11.05)



*Campinas Hall*, *Comac* e *Parque D. Pedro Shopping* (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 28.11.05)



*Makro Atacadista, à esquerda, (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 27.11.05)*



*Atacadão, de frente ao Makro, (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 27.11.05)*



*Mercedes-Benz, à direita, (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 27.11.05)*



*Às direita Ceasa e mais ao fundo Tenda (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 27.11.05)*

## A Força da Área Central de Campinas e os Eixos Intermediários

---

Apesar das novas reconfigurações do comércio de Campinas, a região central do município ainda mantém sua pujança quantitativa (número de estabelecimentos) e diversidade de pontos-de-venda. A Rua 13 de Maio localizada no Centro, por exemplo, referência e principal via comercial de Campinas, abriga em torno de 300 lojas. O Centro como um todo abarca cerca de 2,9 mil estabelecimentos comerciais. O Cambuí, bairro residencial adjacente ao Centro e que tem apresentado uma expansão acelerada de estabelecimentos comerciais, já apresenta 700 pontos que atuam como comércio<sup>10</sup>.

Portanto, distingui-se um conjunto amplo e diferenciado de modalidades de comércio derivadas do processo de tensão entre a força de um *mercado central* das áreas mais antigas, uma tradição que age como uma força de inércia, e a busca mais recente por localizações mais racionais capazes de proporcionar maior comodidade a um segmento de consumidores, bem como maior rentabilidade e lucro a determinadas empresas. Tensão esta aprofundada pela estruturação dos dois sistemas de fluxos e de fixos, isto é, dos circuitos superior e inferior da economia urbana.

Ademais, também corrobora para a predominância do Centro de Campinas, mercado e referência comercial da cidade, além dos estabelecimentos de comércio *de rua* (lojas), o fenômeno do chamado comércio *ambulante* que aí se concentra. Concomitante à descentralização e disseminação do comércio do Centro em direção a outras áreas do município, bem como das mudanças profundas na reconfiguração e natureza desses renovados modos comerciais (tanto dentro quanto fora da região central), verifica-se também um processo crescente de aumento e expansão no município dos pontos-de-venda do segmento de comércio e serviços genericamente denominado *ambulante*, sobretudo sua aglomeração na área central da cidade. Contudo, em todas as suas modalidades e formas (*camelôs, paredeiros, carrioleiros, fruteiros*) cobrem um conjunto bem diverso de atividades distintas, um comércio que se dá *na rua*, examinado ao final do trabalho.

Nesse quadro se destacam dois traçados que ao longo da pesquisa chamaram a atenção em virtude de concentrarem atividades e um tipo de comércio que em parte se

---

<sup>10</sup> Jornal *Correio Popular*, 14 de julho de 2005, caderno *Economia*: edição especial *Cadernos Temáticos – Rumo ao Futuro*.

assemelhavam ao tipo varejista de eixo e em parte ao comércio *de rua*. Sobretudo, considerando-se que tais concentrações estão associadas a traçados viários de tipo *boulevard* que conectam o Centro de Campinas ao eixo da Rodovia Dom Pedro: a Avenida Doutor Moraes Sales e a Avenida José de Souza Campos, esta mais conhecida por Avenida Norte Sul. Logo, as atividades presentes nesses dois segmentos foram aqui definidas e nomeadas como *eixos intermediários*, cabendo assinalar que enquanto a Av. Dr. Moraes Sales congrega atividades mais híbridas segundo o extremo considerado, ou seja, quanto mais próxima ao Centro mais característico é o comércio de rua e quanto mais próxima ao eixo Dom Pedro mais presentes estão os elementos do circuito superior, já a Avenida Norte Sul em toda a sua extensão é notadamente marcada por atividades mais próximas ao circuito superior e um comércio varejista mais moderno.

A Av. Dr. Moraes Sales se inicia no Viaduto Miguel Vicente Cury (Terminal Central) e termina no viaduto popularmente chamado *Ponte do Shopping Iguatemi*. Avenida esta que em sua continuação tem o logradouro modificado para Av. Heitor Penteado que funcionalmente liga diretamente e com traçado praticamente linear o Centro de Campinas ao Complexo Viário Abram Steinberg (no presente estudo tomado como um dos extremos do *eixo luminoso* da Dom Pedro).

Esta particularidade da Av. Dr. Moraes Sales faz dela um traçado de tipo *intermediário* entre o *comércio de eixo* da D. Pedro e o *comércio de rua* característico da região central. Sobretudo, ao se assinalar o segmento entre o *Viaduto do Laurão* até o seu término na *Ponte do Shopping Iguatemi*, a partir deste ponto a continuação do traçado se dá pela Av. Dr. Heitor Penteado que cruzando o Parque Ecológico, Parque do Clube da Hípica e bairros e condôminos de alto padrão vai desembocar na Rodovia Dom Pedro I.

Ao longo do percurso entre os viadutos mencionados estão localizados diversos estabelecimentos de comércio e de serviços: *pet shops*, lojas de informática, bordados (enxoval, cama, mesa e banho), fantasias e festas, piscinas e materiais, videolocadoras, mobiliário para escritórios, móveis, iluminação e decoração, corretora de imóveis, agências bancárias, de venda e de aluguel de carros, restaurantes (pizzarias, churrascaria, comidas típicas) e *fast food*, clínicas médicas e estéticas, de cirurgia plástica e ortopedia, salão de beleza e cabeleireiro, escritórios de advocacia, de transportadora e de construtoras, de *design* e arquitetura, agência de publicidade e de jornal, uma galeria de conveniências

(Ventura Mall), postos de gasolina, Nextel (comunicação móvel para clientes corporativos), clínica veterinária e também de estética animal.

Já o traçado da Av. Norte Sul (Avenida José de Souza Campos) se inicia no Viaduto do Laurão (perpendicularmente à Av. Dr. Moraes Sales) e termina na Ponte sob o corrégo da Avenida Orozimbo Maia. O traçado é diretamente conectado ao Eixo Dom Pedro através da continuação pela Avenida Júlio Prestes que após a ponte sob o Parque da Lagoa do Taquaral continua pela Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier (a popularmente denomina *Pista da CPFL* ou *Pista de Mogi*) que se liga à Rodovia Campinas-Mogi Mirim no trevo com a Dom Pedro I.

No traçado da Av. Norte Sul se encontram estabelecimentos de: redes de *fast food* (*McDonald's*, *Pizza D'oro*, *Pizza Hut*) e cadeias de lanchonete (*Gordão*, *Race Burgers*); supermercado (*Champion*); cafés e docerias; padarias; açougue (*Montana Carnes e Companhia*); postos de gasolina; redes de agências de veículos para aluguel, agências de vendas e de revendedoras autorizadas de carros, lava-rápidos e lojas de equipamentos e acessórios para automotores; edifícios e torres inteligentes de escritórios e salas comerciais (*Avenida Escritórios*, *Trade Tower*, *Varandas Shopping*, *Edifício Norte-Sul Business Center*, *Executive Center*, *Hannover Tower*); *Vitória Hotel*; agências bancárias; escritórios de exportadoras, de arquitetura e de advocacia; escola de idiomas; Instituto de Pós-Graduação em Odontologia, Instituto de Angiologia - Cirurgia Vascular a Laser, *Estética Angioclínica*, *COC* (Centro de Ortopedias e Fraturas de Campinas), *RCC* (Radiologia e Clínica de Campinas), Clínica de Olhos; institutos de beleza e cabeleireiros; lojas de piso, de revestimentos cerâmicos, louças e metais (*Portobello Shop*), casa e *design*, móveis para cozinha, tecidos e decoração, portas e janelas, lojas de mesa, cama e banho; loja de lingerie; butiques; lavanderias a seco; artigos para festas; video locadoras; equipamentos esportivos; lojas de informática; *pet shop's* (*Central Pet*, *Cobasi*, *Animal Center*).

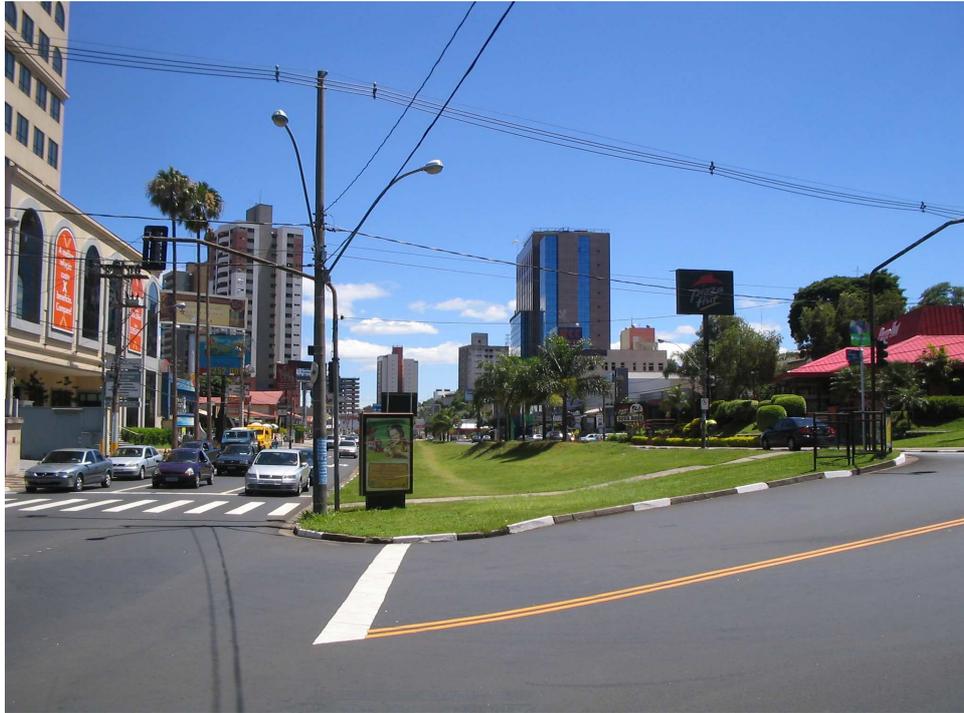
### Galeria de Fotos 3: *Eixos Intermediários*



*Avenida Doutor Moraes Sales* (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 28.11.05)



*Avenida Doutor Moraes Sales* (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 28.11.05)



*Avenida Norte Sul (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 28.11.05)*



*Avenida Norte Sul (Foto: Luis H. L. Ribeiro, 28.11.05)*

#### **4 - O COMÉRCIO NA RUA EM CAMPINAS: AMBULANTES, FRUTEIROS, CARRIOLEIROS, PAREDEIROS E CAMELÔS**

---

No decorrer dos últimos anos muita polêmica tem permeado a questão do chamado comércio *ambulante* concomitantemente à sua contínua e crescente expressividade nas economias urbanas. Muitos juízos e opiniões são emitidos quanto à problemática. Pesquisas, notícias, declarações, campanhas e políticas surgem, ora pró, ora contra, por vezes apontando soluções e em outras problemas, assinalando tanto aspectos positivos quanto negativos. As próprias denominações e conceituações, abundantes e não consensuais, já sugerem que se trata de um campo cheio de controvérsias. Mas o fato é que estão *aí*, e cada vez com maior notoriedade.

O termo *ambulante* é a denominação mais corriqueira e também a mais antiga, estando presente em estudos e pesquisas, nos meios de comunicação e no senso comum, bem como nas legislações e normatizações dos poderes públicos. Devido a essa generalização e banalização, o termo torna-se fonte de ambiguidades e indefinições, sobretudo atualmente quando o quadro que se pretende representado por esta palavra em todos os seus usos, significações e atribuições constitui um conjunto amplo e diversificado de atividades de comércio e de serviços. É provável que a difusão desse termo se deva aos próprios poderes públicos que em matéria de legislação resguardaram a denominação *ambulante* em seus primórdios para a permissão de atividade na rua (comércio e serviço) reservada preferencialmente a deficientes físicos, idosos, menores, escravos e estrangeiros.

Everardo Backheuser (1944) num belo estudo antropogeográfico do *comércio ambulante e ocupação de rua* na Rio de Janeiro da década de 1940 (então Distrito Federal) diferenciou estas formas de atividade do *comércio sedentário*, destacando a peculiar *vivacidade* imprimida por ambulantes e outras *ocupações* de rua no *panorama urbano*. Segundo este autor, a presença de comércio ambulante para certos gêneros de artigos e serviços está presente em toda parte do mundo. Contudo, discorre ele, em nenhum outro lugar se apresenta com tanta multiplicidade e variedade quanto no Rio de Janeiro em virtude da presença do *homem dos trópicos* que na continuidade do trabalho lança mão das mais variadas modalidades de *pregão*: dos mais *silenciosos* aos *apregoadores* com cantos, assovios, versos, instrumentos de som e chamamentos característicos e bem particularizados.

De acordo com Backheuser (1944) um Decreto N.º 4610 de 1934 para regulamentação dos ambulantes no Rio de Janeiro classificou 134 espécies de atividades às quais se destinaram 134 tipos diferentes de impostos. Contudo este mesmo autor assinalou a incompletude das tabelas estatísticas municipais, o que se deve principalmente a dois fatores: de um lado, um conjunto de atividades legalmente isentas em virtude do caráter de função pública (como lixeiros, carteiros e vendedores de bilhetes de loteria), outras nem passíveis de licenças (mendigos, trapeiros) e aquelas clandestinas (como é o caso do *jogo do bicho*); um segundo fator se refere à clandestinidade em massa verificada por toda parte da cidade favorecida e propiciada pelos enormes empecilhos, obstáculos e dificuldades advindos das regulações e vigilância por parte dos poder público (licenças e penalidades, multa, apreensão, rigorosas prescrições de higiene e de padrões métricos para produtos e estruturas de exposição, manuseio e transporte, impostos, requerimentos, placas, identificações, taxas de pagamento dos instrumentos de medição, etc.).

A partir de estatísticas oficiais fornecidas por órgãos de governo e por associações, bem como pela divisão das atividades em quatro grandes categorias (*alimentação, vestuário, habitação e gozo e facilidade da vida*), Backheuser (1944) chegou a uma *apuração final* de 14.081 ambulantes (Rio de Janeiro, cidade mais populosa em 1940, contava com 1.764.141 habitantes, segundo SANTOS, Milton, 1993) distribuídos entre atividades de vendas e serviços em: armarinho e fazenda, perfumaria, quitanda, roupas feitas e de cama, objetos para escritório, confecções e artigos de luxo (relógios e jóias), pequenos vícios (cigarros, cachimbos, isqueiros e charutos), alimentação de origem animal, vegetal e mineral, artigos de higiene, jardinagem, ornamentação, reparo de objetos como soldador e amolador, intelectual (livros e fascículos), homenagens a mortos (flores, coroas e velas), gozo coletivo (realejos e músicos, bandas de rua), quinquilharias, fotógrafos, preparados químicos; serviços sociais como carteiro, limpadores de rua; entregas de folhetos, carregadores, propagandistas, jornaleiros e garotos a serviço de bancas e de lojas.

Os registros mais antigos de comércio ambulante em Campinas levantados pela presente pesquisa foram: uma fotografia<sup>11</sup> com data estimada do início do século XX, na qual se identifica uma garotinha vendendo artigos numa pequena cesta ornamentada à porta

---

<sup>11</sup> Fotografia pertencente ao acervo de Aristides Pedro Silva, em Campinas popularmente conhecido como V-8, gentilmente cedida pela coordenadoria da Coleção Iconográfica do Centro de Memória da Unicamp – CMU.

da igreja Matriz (Catedral Metropolitana de Campinas, entre as ruas Costa Aguiar e 13 de Maio, ver Galeria de Fotos ao final do trabalho); e a Lei N.º 345 de 1925 que regulamenta a *exclusão de mercadores ambulantes de generos alimenticios do augmento estabelecido na lei orçamentaria de 1925. – Tabella para exportadores de ovos, aves, hortaliças, etc.* (Biblioteca Jurídica da Prefeitura Municipal de Campinas; e SOUSA, Maria Adélia A. de, 2004).

Segundo levantamento de dados junto à Assessoria Jurídica da SETEC<sup>12</sup>, o permissionário com a matrícula de n.º 001 foi cadastrado em 20.12.1967, no ramo de frutas e verduras com dois boxes externos no Mercado Municipal. Cabe assinalar que essa matrícula n.º 001 fazia parte do cadastro da Ceab (Centro de Abastecimento Provisório, vinculado à Prefeitura Municipal de Campinas) repassado posteriormente para a SETEC quando da criação desta em 1974. Este Centro de Abastecimento que até a década de 1970 estava sediado no Jardim do Lago (próximo ao entroncamento das rodovias Anhanguera e Santos Dumont), onde agricultores e atacadistas comercializavam seus produtos, é herdeiro do primeiro sistema de comercialização do gênero organizado no município (Mercado Grande, 1861-1893; Mercado de Hortaliças, 1872; e Mercado Municipal, inaugurado em 1886 e término da construção em 1908, em operação até hoje) e que por décadas funcionou nas imediações do Mercado Municipal e da Praça Correio de Melo (praça onde hoje se localiza o Terminal Mercado de ônibus e um camelódromo de frente à Rua Benjamin Constant).

O Ceab teve suas atividades encerradas no início da década de 1970, quando da fundação em 1972 da Central de Abastecimentos de Campinas – S/A (CEASA) e início de suas operações a partir de 1975 (hoje instalada na Rodovia Dom Pedro I). Em dezembro de 1989 a CEASA foi municipalizada tendo à frente do controle acionário e administração da empresa a Prefeitura Municipal de Campinas.

---

<sup>12</sup> Autarquia municipal Serviços Técnicos Gerais (SETEC), criada em 1974 e vinculada à Prefeitura Municipal de Campinas. Dentre suas atribuições figura a concessão de licenças e fiscalizações de comércio em solo público: bancas de revistas, de flores e de frutas; cadastramento de comerciantes autônomos, feirantes, trabalhadores da economia informal, trayllers e quiosques para venda de alimentos; instalação de caçambas para entulhos e construção de guaritas de segurança; organização de feiras livres; instalação de placas de ruas; administração do Mercado Municipal e dos cemitérios municipais e seus velórios.

O inventário fornecido pela SETEC (datado de 08 de novembro de 2005) informou que em seu cadastro constavam 2.038 permissionários divididos em nove categorias, apresentado abaixo no Quadro 2.

**Quadro 2: categorias e número de permissionários junto à SETEC – Campinas (2005)**

<b>CATEGORIA</b>	<b>N.º de Permissionários</b>
<b>Mercado Municipal (Boxes)</b>	109
<b>Bancas (jornais, flores, etc.)</b>	443
<b>Trayller (lanches, caldo de cana, etc.)</b>	42
<b>Quiosque (pães, lanches, flores, etc.)</b>	213
<b>Projeto Camelô (Terminal Mercado)</b>	140
<b>Feirantes</b>	208
<b>Ambulantes (carrinho de cachorro quente, de doces, pipocas, etc.)</b>	704
<b>Engraxates</b>	59
<b>Outros (mesas e cadeiras de bares, guaritas de segurança, caçambas de entulho, outdoor, etc.)</b>	120
<b>Total:</b>	<b>2.038</b>

**Fonte:** levantamento fornecido pela autarquia Serviços Técnicos Gerais (SETEC) em novembro de 2005 a partir de solicitação feita via Protocolo N.º 007054.

De acordo com o Dr. Celso Lorena (da Assessoria Jurídica da SETEC) em entrevista, a área de atuação dos 24 fiscais da autarquia abrange todo o município de Campinas. Segundo ele o número de pedidos para permissões e licenças geralmente aumenta em períodos de recessão e desemprego. A Assessoria informou ainda que a SETEC não reconhece e, conseqüentemente, não expede permissões para nenhuma outra modalidade de *ambulante* que não aquela descrita no Quadro 2 (carrinhos de cachorro quente, doces, pipocas, etc.). O Dr. Celso Lorena estima, extra-oficialmente, em mais de 1.000 o número de clandestinos atuando no município de Campinas.

Desse modo, em virtude de uma simplificada e limitada regulamentação, são postos na clandestinidade e ilegalidade todo um conjunto de atividades e modalidades abarcadas por *carrioleiros* (tipos com carriolas empurradas à mão e carregadas predominantemente com frutas, verduras e legumes), *paredeiros* (os maias variados artigos dispostos junto a muros, paredes e muretas segundo os mais diversos mostruários; tapetes, caixas, grades, muretas, bancadas, etc.) e *ambulantes*, desde aqueles *estacionados* em semáforos ou

cruzamentos de vias até aqueles ambulantes mais circulatorios, *transeuntes*, seja à pé (com artigos à cabeça, às costas, aos ombros ou às mãos) ou em veículos (motorizados ou não).

Segundo a Assessoria de Imprensa da SETEC, em matéria publicada no *Jornal Correio Popular*<sup>13</sup>, foram realizadas de janeiro a outubro de 2005, por fiscais da autarquia, 1.129 apreensões de *carrioleiros*, uma média de 3 apreensões por dia, carriolas estas que após serem recolhidas são guardadas numa área do Cemitério Nossa Senhora da Conceição, no bairro dos Amarais. Segundo declarações na mesma matéria, apenas no mês de outubro também foram emitidas 549 intimações para permissionários de um modo geral.

Embora essas modalidades sejam proibidas pela autarquia municipal, contudo, em trabalho de campo realizado no Centro do município, verificou-se *paredeiros* que mesmo sendo frequentemente incomodados por fiscais da SETEC têm alvará e permissão de funcionamento emitidos pela Secretaria de Urbanismo (antiga Secretaria Municipal de Obras e Projetos)<sup>14</sup>. Comerciantes estes que não se intitulam *paredeiros*, já que se tratam de lojas, como apontado num dos relatos com alvará em mãos: *a minha é a menor loja que existe, tem um 1,5m<sup>2</sup> de frente e palmo e meio de fundura* (ver Galeria de Fotos 6, ao final do trabalho). Esse conflito de atribuições entre órgãos municipais (no caso entre SETEC e Secretaria Municipal de Urbanismo) evidencia não apenas um excesso de regulações e vigilância, mas também um descompasso e indefinição entre as mesmas.

Esses números e constatações são ilustrativos não apenas do crescimento dessas modalidades de comércio, mas também evidenciam a tensão crescente entre o cotidiano de vida e labuta de partes da população e a constituição mais imperativa de um *meio técnico-científico e informacional* (Santos, 1999). O qual, como já dito, não apenas é exigente de uma base material como suporte e emanção, mas também de todo um arcabouço sistêmico de ações reguladas.

Ilustrativa é a comparação oferecida pela *Matriz de Periodização* (Souza, 2004) a qual evidencia em todos os seus campos (temas e assuntos) um adensamento das normas municipais instituídas concomitantemente à dotação do território com infra-estruturas e equipamentos, ou seja, da passagem de um meio *ecológico* para um meio cada vez mais

---

<sup>13</sup> Fonte: *Carrioleiros voltam a invadir o Centro*, *Jornal Correio Popular* de Campinas, 20 de novembro de 2005.

<sup>14</sup> O presente trabalho procurou e enviou solicitações de dados à Secretaria Municipal de Urbanismo, contudo, não obteve nenhum tipo de retorno ou assistência.

*sócio-técnico*. Adensamento este dos contextos mais notório com a passagem do *meio técnico-científico* para o *meio técnico-científico e informacional* (Santos, 1999), sobretudo a partir de meados da década de 1970.

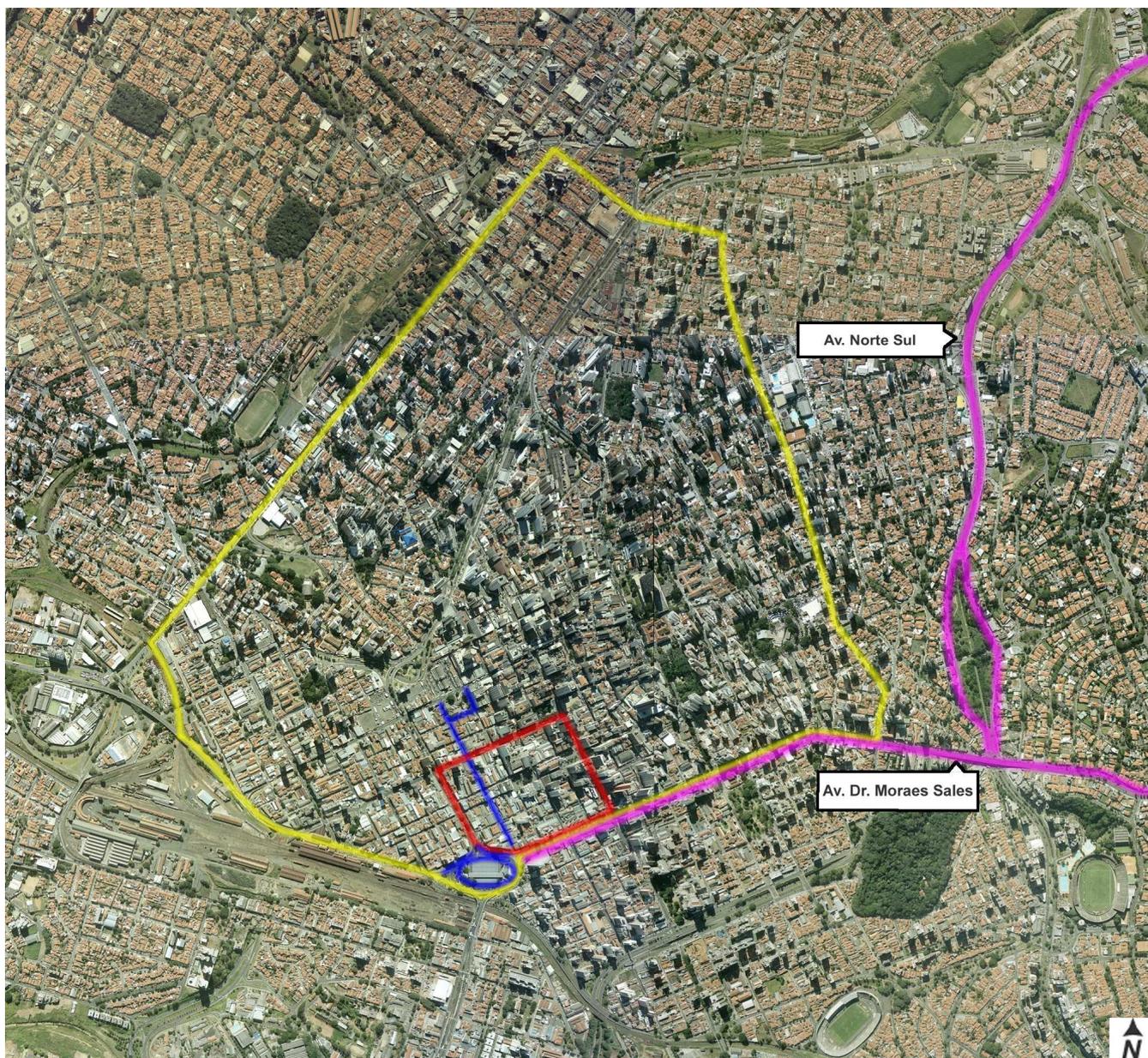
No caso das regulações municipais mais específicas ao comércio ambulante de Campinas, não apenas se nota uma enorme diferença quantitativa, mas também qualitativa. A Lei N.º 345 de 1925 se orientou por um caráter mais generoso, inclusivo e, embora a única encontrada num vasto segmento de tempo, mais diferenciadora, pois ao excluir o comércio ambulante de gêneros alimentícios da tabela de aumento dos impostos, esta aplicada apenas aos exportadores, priorizou as relações mais orgânicas e dependentes entre ambulantes e a população local. O mesmo não se verifica com a série de leis e decretos surgidos a partir da década de 1970, os quais, embora mais numerosos, são nitidamente menos diferenciadores ao proporem uma certa *homogeneização* e *uniformização* de todo um conjunto de atividades bem distintas. Sobretudo, por serem pautados por regulações de restrição, confinamento e proibição, ou seja, pelo achatamento das possibilidades e diminuição do direito ao trabalho e à cidade de parte da população.

Dec. n.º 4698 de 1975 proíbe novas instalações de bancas ou barracas nas vias e logradouros públicos; Dec. n.º 5839 de 1979 dispõe sobre a instalação de bancas de jornais e revistas e frutas e regulamenta o exercício do comércio ambulante no município (entendido como *as saídas de mercadorias do estabelecimento, sem destinatário certo, por meio de veículos motorizados, carrinhos manuais, cestas, tabuleiros e qualquer outro meio para vender ao consumidor ou usuário final*); Dec. n.º 8723 de 1985, *ficam proibidas as autorizações para uso do solo público na área que circunda o Terminal Cury, delimitada pelas seguintes vias públicas: Rua José de Alencar, Ferreira Penteado, Av. dos Expedicionários, Cônego Scipião, Senador Saraiva e Duque de Caxias*; Lei n.º 6480 de 1991, Artigo 1.º - *Fica limitada à praça Correia de Melo a instalação de comércio ambulante na área central de Campinas*, Artigo 2.º - *Fica proibida, sob qualquer hipótese, a instalação de comércio ambulante na área formada pelas seguintes vias públicas: Viaduto Miguel Vicente Cury, Av. Moraes Salles, Av. Júlio de Mesquita, Rua Barreto Leme, Av. Anchieta, Av. Orozimbo Maia, Radial Penido Burnier, Rua Dr. Mascarenhas, Av. Andrade Neves e Av. dos Expedicionários.*; Dec. n.º 13.900 de 2002 delega à autarquia

Serviços Técnicos Gerais a competência para fiscalizar a atividade de carrieiros, fruteiros e paredeiros na *Zona Nobre* de Campinas.

A *Zona Nobre*, assim como o *Quadrilátero Central* (ver Mapa 4 mais adiante), já havia sido determinada (art. 2.º Lei n.º6.480 de 1991) e delimitada (art.11 do Dec.n.º10.081), mas a partir do Decreto de 2002 é intensificada a fiscalização sobre ela para cadastrar e remover Paredeiros, Carrieiros e Fruteiros. Sobretudo para *prevenir eventuais conflitos de atribuição entre a SETEC, que fiscaliza qualquer uso do solo voltado aos espaços públicos e o Departamento de Uso e Ocupação do solo da Secretaria de Obras e Projetos (DUOS) que licencia e fiscaliza os usos privados da propriedade [...] considerando a mancomunação entre Paredeiros e proprietários de casas e estabelecimentos comerciais inseridos dentro da ‘Zona Nobre’ de Campinas, que tem locado o espaço público por meio de uso abusivo da sua propriedade das paredes e portas voltadas para as vias públicas, atentando diretamente contra a função social da propriedade*. Nota-se pelo Mapa 4 que a delimitação da Zona Nobre praticamente é superposta à área com maior densidade de verticalização do município. Bem como o que se denomina por *mancomunação*, também poderia ser compreendido como formas de associação e cooperação entre atividades aglomeradas (ver Galeria de Fotos ao final do trabalho).

**Mapa 4: Imagem de satélite da Área Central de Campinas – Zona Nobre**



**Legenda:**

- Zona Nobre – PMC
- Quadrilátero Central – PMC
- Eixos Intermediários
- Camelódromos e Camelôs

**Escala**

**1 : 27.000**

**Fonte:** Base de imagens *Google Maps* [2002] modificada por Luis H. L. Ribeiro e Zorba ([mccamillo@uol.com.br](mailto:mccamillo@uol.com.br)) em Novembro de 2005

## O caso dos Camelôs

---

Os camelôs, no presente trabalho conceituados como aqueles associados às aglomerações e concentrações de *bancas*, surgem a partir de meados da década de 1980, fazendo-se pouco a pouco mais notáveis e afirmando-se como categoria de trabalhadores e modalidade de atividades a partir de meados da década de 1990. Constatação esta indicada mediante entrevistas realizadas e relatos colhidos em trabalhos de campo na área central de Campinas e junto às principais instituições e associações ligadas ao comércio do Centro (Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas e Associação Comercial e Industrial de Campinas), bem como pelas pesquisas feitas junto a fontes de matérias jornalísticas, bibliográficas e legislativas.

Os camelôs são um fenômeno mais acentuado e particularizado nas regiões metropolitanas, nas cidades médias e, sobretudo, nas grandes cidades. Numa matéria publicada na revista *Veja* (de 27 de agosto de 2003)<sup>15</sup>, por exemplo, apontou-se que no município de São Paulo atuavam cerca de 50.000 camelôs. Já o *Documento – Camelôs* elaborado em 1994 pela Associação Viva o Centro da capital paulista apontou que segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Economia Informal de São Paulo havia 170 mil camelôs ou *marreteiros* como são popularmente conhecidos, por outro lado seriam 30 mil o número de camelôs de acordo com a Secretaria das Administrações Regionais do Município de São Paulo, contudo 9.788 foi o número de ambulantes cadastrados apresentado pela Prefeitura Municipal de São Paulo em 1994 (Associação Viva o Centro, 1994).

Na cidade de Quito (Capital do Equador) em 2003 foram transferidos 6.000 camelôs (organizados em dezenas de associações) das ruas centrais para camelódromos construídos no próprio Centro Histórico da cidade (dados do BIDAMÉRICA, revista eletrônica do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, financiador do projeto).

---

<sup>15</sup> Reportagem de capa da *Veja São Paulo*: Revista *Veja*, 27 de agosto de 2003, Ano 36 – No. 34, Editora Abril. Dados, números e informações da matéria a partir de fontes: Ministério Público Estadual; Receita Federal; RCI First Consultoria de Segurança e Inteligência Privada; e Secretaria Municipal de Segurança Urbana do município de São Paulo.

Segundo uma matéria de jornal eletrônico<sup>16</sup>, em julho de 2005 um cadastramento de *comerciantes informais* realizado pela Comissão de Camelôs apontou um número de 1.800 camelôs atuando nas ruas centrais de João Pessoa (Paraíba), conforme declarado por José Honorato da Silva (presidente da referida comissão). Já no município do Rio de Janeiro havia em julho de 2004 cerca de 2.000 camelôs cadastrados, segundo Maria de Lourdes do Carmo Santos coordenadora do MUCA (Movimento Unificado dos Camelôs) em entrevista ao Informativo Diário da CUT/RJ<sup>17</sup>.

Cabe assinalar, neste ponto do trabalho, da dificuldade dos dados e estatísticas quanto à questão dos ambulantes, sobretudo dos camelôs. Poucas são as contabilidades oficiais ou oficializadas pelos órgãos e poderes públicos. Contudo, embora não hajam dados mais sistematizados, tampouco uma evolução temporal mais apurada, do número de indivíduos que atuam como ambulantes ou do número de camelôs, algo que não se restringe apenas a Campinas, por outro lado, a partir de declarações e projeções noticiadas, bem como por dados fornecidos pelo Sindicato da Economia Informal de Campinas e pela SETEC, tornou-se possível elaborar um quadro estatístico satisfatório.

Destaca-se também que os levantamentos obtidos e sistematizados têm um acentuado caráter de *simulação* ou *dissimulação* devido a dois aspectos: de um lado o receio e cuidado das populações marginalizadas de se protegerem de decisões e ações de represália, apreensões, expulsões, etc.; e por outro, a preocupação das autoridades em minimizar a imagem do desemprego ou da precariedade das condições de trabalho, ou ainda de associações antagonistas a estas modalidades que ora subestimam e ora superestimam suas projeções segundo as circunstâncias e finalidades do momento. Claude Raffestin (1980) ao falar de uma *geografia do poder* apontou os *recenseamentos* das populações e materialidades, tornadas assim *recursos*, como *trunfos do poder*. Portanto, tratam-se de mecanismos de poder, logo a negação a se deixar recensear também constitui um legítimo instrumento político.

---

<sup>16</sup> [www.pstu.org.br](http://www.pstu.org.br), *Militantes do P-SOL e PSTU lideram manifestação de camelôs*. Por João Costa publicada em 18.07.2005: WSCOM – O jornal eletrônico do Nordeste, de João Pessoa (PB).

<sup>17</sup> *RÁPIDO*; Informativo Diário da CUT/RJ do dia 01.07.2004 – número 2429 Ano 12: [www.cutj.org.br/Rapido47.htm](http://www.cutj.org.br/Rapido47.htm).

Mediante mapeamento próprio das declarações e informações noticiadas pela imprensa do município nos últimos anos (destacando-se as do jornal *Correio Popular* de Campinas), tornou-se possível situar, em termos estatísticos, os agentes e notícias no momento atual de redação da presente pesquisa. Mesmo ao se considerar as discrepâncias, desencontros e não consensos nos números e estatísticas levantados, por outro lado, evidenciou-se uma politização concomitante à polemização da problemática do comércio ambulante, bem como um aumento significativo no número de camelôs para o período 2001-2005.

Dentro do programa de *Revitalização do Centro* implementado pela Prefeitura Municipal de Campinas, iniciou-se em 14 de fevereiro de 2004 a inauguração da primeira fase do projeto *Centro Popular de Compras*; instalação de camelódromos no entorno do Terminal Central. Esta primeira fase, com investimentos públicos municipais previstos em R\$ 600 mil (fundos do *Orçamento Participativo*) para investimentos em estruturas, baseou-se na transferência de camelôs que atuavam como *bancas, paredeiros e fruteiros* pelas ruas da região central da cidade (tais como Av. Dr. Moraes Sales e Av. Senador Saraiva) para os novos espaços do camelódromo. Ficando a cargo dos camelôs o custeio da infraestrutura das bancas orçadas entre R\$ 6.372,00 e R\$ 7.900,00 cada uma, segundo formas de pagamento e parcelamento definidas pela Prefeitura (jornal *Correio Popular*, 14 de fevereiro de 2004).

O projeto *Centro Popular de Compras* (Lei n.º 11.555 de 2003, PMC; e Resolução n.º 03 de 2003, SETEC) em seu conjunto dividiu-se em duas fases: um camelódromo instalado na Rua Benedito Cavalcante Pinto destinado a abrigar 292 bancas; e um outro camelódromo na Rua Dr. Jayme Pereira de Ulhoa Cintra (como extensão do primeiro localizada entre o Túnel do Viaduto Cury e a Rua Saldanha Marinho) destinado à instalação de 207 bancas. Portanto, inicialmente o projeto pretendeu instalar e regularizar 499 camelôs em dois camelódromos credenciados pela Prefeitura que somados aos já anteriormente credenciados e atuantes, 160 no interior da área do próprio Terminal Central e por volta de 200 na Rua Álvares Machado, chegou-se a um cadastro de aproximadamente 859 camelôs. Cadastramento este conduzido pela Cooperativa de Assistentes Sociais da Prefeitura Municipal de Campinas tendo por critérios de seleção a condição sócio-econômica e o local de residência (exclusivamente no município de Campinas).

Durante a implementação do Projeto cerca de 200 vendedores ambulantes ficaram excluídos do cadastramento para ocupar uma das 460 vagas abertas com os dois camelódromos, bem como por volta de 80 já cadastrados desde 2003 tiveram negadas suas credenciais por não residirem em Campinas<sup>18</sup>. Portanto, já era de se esperar que dois dias após (16 de fevereiro de 2004) a implementação da primeira fase do camelódromo e início da transferência dos ambulantes para este, ocorresse uma manifestação (noticiada pelo jornal *Correio Popular*, de 17 de fevereiro de 2004) de ambulantes credenciados com bloqueios nas ruas da região central em protesto à estrutura inacabada do camelódromo (que era a parte do acordo, descumprida, que cabia à Prefeitura Municipal), como a falta de bancas, coberturas, instalações elétricas e redes de água e esgoto. Segundo depoimento de Maria José Marsaioli de Sales (presidente do Sindicato dos Trabalhadores Informais de Campinas), em entrevista concedida a este trabalho em 7 de novembro de 2005, até a presente data apenas a categoria cumpriu sua parte (instalações elétricas, bancas e coberturas), faltando, sobretudo, a rede de água e esgoto que no acordo ficou a cargo da SANASA (autarquia municipal Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A). Àquela manifestação de 2004, juntou-se ainda os ambulantes excluídos do cadastramento e aqueles que tiveram suas credenciais cassadas por não residirem no município, ambos constituindo parte significativa dos ambulantes que atuavam no centro da cidade.

De acordo com informação declarada pela Cooperativa de Assistentes Sociais da Prefeitura de Campinas<sup>19</sup> em notícia publicada pelo jornal *Correio Popular* (em 2 de março de 2004), eram 1.019 os ambulantes que atuavam no Centro de Campinas. Nesta mesma matéria o Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal de Campinas declarou um número de 1.200 camelôs. Por fim, a matéria apresentou uma tipologia dos cinco principais pontos no Centro de Campinas onde existem as maiores concentrações de camelôs com um total de 750 bancas (fonte: levantamento realizado pela *Agência Anhangüera de Notícias*, AAN, 2004, grupo ao qual pertence o jornal *Correio Popular*):

---

<sup>18</sup> Jornal *Correio Popular*, matéria intitulada “*Estrangeiros*” *ficam fora do camelódromo*, Caderno *Cidades*, p.7, de 27 de fevereiro de 2004.

<sup>19</sup> Vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social de Campinas. O presente trabalho procurou e enviou solicitações à Cooperativa, mas não obteve nenhum tipo de resposta ou retorno.

1) *Área interna do Terminal Central*

Número de bancas: 168

Produtos vendidos: CDs, DVDs, jogos de computador, eletroeletrônicos, camisetas, ervas medicinais, relógios, videogames, bebidas, alimentos, cigarros, roupas em geral, artigos para casa, prestação de serviços (cabeleireiros e confecção de currículos, por exemplo), brinquedos, uniformes de times de futebol.

2) *Rua Benedito Cavalcante Pinto (novo camelódromo)*

Número de bancas: 189

Produtos: frutas, legumes, verduras, CDs, DVDs, videogames, roupas, brinquedos, uniformes de times de futebol, perfumes, artigos para casa e miudezas em geral.

3) *Área no entorno do Terminal Mercado*

Número de bancas: 122

Produtos: CDs, DVDs, roupas, artigos para casa, jogos de computador, brinquedos, ervas medicinais, mochilas, uniformes de times de futebol, cigarros, frutas, verduras e legumes.

4) *Rua Dr. Jayme Pereira de Ulhoa Cintra (extensão do novo camelódromo)*

Número de bancas: 78

Produtos: frutas, verduras, legumes, passes de ônibus, pilhas, utensílios para casa.

5) *Rua Álvares Machado*

Número de bancas: 193

Produtos: CDs, DVDs, aparelhos de som, videogames, jogos de computador, televisores, aparelhos de DVD, artigos para casa, pilhas, cosméticos, perfumes, roupas, calçados, brinquedos, mochilas, relógios e cigarros.

No mesmo ano, mas numa outra matéria (*Correio Popular*, 09 de dezembro de 2004), Maria José Marssaioli Sales (presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal) declarou não ser possível conter 1.800 camelôs, em referência ao protesto dos mesmos na Rua 13 de Maio em ocasião de uma operação ostensiva de busca e apreensão de mercadorias pelos poderes públicos durante a época de aumento nas vendas para o Natal e fim de ano. Outra crítica por parte desta manifestação se deveu ao fato do vice-prefeito eleito em 2004 Guilherme Campos Júnior (PFL) ter sido nomeado Secretário de Comércio, Indústria e Serviços do município, já que o mesmo também é presidente da Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC), instituição esta (junto a outras Associações Comerciais) que faz oposição permanente e sistemática às atividades dos ambulantes em Campinas.

Segundo declarações do economista Laerte Martins da ACIC em matéria publicada no jornal *Correio Popular* em 1º de maio de 2005, atuam no centro de Campinas 1.150 camelôs cujo comércio se concentra em: 60% eletrodomésticos; 20% imagem e som (som, fotos, CDs e DVDs); e 20% calçados e roupas. De acordo com a mesma declaração, 1.040 camelôs atuam nos bairros e periferias do município cujos produtos se concentram em: 70% móveis; 30% roupas e calçados (ver Galerias de Fotos ao final do trabalho).

Já numa outra reportagem (jornal *Correio Popular*, 4 de agosto de 2005), Edivaldo Souza Pinto, presidente da CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas, outro grupo de oposição sistemática ao comércio dos ambulantes), informou que 1.300 ambulantes se localizavam no centro e 700 nos bairros. Nesta mesma matéria a SETEC declarou que 600 camelôs atuavam no centro da cidade.

Segundo Francisco de Lagos (Coordenador de Comunicação da Prefeitura Municipal de Campinas) em depoimento ao jornal *Correio Popular* (10 de agosto de 2005) há 900 ambulantes cadastrados. De acordo com ele, a descentralização é uma medida preventiva, já que a proliferação de camelôs nos bairros já é uma realidade.

Em artigo intitulado *Manchete X Matéria* publicado no jornal *Correio Popular* (Caderno *Opinião*, 12 de agosto de 2005), Francisco de Lagos faz algumas críticas aos títulos e manchetes do próprio *Correio Popular*, destacando que o jornal *joga fogo num palheiro* quando noticia questões ligadas ao comércio informal e aos camelôs da cidade, enfatizando que o *principal* será o trato desta questão (pelo atual governo do município) como um *problema social*. Assinala-se ainda que de acordo com depoimento de Maria José M. de Sales (Sindicato dos Informais) em entrevista ao presente trabalho (7 de novembro de 2005), o sindicato tem optado por uma política de *silêncio* frente ao Jornal *Correio Popular* em virtude de um processo que está sendo movido contra este em função das *distorções* dos depoimentos imprimidas pelas matérias do jornal.

Numa outra matéria publicada (*Correio Popular*, 5 de agosto de 2005) o atual prefeito de Campinas Hélio de Oliveira Santos (PDT) pressionado por lojistas (ACIC e CDL), sobretudo dos estabelecimentos da Rua 13 de Maio, prometeu atender às exigências dos mesmos em reforçar e intensificar a atuação da SETEC e da Guarda Municipal a fim de coibir os camelôs que ocupam as ruas centrais após as 18:00hs *atrapalhando* o movimento das lojas estabelecidas. Contudo, ressaltou o prefeito, embora vá atender ao direito *de ir e*

*vir dos cidadãos, bem como ao respeito pelos espaços públicos, assinalou que Precisamos encontrar um ponto de diálogo, sem provocar uma guerrilha urbana por esse assunto. O prefeito destacou também que a questão do comércio informal e dos camelôs é, além de uma questão de cunho social, uma problemática nacional cujas soluções se encontram na esfera de políticas macro-econômicas e não apenas municipais; Essa situação não é nada diferente do que acontece em outros pontos do país. O que vemos é um processo de rancor e ódio. Só aqui que se coloca isso como um dos grandes problemas da população. Não é. Eu respeito quem, como os ambulantes, está trabalhando sem entrar no mundo do crime.*

De tudo isso, segue-se abaixo o Quadro 3, ilustrativo das declarações e números controversos colhidos a partir das publicações de jornais citadas, ora especificando *camelôs*, ora mencionando *ambulantes* de um modo geral ou mesmo *pontos de comércio informal, fruteiros, carrioleiros e paredeiros*.

**Quadro 3: declarações e números controversos – Campinas (2004-2005)**

FONTE DAS DECLARAÇÕES	2004		2005	
	Centro	Bairros e Periferia	Centro	Bairros e Periferia
Cooperativa de Assistentes Sociais da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC)	1.019 pontos de comércio informal, fixos e flutuantes (segundo cadastro de 2003; <i>Correio Popular</i> , 29.02.04)		900	
Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC)			1.150 camelôs ( <i>Diário do Comércio</i> , 04.04.05) 1.150 ambulantes, paredeiros e carrioleiros ( <i>Correio Popular</i> , 01.05.05) 1.300 camelôs ( <i>Correio Popular</i> , 10.08.05)	950 camelôs ( <i>Diário do Comércio</i> , 04.04.05) 1.040 ambulantes, paredeiros e carrioleiros ( <i>Correio Popular</i> , 01.05.05) 700 camelôs ( <i>Correio Popular</i> , 10.08.05)
Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas	1.200 camelôs ( <i>Correio Popular</i> , 02.03.04) 1.800* camelôs ( <i>Correio Popular</i> , 09.12.94: * número de manifestantes em protesto na Rua 13 de Maio ocorrido no dia anterior)		600 camelôs ( <i>Diário do Comércio</i> , 04.04.05)	
Agência Anhanguera de Notícias (Grupo do Jornal Correio Popular)	750 bancas de camelôs ( <i>Correio Popular</i> , 29.02.04)		De 2.000 camelôs, apenas 900 cadastrados ( <i>Correio Popular</i> , 27.10.05)	
Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL)			1.300 ambulantes ( <i>Correio Popular</i> , 04.08.05)	700 ambulantes ( <i>Correio Popular</i> , 04.08.05)
SETEC	1.019 pontos de camelôs ( <i>Correio Popular</i> , 04.08.05)		600 camelôs ( <i>Correio Popular</i> , 04.08.05)	
Francisco de Lagos (Coordenador de Comunicação da PMC)			900 ambulantes cadastrados atuam na cidade ( <i>Correio Popular</i> , 10.08.05)	

Fonte: elaboração própria a partir de mapeamento de declarações feitas em publicações dos jornais *Correio Popular* de Campinas e *Diário do Comércio* (expediente da ACIC) no período 2004-2005.

No que se refere às bancas situadas no Centro de Campinas, sobretudo nas áreas dos camelódromos (ver Mapa 5 e Galeria de Fotos 4 e 5), logo, não incluídas as demais bancas espalhadas pela área central ou nas imediações dos camelódromos, um quadro estatístico é fornecido a partir de dados obtidos junto à SETEC e ao Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas (principal associação representativa dos camelôs do Centro).

No inventário (novembro de 2005) disponibilizado pela SETEC e apresentado no Quadro 2, a categoria *Projeto Camelô* assinalada com um número de 140 permissionários, refere-se ao número de bancas do camelódromo do Terminal Mercado (de frente ao Mercado Municipal), cuja organização e cadastramento são conduzidos diretamente pela SETEC e por uma associação local de camelôs que, embora desvinculada do Sindicato dos Informais, com estes mantêm relações amistosas. Já os demais camelódromos (com 820 cadastrados) associados ao Sindicato (interior do Terminal Central Cury e demais *cinturões* das ruas adjacentes, um na Rua Dr. Jayme Pereira de Ulhoa Cintra e outro na Rua Benedito Cavalcante Pinto; bem como os outros dois instalados no corredor da Rua Álvares Machado), embora regularizados e credenciados pela Prefeitura Municipal e pela SETEC, já a administração e organização estão a cargo do Sindicato dos Trabalhadores na Economia Informal de Campinas. Todo este complexo de camelódromos conta em seu conjunto com um número de 960 bancas cadastradas.

Segundo informações fornecidas por Maria José Marsaioli de Sales a associação fundada em 1992 contava com 600 camelôs, passando em 2005 a 820 o número de cadastrados do Sindicato. Segundo ela, o número apresentou pouco crescimento em função do espaço limitado das áreas abrangidas por seus respectivos camelódromos.

No decorrer da pesquisa, encontrou-se uma única fonte governamental que ofereceu um quadro estatístico mais sistematizado sobre a questão dos camelôs na área central do município. Trata-se de um estudo encomendado pela Prefeitura Municipal de Campinas (2001) durante a curta gestão do prefeito Antônio da Costa Santos. Nesse diagnóstico, coordenado pelo economista Márcio Pochmann do CESIT (Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho / Instituto de Economia – UNICAMP) com o concurso da SETEC (autarquia Serviços Técnicos Gerais), apresentou-se dados e informações sistematizados e analisados a partir da aplicação de 544 questionários.

Em princípio constava um total de 708 questionários, mas, num segundo momento, o estudo descartou as categorias de *carrioleiros* e *itinerantes* da análise. Assim, com os 544 considerados se chegou ao número total de trabalhadores para o ano de 2001 com ponto fixo e permanente (bancas ou barracas) de comércio mapeado numa área tradicional de presença do comércio ambulante no Centro de Campinas: Terminal Central; *Túnel*; Rua Álvares Machado; e Terminal Mercado Municipal (ver Mapa 5). Esse estudo revelou características e condições fundamentais desses trabalhadores.

Desses 544 *ambulantes* pesquisados, 94% eram chefes de família e 47% a participação feminina: revelou-se a dificuldade destes comerciantes em separar gestão familiar e negócios no exercício de contabilidade dos custos, ganhos, gastos, mão-de-obra, crédito, faturamento, etc.<sup>20</sup> Quanto à ocupação anterior destes trabalhadores: 35% vieram do setor privado; 31% eram trabalhadores por conta-própria; 8% estudantes; e 11% estavam desempregados. Contudo, apesar de um aumento na jornada de trabalho de 8 horas diárias (média da ocupação anterior) para 11 horas diárias (média de 84% do total de camelôs pesquisados), por outro lado, houve um aumento nos rendimentos que passaram de R\$ 230,00 (ocupação anterior) para R\$ 451 enquanto ambulante. Registrou-se também um faturamento médio de R\$ 1.811,00 destes 554 trabalhadores.

Quanto ao município de residência dos ambulantes: 82% declararam Campinas; 8% Hortolândia; 7% Sumaré; 2% Monte Mor; e 1% Vinhedo. Já no que se refere à migração, a origem destes trabalhadores está concentrada em 7 estados da Federação que somados respondem por 86% do contingente de pessoas; 13% do total de ambulantes se declararam

---

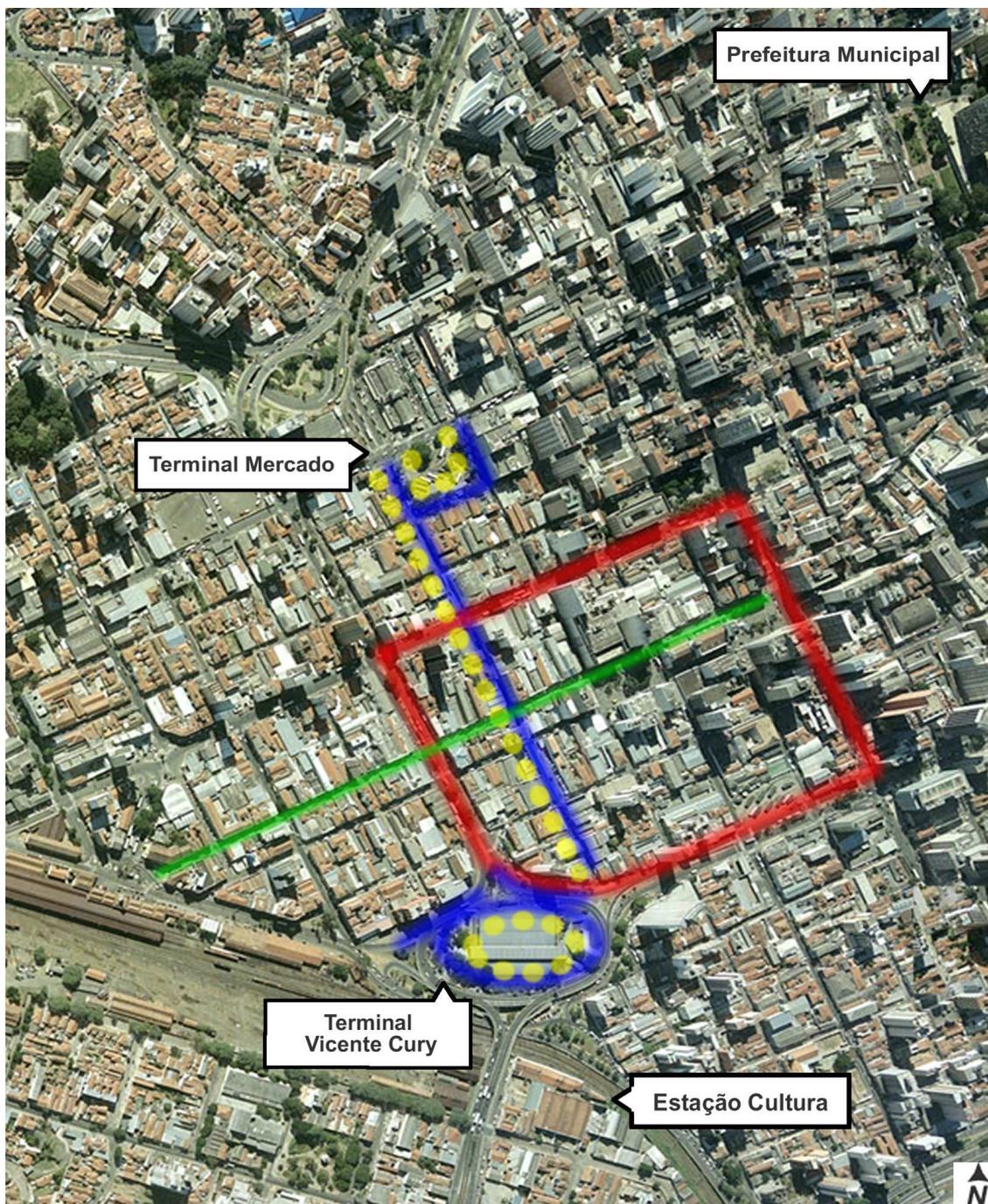
<sup>20</sup> Conceito de *setor informal* foi elaborado a partir do quadro do *Programa Mundial de Emprego* conduzido a partir de 1969 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobretudo pelo marco teórico apresentado num estudo sobre o Quênia em 1972. Tendo sido adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) enquanto categoria analítica em suas metodologias e mensurações também associado a ocupações sem carteira de trabalho assinada. Segundo Cacciamali (1983; 2000) um dos principais objetivos desse programa foi promover uma avaliação, no que se refere ao emprego e à distribuição de renda, dos efeitos resultantes das estratégias de crescimento rápido adotadas pelos países de industrialização mais recente ou tardia. Dentre as conclusões a que se chegaram, destacou-se que o próprio padrão de desenvolvimento capitalista adotado por esses países, o qual se pautava pela *substituição de importações* (rápido e intensivo em capital), não ofertou suficiente emprego frente à população economicamente ativa. De acordo com Cacciamali (1983) o conceito de setor informal da OIT (posteriormente associado a *unidade produtiva*) é definido como a maneira de produzir caracterizada por: *propriedade familiar do empreendimento; origem e aporte próprio dos recursos; pequena escala de produção; facilidade de ingresso; uso intensivo do fator trabalho e de tecnologia adaptada; aquisição das qualificações profissionais à parte do sistema escolar de ensino; e participação em mercados competitivos e não regulamentados pelo Estado.* (OIT, 1972, in CACCIAMALI, 2000, p.155).

de Campinas. Os estados brasileiros de origem são: 32% de São Paulo (desses, 56% do interior, 36% de Campinas e 8% da RMSP); 14% do Paraná; 13,2% de Minas Gerais; 8,5% da Bahia; 5,3% de Pernambuco; 4,6% do Rio Grande do Norte; 4,2% do Ceará; 13,6% outros estados; e 0,4% estrangeiros. Segundo o estudo, um quadro análogo ao próprio padrão populacional e migratório do município de Campinas em seu conjunto.

Essa mesma Pesquisa também realizou um levantamento do tipo de produto comercializado por 90% dos ambulantes questionados: 49% de objetos e aparelhos para uso doméstico e/ou pessoal; 16% presentes e brinquedos; 8% alimentos perecíveis; 6% calçados e artigos de couro; 6% confecções e armarinho; 5% doces, balas e guloseimas; e 10% outros artigos. Quanto a origem de aquisição dos produtos por parte dos camelôs: 47% declararam que se abastecem no próprio comércio informal e outros; 40% adquirem suas mercadorias em centros atacadistas; e 13% o fazem a partir de pequenos comerciantes, produção própria e outros.

Desse modo, o estudo *Trabalhadores do Comércio Ambulante de Campinas* (2001) apontou, dentre as conclusões elaboradas, uma forte dependência entre uma rede de comércio informal e os grandes centros atacadistas. Embora os dados desta pesquisa se limitam apenas a uma parte limitada da área central do município, bem como se refere ao ano de 2001, contudo, as informações levantadas oferecem um primeiro quadro estatístico da situação, condições, características e natureza intrínsecas a este conjunto de trabalhadores e suas atividades.

Mapa 5: imagem de satélite do Centro de Campinas – *Camelódromos*



- Legenda:**
- Traçado Estudo CESIT-IE, SETEC, PMC, 200
  - *Quadrilátero Central* – PMC
  - Rua 13 de Maio
  - Camelódromos e Camelôs

**Escala**  
1 : 6.000

**Fonte:** Base de imagens *Google Maps* [2002] modificada por Luis H. L. Ribeiro e Zorba ([mccamillo@uol.com.br](mailto:mccamillo@uol.com.br)) em Novembro de 2005

**Galeria de Fotos 4: Visada Panorâmica dos Camelódromos – Área Central de Campinas**



Viaduto Miguel Vicente Cury: com cobertura azul, Terminal Central; com coberturas brancas, Centro Popular de Compras (Foto: Luís H. L. Ribeiro, novembro de 2005)

Corredor da Rua Álvares Machado, acima  
1º camelódromo do traçado partindo do  
Terminal Central  
(Foto: Gui Galembeck, novembro de 2005)





Entrada pela Av. Campos Sales do 2º camelódromo do corredor da Rua Álvares Machado  
(Foto: Gui Galembek, novembro de 2005)



Camelódromo da praça do Terminal Mercado de frente ao Mercado Municipal de Campinas  
(Foto: Gui Galembek, novembro de 2005)



Bancas junto ao *Terminal Moraes Salles*, à direita Av. Dr. Moraes Salles  
(Foto: Luis H. L. Ribeiro, novembro de 2005)



Bancas junto ao *Terminal Moraes Salles* (Foto: Gui Galembeck, novembro de 2005)

**Galeria de Fotos 5: Vista Interna dos Camelódromos – Área Central de Campinas**  
(Fotos: Luis H. L. Ribeiro, novembro de 2005)









## Comércio Ambulante e Camelôs: Fixos e Fluxos do Circuito Inferior

---

Nos últimos anos a palavra *Camelô* é a denominação que vem apresentando uma maior difusão, inclusive para marcar por parte da população, dos agentes, instituições, associações e poderes públicos uma necessária distinção em virtude da ascensão mais recente de um novo tipo e forma de *ambulante*. Os camelôs muito diferentemente dos *ambulantes*, *itinerantes* e *mascates* de outras épocas, bem como um tanto distintos das modalidades de ambulantes de hoje, referem-se na verdade a processos mais atuais, embora guardem semelhanças e compartilhem elementos estruturais em suas gêneses, sobretudo daqueles associados ao denominado (Santos, 2004) *circuito inferior da economia urbana*.

A principal distinção assinalada, ponto de partida para a análise, refere-se a essas atividades e modalidades enquanto *fixos* e *fluxos*. A originalidade dos camelôs (das *bancas*) é sua maior *fixidez*, sobretudo quando encontrados em aglomerações de tipo camelódromos, geralmente juntos a vias de grande circulação de pedestres e entorno de terminais de transportes. Bem como a fluidez na qual se inserem aponta para algo de tipo novo, tanto no que diz respeito à produção (das mercadorias, produtos e artigos predominantemente comercializados) quanto ao do consumo (das populações a que se ligam).

Esses aglomerados de bancas de camelôs *estacionadas*, os *camelódromos*, juntamente à presença de um grande número de *ambulantes*, *fruteiros*, *carrioleiros* e *paredeiros*, não apenas pelos bairros e periferias de Campinas, mas, sobretudo, nas áreas centrais do município se devem a dois fatores correlacionados: os nós de articulação de transportes aí presentes; e as atividades de comunicação e contato mais densas nas áreas centrais da cidade.

Os nós de articulação representados pelas principais vias de pedestres e de terminais de transportes coletivos são característicos de uma hierarquização das populações segundo os locais de moradia, de trabalho e de consumo no quadro da economia urbana. Reveladores da centralidade exercida pelo núcleo urbano do município-sede – Campinas – sobre a região metropolitana: uma das faces da *urbanização corporativa* não apenas no município, mas também na RMC.

Desse modo, o município de Campinas torna-se destino predominante ou rota obrigatória de passagem das linhas de transportes coletivos, sobretudo usados pela classe trabalhadora nos translados diários entre a casa e o trabalho, já que estas são deslocadas para áreas cujos gastos com habitação são menores, mas, contudo, acompanhados por condições precárias.

É notória a não ligação direta e continuada, mediante linhas de transporte coletivo, entre as periferias ou entre os sub-centros dos demais municípios metropolitanos. Exemplo disso é o número desproporcional de linhas que conectam Sumaré e Hortolândia diretamente a Campinas em relação às linhas que ligam os sub-centros das mesmas ou entre suas próprias periferias. Na Rua 11 de Agosto no Centro de Campinas, há um terminal de *vans* com itinerários que fazem apenas Hortolândia-Campinas. Assinala-se que grande parte dessas linhas param de funcionar aos finais de semana, feriados e outras ainda que só operam no expediente normal de trabalho (5:00hs às 18:00hs), segundo site institucional da EMTU.

Isso faz da área central do município de Campinas o Centro da *cidade*, lócus de muitos capitais e de muitos trabalhos. O *lugar* cuja força de inércia é constituída pela diversidade dos trabalhos aí incorporados enquanto *rugosidades* (trabalho morto) e todo um conjunto de ações que as vivificam. Tornando-se, assim, o lugar de encontro e fomento intensificados pela comunicação (interpessoal e intersubjetiva) aí densificada: oportunidades e estratégias de trabalho e ocupações, sobretudo temporárias de tipo *bicos*, num período marcado pelo desemprego estrutural e pela precarização das condições de emprego (baixos salários, fim das garantias e direitos, instabilidade e insegurança).

A atividade de comércio (repasses, compra e venda, mobilizações) de tipo varejista do circuito inferior surge como principal alternativa, senão por vezes como a única, em função da necessidade de pouco capital para ingresso nessas atividades; podendo o indivíduo apelar para o crédito pessoal (em dinheiro ou em produtos), bem como a experiência e a *qualificação* não são exigências fundamentais.

Os camelôs, assim como os ambulantes, caracterizam-se pela presença numerosa da mão-de-obra envolvida nas atividades, isto é, pelo *trabalho-intensivo*, predominantemente de nacionais e composta majoritariamente por migrantes; em Campinas, segundo estudo CESIT (2001), apenas 11,5% dos camelôs eram naturais de Campinas e 87% residiam no

município, ao passo que 8% residiam em Hortolândia, 7% em Sumaré e 2% em Monte Mor.

Suas atividades têm um acentuado caráter de *criatividade*; como se verifica nas estratégias associativas dos mesmos, como também na maneira pela qual se promovem ao disporem suas instalações, mostruários e artigos, além das táticas de desvio das normas necessário para subsistir. O crédito aqui é de tipo mais pessoal e direto (amigos e parentes), indispensável para os que pouco acumulam, quando acumulam. Exceção às bancas instaladas nos *Centros Popular de Compras* de Campinas (camelódromos) para as quais a Prefeitura Municipal abriu uma linha especial de crédito quando de sua instalação.

Contudo, os custos fixos para operação e manutenção das bancas são bem menores, e mesmo inexistentes no caso dos *ambulantes* e de grande parte dos *paredeiros*, em relação às atividades de lojas e, sobretudo, daquelas do comércio de eixo. Logo, os custos diretos não são importantes, pois os custos deste circuito têm uma relação direta e proporcional com o volume da produção ou dos produtos comercializados, já que estas atividades se fundam no *trabalho intensivo*.

Os lucros são planejados a curto prazo, sobretudo ao considerar a prioridade dada à sobrevivência e à garantia das necessidades da família, estas sendo as preocupações mais importantes. As margens de lucro no pequeno comércio são elevadas, e o são maiores ainda no caso dos *ambulantes*, em função da relação direta entre capital, trabalho e margens de lucro: quanto maior o capital empregado menores são as margens, quanto menor o capital maiores são os lucros auferidos. Contudo cabe lembrar a distinção entre *lucro global* (compensado por elevados volumes de mercadorias comercializadas, como acontece no comércio superior de eixo) e *lucro unitário* (embora mais elevado por unidade, em virtude do menor volume mobilizado o ganho global não é alto).

A relação com a clientela e demais agentes é pessoal e direta, presença marcante das práticas de *regatear*, de *barganhar* e de *pechinchar*. A reutilização de materiais com um nível mínimo de desperdícios é um dos fundamentos dessas atividades, sobretudo do artesanato produzido e vendido por parte dos *ambulantes*.

Devido ao contato direto e pessoal com a clientela, a publicidade no circuito inferior é desnecessária, mesmo porque este circuito se beneficia da publicidade do superior e da chamada propaganda *boca-a-boca*. Destaca-se também que os ganhos auferidos são usados

diretamente e imediatamente na manutenção da atividade (compra e pagamento de artigos para vendas) e, sobretudo, na própria subsistência e de sua família.

A presença não imediata e direta do sistema financeiro nesse circuito, muito raro os que estão conectados a redes de operadoras financeiras e ao sistema de cartões de débito e crédito, não significa que os mesmos não estejam vinculados. Pois o sistema financeiro se liga a este circuito através do consumo, isto é, mediante crédito pessoal oferecido à população consumidora que a este circuito se liga através das financiadoras, bancos ou mesmo pelos créditos pessoais que passaram a ser ofertados pelas grandes redes varejistas, como já exposto. Por isso Santos (2004) assinalou os bancos como elemento de ligação entre os dois circuitos da economia urbana, isto é, como elemento de unificação dos diversos níveis de mais-valia, bem como coletor da poupança e rendimentos da população pobre ao inseri-la no universo do consumo diversificado.

A população pobre gasta relativamente mais para viver em virtude de suas despesas serem *correntes*, ao passo que nos estratos mais favorecidos as despesas são de tipo *ocasionais*: a parte dos rendimentos gasta com alimentação e transporte diminui conforme o aumento da renda, sobretudo em função do lugar onde habitam (Santos, 2004).

As obrigações de pagamento frequentes com vencimentos de curto prazo junto a fornecedores resulta numa busca desenfreada por liquidez, pois os estoques geralmente são mínimos e alta é a rotatividade das mercadorias. O consumo e a produção neste circuito se caracterizam por pequenas quantidades, os preços além de não serem fixos apresentam variações acentuadas. Rendimento fraco é compensado por um maior lucro por unidade, já que o volume mobilizado é baixo, bem como mais numerosa é a presença de intermediários, *atravessadores*, entre o fornecedor e o consumidor final. Esta enorme população envolvida no *fracionamento da mercadoria* é um dos principais elementos que explicam a sobrevivência e a continuidade do trabalho de grande parte da população nas aglomerações urbanas (Santos, 2004).

Além de não contar com o apoio do Estado e dos poderes públicos, por vezes são mesmo perseguidos ou têm suas atividades dificultadas; como é o caso do comércio ambulante e dos camelôs demonstrado ao longo do trabalho ou mesmo segundo a própria lógica da urbanização corporativa.

Contudo, uma particularidade fundamental dos camelôs que os diferencia das demais modalidades, além de suas concentrações *estacionadas*, refere-se aos fluxos (materiais e imateriais) por eles emitidos e recebidos. Pois, embora mais fixados, vêm se conectando a escalas e níveis mais amplos de relações, isto é, os *circuitos espaciais produtivos* e os *círculos de cooperação* (Santos, 1999) a que se ligam têm apresentado uma significativa ampliação, logo, também seus contextos vêm se alargando e se adensando. Processo este tributário a dois conjunto de fatores intimamente associados: a população consumidora; e os artigos e mercadorias comercializados.

A população consumidora do circuito inferior, predominantemente de baixa renda e o de consumo esporádico e ocasional por parte da classe média, parece que vem apresentando transformações a partir da incorporação de outros estratos de renda que a este circuito se ligam, bem como mais frequente tem sido a participação das classes médias. Segundo informações junto ao Sindicato dos Informais de Campinas, a clientela das bancas é formada pela população em geral: até mesmo por *juízes, advogados e vereadores*. Ou seja, populações de poder aquisitivo maior têm consumido nestes mercados. O que, provavelmente, deve-se não apenas à queda do poder aquisitivo do salário dos brasileiros ao longo dos últimos anos, mas também em função da natureza dos artigos e mercadorias comercializados pelos camelôs.

Conforme indicado pela tipologia das mercadorias presentes nas bancas, a partir dos estudos e declarações, bem como das imagens obtidas, verifica-se um predomínio de artigos no segmento de produtos elétricos (como eletrodomésticos, som, pilhas, brinquedos) e eletrônicos (aparelhos, informática, games, CDs, DVDs). Equipamentos estes que por serem de alta complexidade produtiva envolvem um vasto *circuito produtivo*, abrangendo desde localidades em outros estados do país até lugares estrangeiros, como se nota pelas produções vindas dos países asiáticos, sobretudo da China.

O que também evidencia a dependência do circuito varejista inferior em relação aos centros atacadistas (40%) e ao abastecimento no próprio comércio *informal* (47%), segundo dados do estudo CESIT (2001). Em trabalho de campo realizado no Centro de Campinas muitos camelôs e *paredeiros*, informaram que se abastecem nos camelódromos da capital paulista e com mercadorias vindas do Paraguai.

Desse modo, parece que tem se intensificado uma *expansão do circuito inferior da economia*. Santos (2004) apontara como elemento particular do circuito inferior sua lógica e integração locais e sua abrangência espacial mais limitada, sobretudo pela contiguidade, em cidades ou no máximo regiões. Mas, Santos (1977) também assinalou que ao mesmo tempo em que a industrialização do país prossegue, comandada pelo domínio isolado das atividades dos sistemas de fluxo superior na capacidade de macro-organizar o território, por outro lado, também *as atividades do sistema inferior tornam-se pouco a pouco capazes de impor sua influência sobre unidades espaciais mais extensas* (Santos, p.55, 1977). Com a urbanização as relações, tornadas mais possíveis e frequentes, e a repartição do espaço entre as cidades deixando de ser apenas e predominantemente *horizontais* para serem também *verticais*, aumenta-se a *interpenetração da influência de cidades de diferentes níveis* (Santos, 1977).

Portanto, podemos supor que os camelôs sejam uma expressão mais contemporânea desse processo, pois embora *fixos*, em virtude de suas conexões e relações mais alargadas e densificadas pouco a pouco passam a *circular* mais, já que eles próprios se tornam e são elementos de fluxos mais extensos.

## ***CONSIDERAÇÕES FINAIS***

---

O presente trabalho buscou analisar a topologia do comércio da cidade de Campinas a partir de uma análise de caráter mais qualitativo do que quantitativo. O objetivo central do trabalho, ainda que modesto, foi o de contribuir com a reflexão e o debate sobre Campinas e sua Região Metropolitana, sobre o município e também sobre as cidades, *visíveis* e *invisíveis*, que indissociavelmente conformam Campinas.

Uma análise que partiu das vicissitudes e condições históricas e geográficas da formação territorial campineira. Sobretudo daquelas associadas às modernizações mais recentes criadoras de uma *tecnoesfera* pautada por investimentos de capital-intensivo: geradoras de poucos postos de trabalho e marcadas por concentrações excludentes; e não suficientemente articuladas com a totalidade das relações contíguas da cidade. Buscou-se ao mesmo tempo considerar a difusão e criação conjunta de uma *psicoesfera* e seus discursos: como a associação do município ao sistema superior de fluxos, pólo de alta tecnologia (*vale do silício brasileiro*) e de logística, plataformas de exportação, comércio de ponta, articulação multi-modal privilegiada de circulação e transportes; ao mesmo tempo um discurso e uma regulação marcados pela desqualificação e marginalização de outras tantas atividades também presentes, tais como aquelas ligadas ao *comércio na rua*.

Modernizações acolhidas pelo município e favorecidas pelos diversos níveis governamentais, responsáveis pela formação de uma economia urbana dual, mas não dualista, uma totalidade dirigida pelo mesmo sistema de normas e criadora de dois subsistemas de fluxos dependentes, hierarquizados e antagônicos: um superior, diretamente criado pela modernização, tendo como fator decisivo a gerência exercida cientificamente; e outro inferior, induzido pelas modernizações, cuja organização é caracterizada, sobretudo, pelas relações humanas.

As atividades do circuito inferior são expressões da *flexibilidade tropical do trabalho* sugerida por Milton Santos (1993) ao se referir a uma das formas pelas quais se dá a *involução urbana*; ou seja, um mecanismo onde se criam muitos e variados trabalhos e ocupações para suprir a demanda de empregos e serviços não atendida pela economia monopolista, um mecanismo fundamental para evitar a explosão das cidades. Os trabalhos assim criados podem ser o princípio de uma nova política, já que o engajamento do sujeito

no trabalho talvez seja o sentimento político mais consciente. Para Halpenny (1972, citado por Santos, 1979) as atividades do setor informal permitem esse sentimento de participação imediata.

Contudo, como asseverou Santos (2004), embora o circuito inferior tenha um papel preponderante a desempenhar no processo de mudança global, por outro lado, torna-se necessário evitar que *sua forma de transição seja adotada como uma solução permanente*. Sobretudo, por este circuito constituir um mecanismo de perpetuação da pobreza, já que cumpre uma função permanente de integração do conjunto das atividades da economia urbana dual, bem como insere a população pobre no consumo moderno de tipo diversificado e inebriante.

As modernizações seletivas ao desencadear migrações e fluxos concentrados de empresas, atividades e populações fazem das cidades, sobretudo das maiores, um paradoxo definido como o lugar da coexistência e da liberdade, mas também, em função de seu artifício técnico, da vigilância. Desse modo, para Maria Adélia Aparecida de Souza (1997), as cidades brasileiras contemporâneas, sobretudo as metropolitanas, apresentam-se como o lugar das possibilidades tanto técnicas quanto afetivas.

*A cidade gera um processo, um grau de liberdade incompatível com o nível de manipulação que a sociedade industrial e informacional contemporânea precisam para sobreviver [...] Mas a cidade não produz apenas liberdade. Ela instaura redes de ação e de resistência contra a falta de liberdade, contra a desigualdade [...] e, são exatamente essas redes que colocam em xeque todos os mecanismos de rigidez das hierarquias sociais, os processos de manipulação cultural, gerando fantásticos processos de solidariedade, de igualdade, de fraternidade, de convivialidade* (Souza, p.4, 1997).

Portanto, como sugere esta autora, a cidade é a condição espacial para a geração de formas originais da sociedade civil, realizando valores e produzindo inteligências. Por isso devemos reconstruir a *urbanidade*, assumindo a cidade como o porto das esperanças e dos projetos, o lugar da diversidade, da complexidade e da coexistência: fundamentos estes do saber e da liberdade.

O *comércio na rua* (ambulantes, paredeiros, carroleiros, fruteiros e camelôs) insere-se assim como uma pauta da política de direito à cidade e de direito ao trabalho, alargando e ampliando o conjunto dos direitos urbanos mais comumente reconhecidos e exigidos,

como habitação, transporte, educação, saúde. Logo, como sugere Ana Clara Torres Ribeiro (pp.4-5, 2004), trata-se da necessária inclusão do *direito à originalidade e ao efetivo encontro de formas autônomas de vida: uma reinvenção tanto da democracia quanto do mercado*. Devendo-se gestar práticas sociais que se fundamentem na garantia da *circulação* e da *permanência* do *outro* nos espaços públicos como aspectos fundamentais do direito à cidade: *frente à crise do trabalho, ao aumento da exclusão social e à difusão de ideários de segurança que ampliam a segregação sócio-espacial e cultural*.

Desse modo, torna-se necessário o resgate e a valorização dos laços *históricos entre comércio e sociabilidade para além da versão hegemônica de mercado*. Pois toda *atividade relacional* é tributária da troca e do intercâmbio, as cidades nasceram como *mercados*, mas sobretudo como *obras* e não apenas como *mercadoria* ou *produto* (Henri Lefebvre, 1969, citado por Ribeiro, 2004). Por isso esta autora assinala as práticas necessárias para tornar a unir mercado e sociabilidade como aquelas fundamentadas na troca de bens materiais e de serviços, mas também e, sobretudo, de gentilezas, sorrisos, festas, bênçãos, etc.

Assim, a construção e real afirmação de mediações supõe a cidade como um *fato total*: valorizando a vida espontânea dos lugares e do *espaço banal* (território usado por todos) e fomentando o desabrochar de formas urbanas originais e inclusivas. Por isso Ana Clara Torres Ribeiro (2004) sugere a urgente tarefa em revisar rigorosamente a categoria *mercado* sob os princípios da *solidariedade*, da *sociabilidade* e da *sabedoria*: através de mediações e negociações inteligentes e efetivamente criadoras de condições necessárias e essenciais à vida coletiva.

## **BIBLIOGRAFIA**

---

- ACIC, **Relatório Econômico / 2004**. Estudo elaborado sob coordenação do Departamento de Economia da Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC). Relatório disponível no *site* institucional dessa Associação. Campinas-SP: 2003.
- ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, **CAMELÔS: DOCUMENTO**. Documento final do workshop *O Comércio Informal de Rua e a Requalificação do Centro de São Paulo*, realizado em São Paulo em 19/05/1994 com o patrocínio da Associação Viva o Centro.
- BACKHEUSER, Everardo, **Comércio Ambulante e Ocupações de Rua no Rio de Janeiro**. *Revista Brasileira de Geografia* (pp.3-34), Ano VI, N.º 1, Janeiro-Março de 1944
- BADARÓ, Ricardo de Souza Campos, **Campinas: o despontar da modernidade**. Campinas: Área de Publicações CMU / UNICAMP, 1996.
- BAENINGER, Rosana, **Espaço e tempo em Campinas: migração e a expansão do pólo industrial paulista**. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas [SP : s.n.], 1992.
- CACCIAMALI, Maria Cristina, **Setor Informal Urbano e Formas de Participação na Produção**. IPE-USP, 1983.
- CACCIAMALI, Maria Cristina, **Globalização e processo de informalidade**. In **ECONOMIA E SOCIEDADE** (pp.153-174) – Revista do Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, n. 14, junho de 2000.
- EMPLASA, **Por Dentro da Região Metropolitana de Campinas**. CD-ROM elaborado pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA (EMPLASA) – Edição 2002.
- FARIAS, Hélio Caetano, **Circuitos Espaciais e Círculos de Cooperação da Produção de Alta Tecnologia em Campinas: Reflexões sobre o Planejamento Territorial**. Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, Campinas, 2004.
- GEORGE, Pierre, (1978), **POPULAÇÕES ATIVAS**. Editora DIFEL: São Paulo – Rio de Janeiro, 1979.
- LATOUR, Bruno, **A Esperança de Pandora – Ensaio sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- MANETTA, Alex, **Tecnoesfera e Psicoesfera na dinâmica dos circuitos culturais de Campinas – SP**. Monografia de Conclusão de Curso, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP, Campinas, 2003.
- ORTEGA Y GASSET, José, **Meditação da Técnica: vicissitudes das ciências / cacofonia na física**. Tradução e prólogo de Luís Washington Vito. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963.
- Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), 2001, **Trabalhadores do Comércio Ambulante de Campinas – diagnóstico sobre as condições de trabalho**. Prefeitura Municipal de Campinas (Prefeito Antônio da Costa Santos); SETEC – Serviços Técnicos Gerais de Campinas (Presidente Paulo Daniel Silva); & Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho CESIT / Instituto de Economia da UNICAMP (Coordenador Prof. Dr. Márcio Pochmann; Pesquisadores – Amilton Moreto e Denis Maracci Gimenez).

- RAFFESTIN, Claude, (1980), *Por uma Geografia do Poder*. Paris, Editora Ática, 1993.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres, *Oriente negado: cultura, mercado e lugar*. In: 11 Th Conference of the International Planning History Society (IPHS), 2004, Barcelona. Disponível em: <[http://www.etsav.upc.es/personals/iphs/2004/pdf/219\\_p.pdf](http://www.etsav.upc.es/personals/iphs/2004/pdf/219_p.pdf)> acessado em 22/04/2005.
- SANTOS, Milton, *Desenvolvimento Econômico e Urbanização em Países Subdesenvolvidos: Os Dois Sistemas de Fluxo da Economia Urbana e suas Implicações Espaciais*. In *Boletim Paulista de Geografia* (pp.35-59), Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB / São Paulo, Número 53: São Paulo, fevereiro de 1977.
- SANTOS, Milton, *Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método*. In *Boletim Paulista de Geografia*, AGB – Seção São Paulo, n. 54, 1977b.
- SANTOS, Milton, (edição francesa original, 1971), *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. Tradução de Sandra Lencioni. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, Milton, *Pobreza Urbana*. Editora Hucitec, 2ª edição: São Paulo, 1979.
- SANTOS, Milton, *Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- SANTOS, Milton, *A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA*. Editora Hucitec: São Paulo, 1993.
- SANTOS, Milton, (1994), *TÉCNICA, ESPAÇO, TEMPO – Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. Editora Hucitec: São Paulo, 2ª edição, 1996.
- SANTOS, Milton, *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 4ª edição, 1998.
- SANTOS, Milton, (1996), *A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção*. 3ª edição – São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton, (1970), *O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. Tradução Myrna T. Rego Viana. – 2ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Nobel, 2004.
- SINDIVAREJISTA, *Sindivarejista Campinas e Região – 60 anos: apoio real do comércio*. Publicação institucional comemorativa dos 60 anos do Sindivarejista – Sindicato do Comércio Varejista de Campinas e Região, Campinas – SP: Agosto, 2004.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida, *Regionalização: Tema Geográfico e Político – o caso Paulista*. AGB – Seção São Paulo, *Boletim Paulista de Geografia*, nº 50, março de 1976.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida, *Cidade: Lugar e Geografia da Existência* Texto da conferência elaborada para o 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, em Salvador da Bahia, de 21 a 24 de outubro de 1997.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida, *Matriz de Periodização para Campinas*. Elaborada pelo Escritório de Planejamento (SEPLAMA – Prefeitura Municipal de Campinas), apresentada e cedida durante o 1º Encontro Internacional – A Metrópole e o Futuro: Reconhecendo e Planejando Campinas, 25, 26 e 27 de novembro de 2004.
- TOMELIN, Mário, *O quaternário: seu espaço e poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

**Sites consultados:**

[www.abrasce.com.br](http://www.abrasce.com.br)

[www.acicnet.org.br](http://www.acicnet.org.br)

[www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br)

[www.ciatec.org.br](http://www.ciatec.org.br)

[www.emplasa.sp.gov.br](http://www.emplasa.sp.gov.br)

[www.google.com.br/](http://www.google.com.br/)

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

[http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina\\_principal](http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal)

**Galeria de Fotos 6: camelôs, fruteiros, paredeiros e ambulantes –  
Área Central de Campinas**



Foto: Gui Galembeck (novembro de 2005)



Foto: Gui Galembeck (novembro de 2005)



Foto: Gui Galembeck (novembro de 2005)



Foto: Gui Galembeck (novembro de 2005)



Foto: Gui Galembeck (novembro de 2005)



Foto: Gui Galembeck (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Gui Galembeck (novembro de 2005)



Foto: Gui Galembeck (novembro de 2005)



Foto: Gui Galembeck (novembro de 2005)



Foto: Gui Galembeck (novembro de 2005)

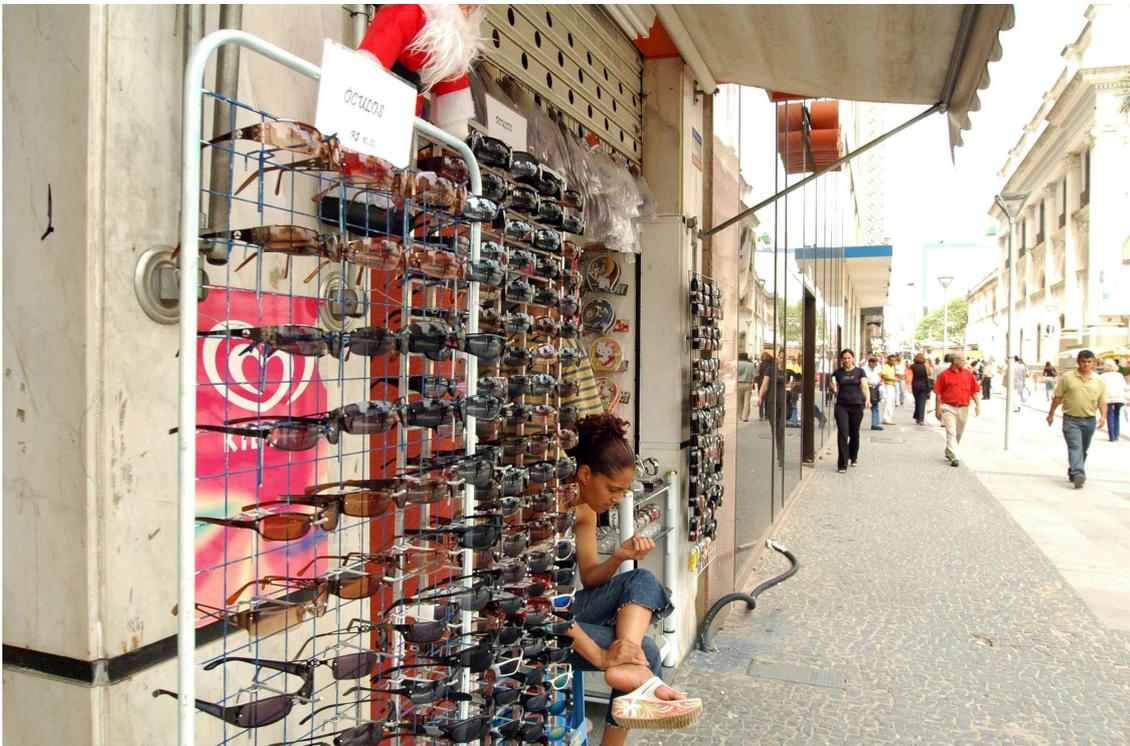


Foto: Gui Galembeck (novembro de 2005)



Foto: Gui Galembeck (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)

**Galeria de Fotos 7: camelôs, fruteiros, paredeiros e ambulantes –  
Bairros e Periferias de Campinas**



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Gui Galembeck (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)



Foto: Luis H. L. Ribeiro (novembro de 2005)

## Galeria de Fotos 8: *Campinas Ontem*

(Todas as fotos foram cedidas pelo Centro de Memória da Unicamp – CMU)



Menina Ambulante de frente à igreja Matriz [1900?]  
(Fonte: Acervo Aristides Pedro Silva, APS0621 – CMU)



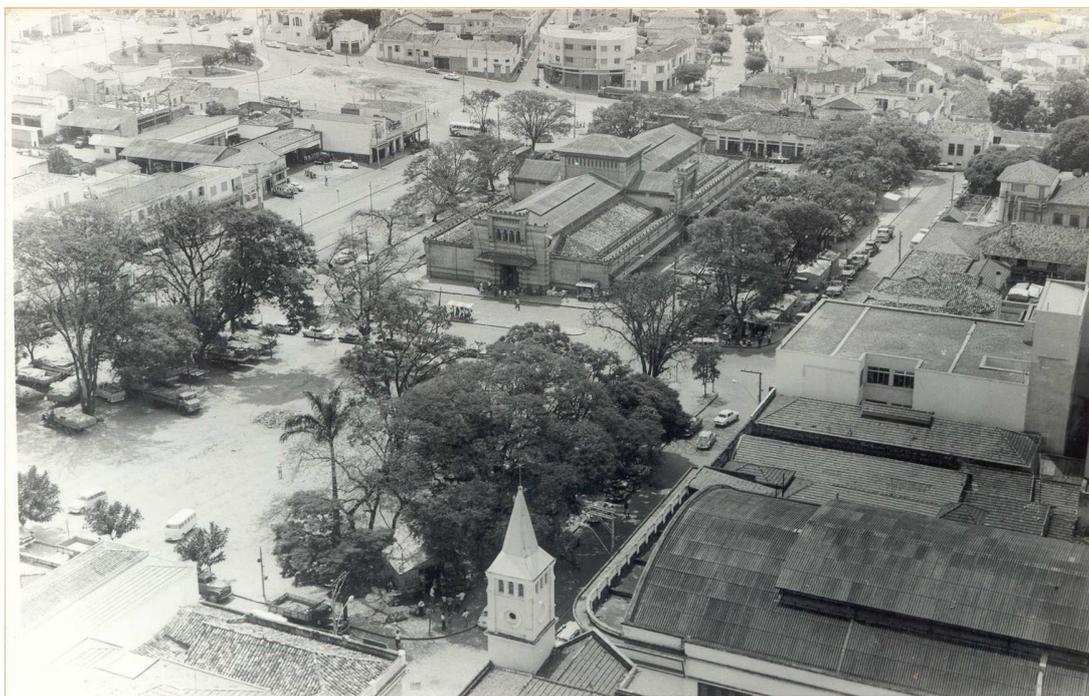
Rua 13 de Maio, 1930 (Fonte: Acervo Aristides Pedro Silva, APS0988 – CMU)



Rua 13 de Maio, 1938 (Fonte: Acervo Aristides Pedro Silva, APS0435 – CMU)



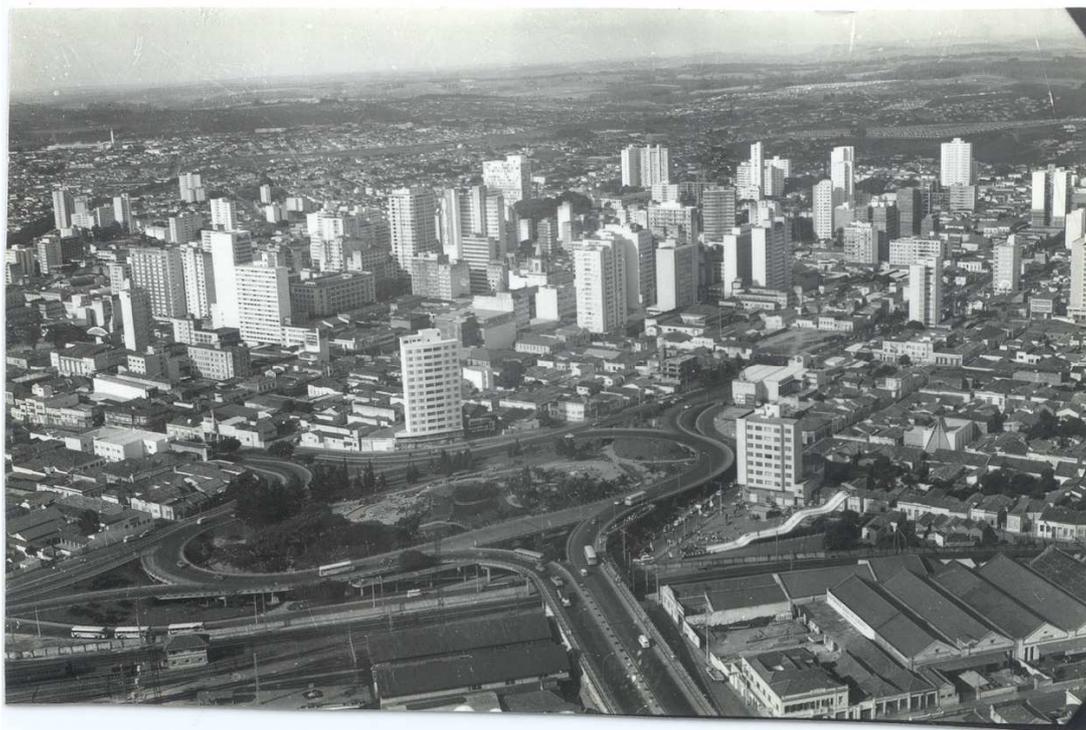
Rua 13 de Maio, 1950 (Fonte: Acervo Geraldo Sesso Júnior, GSJ0372 – CMU)



Mercado Municipal e Praça Correia de Melo, 1960 (Fonte: Acervo Aristides Pedro Silva, APS1173 – CMU)



*Ambulante*: fotógrafo *lambe-lambe*, 1970 (Fonte: Acervo Aristides Pedro Silva, APS0184 – CMU)



Vista aérea, Viaduto Miguel Vicente Cury , 196\_. (Fonte: Acervo Aristides Pedro Silva, APS1576 – CMU)



Vista aérea, Viaduto Miguel Vicente Cury , 196\_. (Fonte: Acervo Aristides Pedro Silva, APS1581 – CMU)